



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — N.º 54

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 13 DE MAIO DE 1967

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA RECEBER A VISITA DE SUA ALTEZA IMPERIAL, O PRÍNCIPE HERDEIRO DO JAPÃO

O Presidente do Senado Federal de acordo com o dispositivo no art. 1º, §§ 1º e 2º do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, às quinze horas e trinta

minutos, do dia 23 do mês em curso, no Plenário da Câmara dos Deputados, receberem, solenemente a visita de sua Alteza Imperial, o Príncipe Akihito, herdeiro do trono japonês.

Senado Federal, 9 de maio de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 41, DE 1967

Torna sem efeito a nomeação de Auxiliares Legislativos habilitados em concurso.

Artigo único. Fica sem efeito, de acordo com o art. 85, alínea c, item 2, a Resolução nº 2, de 1959, combinado com o art. 74, da Resolução nº 6, de 1960, a nomeação de Marília Pacheco de Souza, Leda do Nascimento Humberto Jorge da Rocha, candidatos habilitados em concurso público, para o cargo inicial da carreira de Auxiliar Legislativo do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Senado Federal, 12 de maio de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 45, nº II, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 42, DE 1967

Autoriza o Estado de Minas Gerais a prestar fiança ao empréstimo a ser concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID — à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Art. 1º E' o Estado de Minas Gerais autorizado a prestar fiança ao empréstimo a ser concedido, nos termos da Resolução nº 48, de 1966, do Senado Federal, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID — à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, através de seu Departamento de Águas e Esgotos (DEMAE).

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 12 de maio de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

ATA DA 60ª SESSÃO, EM 12 DE MAIO DE 1967

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

RESIDENCIA DOS SRS.: MOURA ANDRADE E CATTETE PINHEIRO

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Clovis Maia
Oscar Passos
Edmundo Levi
Milton Trindade
Cattete Pinheiro
Lobão da Silveira
Clodomir Milet
Petrônio Portela
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Duarte Filho
Dinarte Mariz
Argemiro de Figueiredo

Júlio Leite
Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino
Carlos Lindenberg
Mario Martins
Benedicto Valladares
Carvalho Pinto
Moura Andrade
Fernando Corrêa
Bezerra Neto
Mello Braga
Celso Ramos
Atílio Fontana
Guido Mondim
Abertura em 12 de maio de 1967 às 14,30.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) A lista de presença acusa o comparecimento de 28 Senhores Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 2º Secretário procederá à leitura das atas das sessões ordinárias

e extraordinárias, realizadas ontem, uma vez que não houve tempo material para a elaboração da primeira, ficando sua leitura para ser feita na presente sessão.

O Sr. 2º Secretário procede a leitura das atas das sessões anteriores, que são sem debate aprovadas.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE RESPOSTAS A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

I — Do Ministro da Saúde

Aviso GB 386, de 9 do mês em curso, com referência ao Requerimento nº 105-67, do Sr. Senador Vasconcelos Torres.

OFÍCIO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

(Encaminhamento de autógrafo de projeto sancionado).

Of. 782, de 9 do mês em curso (autógrafos do Projeto de Lei que prorroga o prazo para apresentação de

declarações do imposto de renda no corrente exercício e dá outras providências.

PARECERES

Parecer nº 302, de 1967

Da comissão de Constituição e Justiça, ao Ofício OF-8-67-P-MC, de 18 de abril de 1967, do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópia autêntica do acórdão proferido nos autos de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 13.270, do Estado de São Paulo, que declarou a inconstitucionalidade do art. 107 da Constituição de São Paulo, na parte em que estende aos funcionários municipais vantagem assegurada aos funcionários estaduais no artigo 98.

Relator: Sr. Aloysio de Carvalho.

Para os fins previstos no artigo 45, inciso IV, da Constituição Federal, a Presidência do Supremo Tribunal remete ao Senado cópia autêntica do "acórdão" proferido em sessão plena de 10 de agosto do ano p. passado

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALBERTO DE ERITO FERREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASILIA

De 1966, nos autos de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança, número 13.270, do São Paulo, que, por unanimidade de votos, declarou a inconstitucionalidade do art. 107 da Constituição desse Estado, na parte em que estende aos funcionários municipais vantagem assegurada aos funcionários estaduais no art. 93.

Assim reza o Ofício do Presidente do Supremo Tribunal, sob nº 8, datado de 18 de abril último. Com o mesmo pensamento é a carta do Acórdão, em que se assevera, todavia, a indicação do art. 23, inciso II da Constituição Federal, como aquele em que se aplica a declaração de inconstitucionalidade da Lei paulista. Sendo de agosto de 1938 a decisão do Excelso Pretório no art. 23, inciso II, invocado é o da Constituição de 1934, in verbis: Art. 28 — A autonomia dos Municípios será assegurada: II — pela administração própria, no que concerne ao seu peculiar interesse, e, especialmente: a) — à decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação das rendas; b) — à organização dos serviços públicos locais.

E o que está consignado, com a restrição, quanto à letra "a", da obrigatoriedade de prestação de contas, na forma de lei estadual, no artigo 16, inciso II, da Constituição atual.

No correr dos debates foi aventado, muito a propósito, que o art. 107 da Constituição Paulista abrange duas hipóteses, não abarcando a que foi objeto do pleito, relativa, simplesmente, à interferência do Estado na esfera dos interesses peculiares ao município. Por isso é que a decisão empicou, sem possibilidade de qualquer dúvida, que a inconstitucionalidade do mencionado art. 107 é a decretada, em parte.

Recordou o ilustre Ministro Luiz Gullit o voto que proferiu, como Relator de Recurso Extraordinário da Paraíba, em que se pedia a anulação do preceito da Constituição desse Estado na parte em que estende aos funcionários municipais as mesmas vantagens asseguradas aos servidores estaduais pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, o qual foi, finalmente, considerado violador do princípio da autonomia municipal, uma vez assegurado este, como se encontrava, por norma constitucional que previa a autonomia do município não só para a estruturação dos seus poderes como para a organização dos seus serviços, não se compreendendo, quanto ao último aspecto, que pudesse o Estado ditar, fora do seu campo, regras de comportamento em relação a servidores que não são seus, nem pagos pelos seus cofres.

Aquela decisão, concernente a artigo da Constituição paulista, foi objeto de Resolução nessa, suspensória-lhe a execução, mas apenas na parte em que concedia, indevidamente, aos funcionários municipais, tratamento remuneratório igual ao dos funcionários estaduais. O referido, então, parecer, acatamos não nos sentando, na espécie, como, de resto, em qualquer outro caso extender a aplicação de inconstitucionalidade a todo o artigo uma vez que o Supremo se detinha numa só das suas determinações. Foram, portanto, nulos que, contendo o referido artigo 102 da Constituição do Estado, duas premissas distintas, e que estalado os caracteres inerentes às mesmas vantagens e a que a elas estende as mesmas garantias, asseguradas aos funcionários estaduais pelo respectivo estatuto, o que o Supremo Tribunal julgou de inconstitucionalidade foi a extensão das vantagens, não a extensão das garantias. A verdade — pressupomos — é que não poderia proceder de outro modo, dado que a

dúvida arcaica pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, quanto à validade do inciso II do art. 102, girou em torno da extensão da vantagem. O erro — repita-se — era o de um funcionário daquela Prefeitura que, pretendia receber gratificação adicional no mesmo quantitativo concedido aos funcionários estaduais pelo respectivo Estatuto, e para isso requeria a vantagem, recorrendo-se daquela norma reconhecendo aos funcionários municipais as mesmas vantagens e garantias asseguradas aos servidores estaduais pelo seu Estatuto. Caracterizava-se bem, como visto, uma pretensão a determinação de vantagem (gratificação adicional), nada ocorrendo, no fato, que, moroso de longe, tivesse respectivo a uma garantia, de que o servidor municipal se considerasse acaso coberto, procurando reparação. (ver Parecer número 451, in Livro do Congresso Nacional — Parte II — de 12 de maio de 1955). Daí, a R. S. que constata a suspensão da disposição constitucional para fazer esclarecido, positivamente, que a medida alcançava, nos termos estritos do decisão pelo Supremo, a parte em que, no mesmo preceito, eram asseguradas aos funcionários municipais as mesmas vantagens atribuídas aos servidores estaduais pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado.

A hipótese vertente é bem remota, porém, e o Relator desta, Ministro Luiz Gullit, anulou-o, com muito acerto. Circunstancia-se, pois, respectivamente ao julgamento do Supremo Tribunal, submissões a aprovação do Senado Federal de Resolução redigida nos seguintes termos:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 48, DE 1937

Suspensão, em parte, nos termos do art. 45, inciso IV, da Constituição Federal, a execução do art. 107 da Constituição do Estado de São Paulo.

Art. 1º É suspensa a execução do art. 107 da Constituição do Estado de São Paulo, na parte em que estende aos funcionários municipais vantagem assegurada aos funcionários estaduais no art. 93, julgada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária de 18 de agosto de 1966, no Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 13.270, do São Paulo.

Art. 2º Esta Resolução, entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 9 de maio de 1967. — Milton Canino, Relator. — Alexandre de Carvalho, Relator. — Ruy Pimenta. — José Carlos. — Pedro Porto. — Antônio Babinho. — Bezerra Neto.

Parecer nº 303, de 1957

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1957 (nº 6-B-57 na Câmara), que autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de R\$ 27.413.56 (vinte e sete mil, quatrocentos e treze cruzeiros novos e cinquenta e seis centavos), destinados a atender ao pagamento de aluguel de prédios locados às Escolas Federais no Estado de São Paulo e à Superintendência do Serviço de Repressão ao Contrabando no Rio Grande do Sul.

Relator: Senador José Ernirio.

A presente solicitação de créditos especiais, apresentada à deliberação do Congresso Nacional na forma do artigo 5º, parágrafos 1º e 2º do Ato Institucional nº 2, destina-se à regularização de despesas, pelo Ministério da Fazenda, com a locação de prédios alugados pelas Escolas Federais, no Estado de São Paulo, referentes ao exercício de 1955, e pela Superintendência do Serviço de Repressão ao Contrabando, no Rio Grande do Sul.

O Projeto foi aprovado na Câmara, com pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça, de Fiscalização Financeira e Controle de Contas e de Finanças, na forma do Substituto da Comissão de Constituição e Justiça, o qual, com a inclusão dos dispositivos do art. 2º proposto, autoriza o Projeto as emendas do art. 1º, § 1º, letra "c", da Constituição de 1954.

A necessidade do crédito está plenamente justificada, não havendo motivos para que negá-lo.

Somente, resta, pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, 11 de maio de 1957. — Argemiro de Figueiredo, Presidente. — José Ernirio, Relator. — Manoel Villaga, — Carruão Pinto. — Clodomir Hillet. — Bezerra Neto. — Carlos Lindenberg. — Lino de Mattos. — José Leite. — Oscar Passos. — João Cláudio. — Henri de Sá. — Fernando Corrêa.

Parecer nº 334, de 1957

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1957, (nº 12-B-57 na Casa de Origem) que dispõe sobre a prestação do Serviço Militar por estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária, pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários, em decorrência dos dispositivos da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1954.

Relator: Sr. José Ernirio de Moraes.

O presente projeto é de iniciativa do Excmo. Presidente da República e foi elaborado pelo Estado Maior das Forças Armadas, E.M.F.A., com a última análise, especificar a legislação vigente, contida na Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1954, reguladora

da prestação do serviço militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária.

O diploma existente previa regulamentação por proposta do Ministério do Exército e quando se cuidou de promovê-la, a comissão designada entendeu que o instrumento legal não poderia ser elaborado pelos Ministérios da Marinha e Aeronáutica, nem tampouco correspondia, em sua parte formal, a necessidade de regular a prestação do serviço que a Constituição da República prevê obrigatória.

Elaborou-se, então, um novo anteprojeto e, finalmente, chegou-se à sua regulamentação.

Neste anteprojeto, nota-se que houve o cuidado de examinar detalhes muito importantes. Como exemplo, veja-se o § 1º, do art. 1º, que diz:

§ 1º Os brasileiros que venham a ser diplomados por Institutos de Ensino (IE) congêneres, de país estrangeiro, ficarão sujeitos ao disposto neste artigo, desde que os diplomas sejam reconhecidos pelo Governo Brasileiro.

E, ainda, o art. 3º:

“Os brasileiros natos, MFDV diplomados por IE, oficial ou reconhecido, prestarão o Serviço Militar normalmente nos Serviços de Saúde ou Veterinária das Forças Armadas.”

Além disso, outros dispositivos existem que se conduzem com a nova realidade, no campo da prestação do serviço militar por esses estudantes e os já formados.

Constatando o projeto anteprojeto de lei a adotar o sistema de incorporação para os estudantes de medicina, farmácia, odontologia e veterinária, o IE encarando como medida necessária e progressiva, sem no entanto, atribuir-lhe sentido, de excesso à obrigatoriedade da prestação do serviço militar, estabelecida na Constituição. Por outro lado, anulou excessiva liberalidade, eliminando alguns dispositivos da atual Lei número 4.375, já citada.

Observa-se, ademais, que o presente projeto objetivou a defesa, não apenas dos interesses ligados ao organismo militar mas, sobretudo, a uma situação mais consuetudinária com as necessidades das ruas, estudantes ou já formados, se submetem a prestação do serviço militar.

Quanto às emendas apresentadas pelo Sr. Carlos de Mattos, seguiu-se a observação em comparação com o texto aprovado pelo Poder Executivo e a alteração por aquela Casa tiveram como objetivo dar maior flexibilidade à norma jurídica, não de caracterização de nenhuma forma.

Peis razões acima expostas, opinou pela aprovação do presente projeto.

E o parecer.

Sala das Comissões, 11 de maio de 1957. — Wilson Gonçalves, Presidente. — José Ernirio, Relator. — Pedro Porto. — Paulo Távares. — Carlos Lindenberg. — Clodomir Hillet. — Antônio Carlos.

O SR. PRESIDENTE

(Cicero Andrade) — O expediente vai à publicação. O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura do projeto de lei enviado à mesa.

E lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 1967

Dispõe sobre a publicação da relação nominal das punições com base nos Atos Institucionais e dos motivos das punições e das outras providências correlatas.

Art. 1º O Ministério da Justiça, com a colaboração da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, dos demais órgãos cuja audiência lhe pareça necessária, providenciará, de

ro de 60 dias da vigência desta lei de publicação no *Diário Oficial*:

I — da relação nominal de todos as cidadãos que, entre 9 de abril de 1954 e 15 de março de 1967, tenham sido cassados os mandatos de que eram titulares, quer no plano federal, estadual ou no municipal, ou seus direitos políticos suspensos com fundamento em preceitos dos Atos Institucionais;

II — de um sumário dos motivos que tenham determinado ou justificado, em cada caso específico, a aplicação da respectiva punição, com a indicação das fontes onde foram conhecidos aqueles motivos, esclarecendo a forma apurados em inquéritos, processos judiciais ou administrativos, e por informações constantes de arquivos ou arquivos de natureza oficial, bem como quaisquer outros elementos que possam caracterizar as razões da decisão.

Art. 2º Na publicação, ainda que resumida a que se refere o inciso I do artigo anterior, o Ministério da Justiça, de entender desnecessário divulgar os que lhe pareçam menos relevantes, não deixará de, em relação às que foram punidos com fundamento no art. 10 do Ato Institucional nº 1, especificar todos os motivos que tenham representado contra as acusações de "haverem perturbado os interesses da paz e da harmonia nacional" e em relação aos que foram punidos com base no art. 15 do Ato Institucional número 2 divulgará todas as acusações que qualifiquem a ação de cada qual deles como perturbadora do "interesse de preservar a Revolução".

Art. 3º Fica assegurado a qualquer s atingidos pelos atos a que se refere esta lei o direito de requerer, por intermédio do Ministro da Justiça, e de obter, no prazo máximo de 60 dias, certidão do inteiro teor de qualquer dos documentos mencionados na publicação a que se refere o inciso II do art. 2º.

Art. 4º O Ministério da Justiça e o Ministério das Relações Exteriores, em ação conjunta, providenciarão para que os brasileiros atingidos pelas punições a que se refere o artigo 1º desta lei e que, por qualquer circunstância, se encontrem no exterior, sejam encaminhados ou repatriados para o Brasil nos Países em que estejam vivendo, ainda que, se necessário, com a anotação de que os suspensos os seus direitos políticos, passaporte que os habilita, para devidos efeitos legais, a comprovação de sua nacionalidade.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Justificação

A sensibilidade nacional não aceita a validade da tese de que os chamados crimes políticos ou delitos de opinião devam inspirar punições de longa duração. Dá ser iniludível e, apesar ocasionalmente retardável pelo caráter de circunstâncias de força, quais, por sua natureza, não podem deixar de ser efêmeras — o anjo, bem brasileiro, pela pacificação dos espíritos, sempre que a ocasião oferecer, através da inevitável medida de clemência, de tão profundas diferenças entre nós, que é a *anistia*. Por outro lado, sempre que em meio punições indiscriminadas são acionados inocentes, sem forma nem fim de juízo, com processo regular no direito da defesa — é natural um sentimento generalizado de insatisfação das injustiças se apessem da ausência da própria razão e, finalmente, dos que, tendo forma jurídica, não exercem postos de mando e liderança.

Outra não será a razão para explicar o momento, as inequívocas manifestações que, sem características técnico-partidárias, e muitas delas, ondas de personalidades altamente

situadas nos círculos oficiais do Governo, têm surgido, pregando a inevitabilidade da *anistia* ou a urgência da revisão de alguns casos específicos de iniquidades representadas em vários dos atos punitivos da Revolução.

Este projeto, porém, não chega a ser um movimento pela *anistia* nem pela *revisão* — muito embora ambas as teses mereçam o nosso aplauso total.

Com ele, visamos a muito menos. Ele objetiva conceder aos punidos pelos atos revolucionários, já não diremos o mínimo de integração na ordem jurídica, mas, isso sim, um mínimo de atenção e respeito aos mais elementares direitos do ser humano: o direito que o condenado tem de saber porque foi punido, e o direito de viver que se reconhece aos mais perigosos criminosos comuns.

Todos sabemos que, para numerosos dos cidadãos que foram atingidos pelos atos cassatórios de mandatos ou suspensivos, de direitos políticos, continua sendo segredo total a razão de sua punição. Vários têm batido, em vão, a todas as portas, procurando, por certidão ou ainda que de "vaga ouvida" saber os motivos, as causas invocadas para o castigo que receberam.

Não é reserva para muitos de nós que, em relação a algumas dessas vítimas, mesmo por parte, até, das mais altas autoridades da República Revolucionária têm sido feitas manifestações de pesar pelo reconhecimento da injustiça de que teriam sido alvo.

Tudo isso, porém, são meras lamentações que não se coadunam com a ordem jurídica e, antes, documentam o quanto ela foi atingida e quão urgentemente precisa de ser restaurada.

É evidente que a Nação tem o direito de saber por que alguns dos seus cidadãos foram privados dos seus direitos essenciais. Maior de que o da Nação porém, é o direito da própria vítima sobretudo se inocente, de saber de que é que a acusam.

Estes fundamentos explicam o artigo 1º e seus dois incisos e o artigo 2º do projeto ora apresentado, quando estabelecem a publicação da relação nominal de quantos foram cassados ou tiveram seus direitos políticos suspensos, durante o período de implantação revolucionária, e, mais ainda, embora em síntese os motivos que teriam levado o Governo discricionário a assim proceder.

O artigo 3º já justificado por sua leitura de vez que apenas concede, explicitamente, aos punidos o direito de obter as certidões que considerem necessárias, desde que se trate de peças ou documentos de que tenham resultado acusações danosas ao seu nome e ao exercício dos seus direitos de cidadania.

O artigo 4º visa a pôr fim a uma iniquidade, que está importando em ampliação da pena que alcançou aqueles cassados e punidos pela Revolução, que as circunstâncias forçaram a sair do País.

É sabido que, quase todos eles, no estrangeiro, sem passaporte, estão podendo circular legalmente, somente graças como na França, a certos "permis de séjour" das autoridades do País que os está abrigando, privados de trabalhar normalmente, para a própria sobrevivência, e, além disso, por muitos tratados como se fossem "apátridas".

Ora não é natural, e antes é desumano que isso ocorra. A verdade, no entanto, é que não têm logrado o documento de comprovação de nacionalidade a que fazem jus. Isso, no entanto, não é concebível, porque brasileiros eles são, e brasileiros continuam sendo. Pode-se, até, estabelecer — o que seria mais uma humilhação para o País do que para eles — que, nos passaportes postos à sua disposição se declare que "se trata de brasileiros cassados ou com direitos

políticos suspensos", mas o que não é possível é negar-lhes o próprio passaporte, o documento de sua nacionalidade.

O projeto que, ora, submetemos ao Senado Federal — e seja isso proclamado em honra do Governo inaugurado em 15 de março — está absolutamente sob a inspiração do mesmo ideal que, segundo divulga, hoje, a imprensa, levou o Sr. Presidente Costa e Silva por feliz sugestão do Professor de Direito que é o ilustre titular do Ministério da Justiça a determinar as providências necessárias para que se instale, no Brasil, o "Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana", iniciativa marcante da meritória determinação de reintegrar o País no rol dos Estados de Direito e de cumprir os inalienáveis compromissos que assumimos para com a Revolução número 2.217 da Assembleia das Nações Unidas, votada em homenagem ao Ato Internacional dos Direitos Humanos.

Por tais fundamentos, esperamos que este projeto — que é um mínimo de sensibilidade por direitos humanos fundamentais — mereça a aprovação do Congresso e a sanção do Presidente da República, cujos sentimentos de humanidade nem os seus mais intransigentes adversários podem deixar de reconhecer.

Sala das Sessões, 12 de maio de 1967. — Antônio Balbino. — Gilberto Marinho. — Mário Martins. — Bezerra Neto. — Aarão Steinbruch.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O projeto lido irá à publicação e às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a Mesa requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO

Nº 359, de 1967

Nos termos regimentais, requero à Mesa sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro dos Transportes:

1 — Foram apuradas as causas do desabamento do muro que compõe o cais do Porto de Aracaju (SE), ocorrido há mais de um ano?

2 — No caso afirmativo do item anterior, há responsáveis pelo fato e quais são as referidas causas?

3 — No que concerne ao Porto de Aracaju (SE), qual é a programação do DNPV — Departamento de Portos e Vias Navegáveis para o ano corrente?

Justificação

A ausência de notícias sobre obra fundamental para o progresso do Estado de Sergipe nos faz subscrever o presente requerimento.

Sala das Sessões, 12 de maio de 1967. — José Rollemberg Leite.

REQUERIMENTO

Nº 360, de 1967

Nos termos regimentais, requero à Mesa sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministério do Interior:

1 — Está sendo realizado o abastecimento d'água à população da cidade de Frei Paulo (SE), cujas instalações foram dadas por concluídas e inauguradas, há mais de um ano, pelo então Ministro da Viação e Obras Públicas?

2 — Que razões determinaram o impedimento da distribuição d'água à população, logo após a inauguração das obras?

3 — Por que tal fato ocorreu em outra cidade, qual seja, a de Riachão do Dantas (SE)?

4 — Estão as bombas do serviço de captação d'água, para abastecimento da cidade de Tobias Barreto (SE), colocadas em local protegido contra enchentes do rio que serve de manancial?

5 — No caso afirmativo do item anterior, alguma vez as referidas bombas ficaram submersas?

Justificação

Notícias contraditórias sobre tais serviços foram publicadas por periódicos, sem que saiba estarem ou não aquelas instalações d'água em pleno funcionamento. Desejando saber qual o pronunciamento oficial sobre o assunto, subscrevo o presente requerimento.

Sala das Sessões, 12 de maio de 1967. — José Rollemberg Leite.

REQUERIMENTO

Nº 361, de 1967

Requeremos, nos termos do Regimento Interno e em caráter de urgência para efeito de maiores esclarecimentos a projeto de lei de nossa autoria, sejam solicitadas ao Ministério do Trabalho, as seguintes informações:

1 — Se o Ministério já ouviu a direção do Instituto Nacional da Previdência Social sobre os efeitos negativos, na receita da instituição, do recente Decreto-lei nº 293, de 28 de fevereiro de 1967.

2 — Se estão sendo elaboradas providências para o retorno das operações de seguros de acidentes do trabalho às empresas privadas, como prevê o decreto-lei, ou se o Ministério estuda meios de evitar o esperado desfalece na receita do Instituto.

3 — Qual o ponto de vista do Ministério sobre as ponderações apresentadas em 1º de maio deste ano no memorial das entidades trabalhadoras de São Paulo, que pleiteiam o restabelecimento dos arts. 1º e 3º do Decreto-lei nº 7.036, de 1944, que consolidava a legislação de acidentes do trabalho.

4 — Se o Ministério adotará a conclusão do art. 3º do citado Decreto-lei nº 293, que concede com fundamento no art. 158, XVII, da Constituição ainda na época não vigente, o retorno das operações de seguros de acidentes do trabalho, às empresas privadas, quando aquele inciso constitucional tal concessão não outorga para revogar a legislação existente.

5 — Se já foram organizados levantamentos em tabelas nos círculos das indenizações mínimas e máximas, bem como as tabelas de seguros e seus prêmios nas previsões do Decreto-lei nº 293.

Sala das Sessões, 12 de maio de 1967. — Senador Vicente Bezerra Neto.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Os requerimentos lidos serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Catete Pinheiro) — Acha-se terminado o prazo, de três sessões, durante o qual deviam ficar sobre a mesa, para recebimento de emendas, nos termos do art. 407, § 1º, do Regimento Interno, os seguintes Projetos de Resolução, todos de autoria do Sr. Senador José Ermirio:

Nº 41-67 — Que objetiva o estabelecimento do critério do rodízio para a representação do Senado no Exterior;

Nº 42-67 — Que estabelece igual critério para a eleição dos membros da Mesa;

Nº 43-67 — Que dá nova redação ao art. 85-A, referente as atribuições da Comissão de Agricultura.

O primeiro desses projetos recebeu uma emenda, de autoria do Sr. Senador Rauli Giuberti. Aos demais não foram apresentadas emendas.

Os projetos vão às Comissões de Constituição e Justiça e Diretora.

O SR. PRESIDENTE:

(Catete Pinheiro) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Aarão Steinbruch.

O SR. AARÃO STEINBRUCH:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, após o pronunciamento do Sr. Ministro do Trabalho no dia 1º de maio, quando falou aos trabalhadores brasileiros na cidade de Santos, lendo, inclusive, uma proclamação do Sr. Presidente da República, Marechal Costa e Silva, se iniciou em todo o País uma vasta campanha de desmoralização do atual titular da Pasta do Trabalho e Previdência Social. Editoriais foram publicados na imprensa do País e eu quero, mesmo, de propósito, destacar um deles, publicado pelo "Jornal do Brasil", que se edita na antiga Capital da República, sob o título *Falso Paternalismo*. Os que leram o editorial, que reflete a direção do jornal, ficaram convencidos de que o motivo principal da campanha iniciada era o anúncio que S. Excelência dava à Nação, de que seria socializado o seguro de acidentes do trabalho.

Fazendo considerações sobre o decênio da ditadura, o editorialista assevera que, naquela época, fazia-se no dia 1º de maio, um apelo direto e paternalista aos trabalhadores do Brasil invocando as palestras que então proferia o ilustre Ministro Alexandre Marcondes Filho, muito embora esse mesmo jornal, naquele período do Estado Novo, não se impressionasse em publicar essas palestras e receber as subvenções que o antigo DIP — Departamento de Imprensa e Propaganda — distribuía a mãos dadas entre a imprensa brasileira.

Faz esse editorial uma referência despectiva à minha pessoa, emitindo conceito que não quero discutir, porque cada um pode ter a respeito da curem a opinião que julgar conveniente, como eu tenho quanto ao Diretor daquele jornal. Ali se diz que mereço de artimanhas e engodos, e teria conseguido a aprovação do 13º plano para os trabalhadores de empresas privadas, não obrigando o Governo a adoção da medida.

Vai nisso, certamente, uma grave injúria ao Sr. Presidente, de vez que não é lícito a nenhum parlamentar, ser que incorra a proposição no vício da inconstitucionalidade, determinar que o Poder Executivo aumente despesas com relação aos seus servidores.

Se tivesse ocorrido, teria usado a minha, se aprovado fosse o projeto pelo Congresso Nacional. Mas uma proposição originária de qualquer parlamentar, se tem o endosso do Congresso Nacional, passa a ser uma proposição do próprio Legislativo.

Ademais, essa lei não constitui precedente na legislação internacional. É da legislação argentina, da legislação italiana, consta da legislação de quase todos os Países do mundo. Inclusive naqueles em que não há legislação trabalhista específica, consta dos acordos e contratos coletivos de trabalho firmados pelas partes.

Entretanto, entrei no editorial como Pilatos no Credo porque a verdadeira campanha que se iniciou no País, foi contra a estatização ou a socialização do monopólio dos seguros de aci-

dentos do trabalho. O editorial afirma que nenhuma categoria de trabalhadores reivindicou, por exemplo, a estatização dos seguros.

Lembro, a propósito, os seguintes congressos, realizados no Brasil, onde a unanimidade dos presentes solicitava do Poder Executivo a adoção dessa medida: Congresso Brasileiro dos Trabalhadores da Indústria, realizado ainda no ano de 1949, na cidade de Petrópolis; uma concentração sindical, ocorrida no ano de 1952, em Arcozeo, no Estado do Rio; o I Congresso dos Trabalhadores Gaúchos, realizado na cidade de Porto Alegre, no ano de 1952; o VII Congresso dos Trabalhadores de Minas Gerais, realizado em 1952; e o I Congresso Brasileiro de Previdência Social, realizado no antigo Distrito Federal, no ano de 1953.

Em todas as conferências, em todos os congressos internacionais a que tem comparecido o Brasil, por intermédio de seus representantes, tem sido adotada a tese do monopólio do seguro de acidentes do trabalho. Em alguns congressos o Brasil tem até tido a primazia da apresentação da referida tese.

Dai por que é de se estranhar que o editorial em apreço diga que essa reivindicação não é exigida pelos trabalhadores e que nunca ninguém fez dela caso. Em todos os Congressos Internacionais o Brasil tem sido parte e em muitos deles tem sido a primazia da apresentação da tese do monopólio do seguro.

A verdadeira expressão, aliás, não é monopólio; seria socialização do seguro de trabalho. Em verdade, se existe monopólio do seguro de acidentes de trabalho, em nossa terra, este monopólio é de poucas companhias de seguro privado.

Em 1940, através da Lei nº 2.063, se determinou que nenhuma nova companhia poderia operar no ramo de acidentes de trabalho. A partir daquela época, limitou-se o monopólio às companhias existentes em 1940, que operavam com seguros de acidentes de trabalho. Essas que evidentemente custeiam os editoriais e que estão por trás desta campanha, organizada no País no sentido de fazer sair este monopólio das mãos de poucas empresas privadas para passar para o Instituto Nacional de Previdência Social que, com a arrecadação dos prêmios dos seguros, poderá atender melhor às suas altas e elevadas finalidades. O próprio Senhor Ministro do Trabalho, Senador Jarbas Passarinho, teve ocasião de afirmar que, no ramo de seguro, são arrecadados anualmente 200 milhões de cruzeiros novos. E o "Diário de Notícias" contrariamente ao editorial do "Jornal do Brasil", publicava, no dia 9 do corrente mês, o seguinte:

"O Governo terá de enfrentar sérias dificuldades para transferir aos órgãos previdenciários a faculdade exclusiva da manipulação desses seguros (acidentes do trabalho). O volume dos prêmios...

Note bem o Senado da República esta parte do editorial do "Diário de Notícias":

"O volume dos prêmios excede muitíssimo o das indenizações correspondentes aos sinistros. O seguro de acidentes do trabalho refere-se — comprovadamente — margem de lucro bem maior que os seguros inclusive os de vida..."

O Sr. Atílio Fontana — Permite V. Exa. um aparte!

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Pois não.

O Sr. Atílio Fontana — V. Exa. citou que, em face de um decreto-lei de 1942, o seguro praticamente passou a ser mon...

te do trabalho. Não sou a favor de qualquer monopólio. E acredito que, muito embora se tenha reduzido o número de empresas, em fase desse decreto-lei, ou porque algumas empresas desistiram de trabalhar por causa de frequentes noticiários de que o Governo terminaria com o seguro de acidente do trabalho nas empresas privadas, hoje, melhor do que nunca, o Instituto Nacional de Previdência Social tem condições de competir com as empresas privadas. O Instituto pode e deve oferecer bons serviços — taxas mais econômicas e, em consequência, atrair maior número de segurados. Mas o que nos parece justo, nobre colega, é qualquer determinação para terminar com o seguro nas empresas privadas. O melhor é continuar como está; o Instituto Nacional de Previdência Social oferecendo e aprimorando os seus serviços referentes a seguros de acidente de trabalho, e as outras companhias também, se possível, porque nada melhor do que a concorrência, do que a competição a fim de que o interessado seja bem atendido.

Não tenho ligação praticamente com companhias de seguro, mas a verdade é que parte de nossas indústrias mantém seguro com os Institutos do Governo e outra com empresas particulares. Parece que assim elas funcionam melhor, porque há uma competição, há um trabalho intenso para conquistar o segurador de sorte que o sistema atual me parece o melhor. Uma parte pode estar a cargo do Instituto, de Previdência e a outra parte com as companhias. Isso, assim, corresponderá às necessidades. Ficam, então, as empresas com direito a optar por uma ou por outra das duas formas de manter seguro para seus trabalhadores. É a minha opinião.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — V. Exa. estaria coerente, nobre Senador Atílio Fontana, com o seu pronunciado, com o seu aparte, se adogasse a tese de que todas as companhias de seguro que operam em qualquer ramo de seguro pudessem operar também no ramo de seguro de acidente de trabalho.

O Sr. Bezerra Neto — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Com muito prazer. Permita-me, porém, concluir minha resposta ao aparte do Senador Atílio Fontana.

V. Exa. entende que se deve continuar com o atual sistema, isto é, conferir a um pequeno grupo de companhias seguradoras esse privilégio.

Ora, se em 1940 havia muitas, elas foram reduzidas, por um decreto, se não me engano a sete companhias que podem operar nesse ramo. V. Exa. sabe melhor do que eu que é muito mais fácil ao empregador da indústria ou do comércio fazer um *gentlemen agreement* com as companhias de seguro particulares para o seguro sair um pouco mais barato. O Estado, porém, não pode fazer isso sob pena de desrespeitar a lei. Porque se uma fábrica ou um estabelecimento industrial mantém um quadro de milhares ou mil operários, V. Exa. sabe que ela faz um seguro dos seus empregados em bases muito menores. Então, as companhias de seguro fecham os olhos a esse desvirtuamento da prática da lei, o que o Instituto não pode fazer. Mesmo porque a Previdência Social pode ter um lucro, conforme informações prestadas de cerca de duzentos milhões de cruzeiros novos anuais no volume de seguro de acidente de trabalho. O lucro dessas companhias portanto é fabuloso e esse lucro vai todo distribuído entre os que exploram o ramo. Mas se o Instituto explorar sozinho esse ramo porque o seguro social é obrigatório — se fosse facultativo eu aceitaria a tese de V. Exa. de que deveria haver exploração pelo Instituto e conjuntamente pelas empre-

sas privadas — mas é obrigatório, atinge a todos, então o lucro auferido reverterá em favor do Instituto da Previdência Social. Por isso se deveria fazer uma campanha nacional de prevenção de acidentes porque aqui, por exemplo, no Brasil, comparativamente com os Estados Unidos, a proporcão é de 15 para um. E se poderia também, com esse dinheiro com essa diferença entre o dinheiro arrecadado e o prêmio pago aos acidentados, promover a readaptação profissional dos empregados incapacitados em uma profissão para outra atividade, do que as companhias seguradoras não cogitam, e sim apenas em pagarem pura e simplesmente o prêmio do acidente.

E digo mais: de tal maneira operam as companhias de seguro privado que exploram o ramo de acidentes de trabalho que chegam ao ponto de ilaquearem a boa fé do ex-Presidente da República, Marechal Castello Branco que, modificando totalmente a legislação sobre o assunto e V. Exa. não desconhece que até bem pouco tempo esse seguro era privativo dos Institutos dos Marítimos, do IAPETC etc. — tirou deles esse privilégio (artigo 3º do Decreto-lei nº 293, de 1967) esse privilégio ocasionando um desfalque na economia desses Institutos da ordem de duzentos milhões de cruzeiros novos, sob a alegação de que o inciso XVII do art. 158 da Constituição Federal determina a privatização do seguro de acidentes de trabalho quando isso não consta daquele inciso.

O Sr. Bezerra Neto — Permite-me V. Exa. um aparte? — (Assentimento do orador) — O citado artigo da Constituição, que ainda ia entrar em vigor, quando da expedição daquele decreto-lei, trata apenas da obrigatoriedade de assegurar o acidente, mas tal obrigatoriedade não revoga a legislação existente. Então, critica-se o Decreto-lei nº 293 por representar, então, a entrega total do seguro de acidente de trabalho às empresas privadas — uma concorrência que surgirá, naturalmente, em prejuízo do Instituto de Previdência, representando, assim, anualmente, segundo cálculos de observadores, cem milhões de cruzeiros novos, que eram especificamente destinados à rede hospitalar e à assistência médica. De modo que o Governo, que na parte reccutária, na parte fiscal propriamente dita, foi, na realidade, mais rigoroso, mais eficiente, teve mais força do que os governos passados, nesse ponto comete uma contradição: abandona uma fonte de receita certa, quando os seus encargos aumentaram. Isso é, aliás, objeto de um pedido de informações que, hoje, enderecei ao Ministro do Trabalho em torno de um projeto de lei que pretendo apresentar. Mas o Decreto-lei nº 293, de 28 de fevereiro, tem levantado uma grifa geral, protestos das classes trabalhadoras. Embora eleve os prêmios e a receita de aplicação de seguros, ele amplia, de um modo inconveniente, quanto ao conceito de acidente do trabalho. Os trabalhadores do Estado de São Paulo no dia 1º de maio, em memorial endereçado ao Ministro do Trabalho pedem o restabelecimento dos artigos 1º e 3º da Lei de Acidentes do Trabalho, de 1944. Embora se diga que esse decreto-lei tenha melhorado a Lei de Acidentes do Trabalho, os próprios trabalhadores, em memória dirigido ao Ministro do Trabalho, reclamam contra a revogação daqueles preceitos que definiam o acidente de trabalho. Assim, o que se está dizendo é que o Decreto-lei nº 293 beneficia tão somente as empresas privadas de seguro.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — V. Exa. tem toda razão. Esse decreto somente beneficia as empresas particulares, essas poucas empresas — porque, inicialmente, eram 120 e agora estão reduzidas a 7 — que operam

no ramo de seguro, que detêm o monopólio, não permitindo que outras companhias se formem para exploração dessa forma de seguro, que é o mais lucrativo de todos os ramos de seguro existentes.

A privatização — tirando o monopólio dos Institutos, que, com a receita arrecadada, mantinham a sua assistência médica, farmacêutica e hospitalar — constitui, na minha opinião, um crime que tem de ser reparado, ainda mais que esse decreto-lei foi conseguido com a falsa alegação de que a Constituição Federal determinava a privatização do seguro de acidentes do trabalho — menciona, inclusive, no art. 3º, o inciso da Constituição — quando o dispositivo constitucional diz apenas a seguinte:

“Art. 158. A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos termos da lei, visem à melhoria de sua condição social:

XVII — seguro obrigatório pelo empregador contra acidente do trabalho;”

Onde a privatização a que faz referência o art. 3º do decreto-lei baixado nos últimos dias do Governo do Marechal Castello Branco?

Sr. Presidente, o grande tratadista Rudolf Metall, melhor do que ninguém, focalizou o problema e, numa síntese feliz, define perfeitamente a questão, da seguinte maneira:

(Lendo) “Admitir sociedades de seguro comercial à exploração do risco de trabalho, obriga à hipocrisia de fechar os olhos, diante da incompatibilidade fundamental entre o seguro privado que procura obter, nos limites bastante amplos do decréto capitalista, o máximo possível de lucro, como compensação e amortização dos capitais investidos, e o seguro social, que exclui a especulação privada e a garantia comercial e é orientado num sentido humanitário.”

O Sr. Atílio Fontana — Permite V. Exª um aparte?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Pois não.

O Sr. Atílio Fontana — Nobre Senador, concordo em que poderiam ser reduzidas as taxas atualmente em vigor. É verdade. Mas dizer que as empresas deixam de pagar o tributo sobre o número de operários, de trabalhadores, de empregados enfim, não é exato, porque há um reajustamento semestral, ou anual, entre as companhias seguradoras de acidentes do trabalho e as empresas, de vez que todas as empresas são obrigadas a contabilizar as folhas de pagamento mensal dos seus funcionários. Daí, não há como sonhar esse imposto. De outra parte, as companhias privadas de seguro, em geral, dão melhor assistência, segundo nos parece, que o Instituto. V. Exª sabe perfeitamente que no interior existem dezenas e dezenas de municípios em que os Institutos não têm sede, não têm agência, não têm nada. Em suma, qualquer acidentado teria que viajar à distância, enquanto as companhias seguradoras mantêm agentes em todas as cidades, pequenas e grandes. Essas agências é que tratam com o empregador ou com o segurado, para poder cobrir as despesas do acidente do trabalho. Parece-nos — e continuamos defendendo essa tese — que o Instituto de Previdência deve continuar e poderá chegar o dia em que terá o monopólio do seguro, desde que possa atender com aquela presteza, com aquela eficiência que se faz necessária. Atualmente, contribuintes dos institutos de previdência recebem os benefícios no tempo que seria de desviar. Muitas vezes, no caso de um segurado,

doença, por exemplo, a empresa paga 15 dias, devendo o doente receber, daí em diante, pelo Instituto e este não lhe paga imediatamente. Leva meses para cobrir aquele benefício. Isso também ocorre com outros benefícios que a lei assegura aos contribuintes. De sorte que não devemos procurar terminar com as empresas existentes, porque muitas delas — tenho conhecimento disso — que funcionavam, entre outras modalidades, com o seguro de acidentes de trabalho, terminaram desistindo, porque na verdade, ao contrário do que V. Exª ainda há pouco afirmou, o seguro de acidentes de trabalho não é bom para as empresas. Por isso poucas empresas subsistem.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — V. Exª está desmentindo as estatísticas, nobre Senador.

São órgãos insuspeitos, é o próprio Instituto de Resseguros que informa que, de todos os ramos de seguro que as empresas privadas exploram, o de acidentes do trabalho é o mais lucrativo. Seu vulto atingiu, no ano passado, a duzentos milhões de cruzeiros novos e o prêmio pago foi muito inferior à soma arrecadada por esse seguro. A estatística está demonstrando que V. Exª está equivocado neste ponto.

V. Exª acentua que as empresas são obrigadas a inscreverem na folha de pagamentos os seus empregados, razão por que não podem senão o montante das importâncias arrecadadas e pagas aos Institutos. V. Exª também labora, data venia, num equívoco.

V. Exª sabe que existem muitas empresas que nem registram seus empregados, quando começam a trabalhar no estabelecimento. Se ela é obrigada a fazer esse seguro com o Instituto, este vai saber quantos empregados realmente existem no estabelecimento e fazer com que o estabelecimento contribua na base dos empregados realmente existentes. V. Exª sabe muito bem disto.

O Sr. Atílio Fontana — Existe não apenas o seguro, mas a contribuição mensal que a empresa tem que pagar, assim como o trabalhador, para o Instituto. Existe o registro e a fiscalização.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Essa fiscalização às vezes não pode ser feita suficientemente, pois deveria haver número maior de fiscais na Previdência Social.

V. Exª diz, também, que não interessa o monopólio às companhias de seguro. Se interessasse, elas não se movimentariam através dos editoriais de imprensa. Quero lembrar a Vossa Excelência, que era Deputado na ocasião, quando se votava na Câmara dos Deputados um projeto que determinava esse monopólio para os Institutos, tirando-o das empresas privadas. V. Exª há de se lembrar da movimentação nos corredores da antiga Câmara, no Palácio Tiradentes, onde os donos de companhias de seguros enfrentavam os Srs. Deputados e pediam-lhes voto para repelir o monopólio porque este era lesivo a seus interesses. Dizendo agora Vossa Excelência que esse seguro não interessa às companhias seguradoras que exploram o ramo, pediria então ao nobre colega, que é empregador, e dos mais honestos que conheço neste País, pediria que trouxesse, para conhecimento da Casa, memorial com a assinatura dessas companhias que dizem ter prejuízo e não querem explorar o ramo de seguro de acidente do trabalho. A questão terminará. O Instituto diz que as empresas têm lucro nesse ramo: estas dizem que o ramo lhes dá prejuízo. O problema estará terminado — basta que se transfira para o Instituto de Previdência Social o monopólio do seguro de acidente do trabalho.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Com todo o prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Senador Aarão Steinbruch, estou ouvindo a discussão travada entre Vossa Excelência e o eminente Senador Atílio Fontana, a quem admiro profundamente, sobretudo porque trata de assuntos de ordem econômica e social com a mais profunda sinceridade. As vezes era — é possível, pois é humano — mas sempre, com sinceridade, com lealdade, tem manifestado suas opiniões sobre os assuntos mais importantes da vida econômica, social, política e financeira do País.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — De inteiro acordo com V. Exª.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Contudo, neste ponto, tenho a satisfação de dizer que estou de pleno acordo com V. Exª. Está evidente que a quebra do monopólio em favor dos Institutos deu aos mesmos um prejuízo de mais de cem milhões de cruzeiros novos anuais, ou seja um bilhão de cruzeiros velhos. Isto significa que? Um desgaste, uma quebra, uma redução sensível no serviço social, no serviço próprio dos Institutos em favor do operariado. Sou na realidade contra toda e qualquer espécie de monopólio porque acho que o monopólio é anti-social. Na concorrência é que está, em geral, a base de todo progresso, quer comercial, quer industrial, de qualquer natureza. A concorrência é tudo. Mas o monopólio dos seguros contra acidentes do trabalho tem caráter social uma vez que vem aumentar a renda para que o Estado, através do INPS, atenda melhor as necessidades sociais, as necessidades do operariado brasileiro. Este monopólio é simpático e democrático, tem caráter social. E revelando as estatísticas que os Institutos ficaram privados dessa contribuição enorme, de cerca de um bilhão de cruzeiros velhos anuais, está evidente que parece um erro suprimir-se uma soma tão elevada, de que os Institutos precisavam, para assegurar esta liberdade da concorrência, que deve ser mantida pelo Governo em outros setores da vida social e econômica do País.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Muito obrigado a V. Exª. Quando V. Exª diz que o prejuízo foi de ordem de 100 milhões de cruzeiros novos, refere-se a uma parte apenas desse prejuízo, porque se tirou o monopólio dos Institutos que o tinham até a data dessa lei do Sr. Castello Branco — IAPETCO, Marítimos e Aeroviários. — Imagine V. Exª se este monopólio fosse estendido, como devia e como deve ser — e evidentemente, o Governo atual vai mandar mensagem neste sentido — ao antigo IAPI, IAPC, etc. V. Exª verá que grande quantia o INPS arrecadará em benefício dos seus segurados e dependentes. Porque, se foi retirada essa importância, em razão de privilégios de certas companhias privadas, que têm um lucro fabuloso, que receberam esses 100 milhões de cruzeiros novos, comprovadamente, estatisticamente, esses Institutos terão de fazer maior contribuições aos segurados, para ampliar a assistência que já vinham prestando aos associados e seus dependentes.

O Sr. Bezerra Neto — Se V. Exª me permite, no caso a expressão monopólio é imprópria. O que o Estado está fazendo é assegurar recursos para executar a sua missão social, visando o melhor controle das operações. É uma função própria do Estado, prevista em todos os países adiantados.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Monopólio tinham as companhias de seguro. Não queriam que outras empresas operassem.

O Sr. Josephat Marinho — Em resumo, parece-me que sendo o seguro

de acidente do trabalho uma forma de garantir a justiça ou a devida assistência, pelo Estado, ao trabalhador, não deve constituir fonte de renda a empresas lucrativas.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Realmente, era esse o tópico que eu ia iniciar agora, quase encerrando o meu discurso. Não se pode conceber que o Estado crie uma obrigação para as classes empregadoras, um ônus financeiro decorrente do seguro de seus empregados, e vá conferir a empresas privadas o privilégio de daí tirarem proveito comercial. O aparte de V. Exª, se situa bem dentro da explanação que venho fazendo a esta Casa com referência ao assunto.

Quero também referir que a socialização desse seguro não é só do Brasil; é da maioria dos países ao mundo. A própria Enciclopédia Britânica, quando trata do assunto, diz que na maioria dos países esse seguro é realizado pelo Estado. É a tendência é a universalização dessa prática.

Por isso, Sr. Presidente, mesmo que essas editoriais continuem a dirigir ofensas, inclusive pessoais a mim, para esconder, atrás disso, campanhas custeadas por empresas de seguros, outros interesses, continuarei na mesma luta de sempre para que se erradicuem do nosso sistema as injustiças e as fraudes no País.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Catiote Pinheiro) — Com a palavra o Sr. Senador Edmundo Levi por cessação do Sr. Senador Atílio Fontana.

O SR. EDMUNDO LEVI:

Sr. Presidente, inicialmente meus agradecimentos ao eminente Sr. Senador Atílio Fontana, por me haver cedido a vez na ordem de inscrição.

Srs. Senadores, o extrativismo na Amazônia permitiu, durante mais de dois séculos, ali se fixassem embora em núcleos grandemente isolados, populações que atestam a presença do Brasil em toda a vasta área dominada pelo Grande Rio. Há cerca de um século a borracha assumiu preponderância sobre todas as atividades florestais e, assim, constituiu um elemento de fixação do homem no interior, apesar do abandono sofrido a que foi votado.

A princípio a heveia surgia nas estatísticas timidamente. Entretanto, depois da descoberta do processo de vulcanização, tomou incremento a exploração dos seringais e verdadeiros batalhões penetraram todo o grande vale, através dos rios que o fecundam, numa batalha não contra outras nações nem com morticínios entre homens, mas para uma verdadeira conquista daquela imensa região hoje orgulho e preocupação do Brasil.

Os tenentes da seca do Nordeste muito concorreram para incentivar, rumo ao Oeste, com maior impeto, E aqueles bravos nordestinos que, à frente de novas bandeiras, foram penetrando os vales dos rios Juruá, Solimões, Purus e Madeira, constituíram-se em verdadeiros comandantes de exército, de tal sorte que os seus dirigidos, numa eleição espontânea, passaram a chamá-los de coronéis. O coronel, no interior amazônico, que muitos, desconhecendo o seu trabalho extraordinário de brasilidade pretendem ridicularizar — foi, na verdade, o comandante de novas bandeiras que deram ao Brasil a segurança da sua soberania naquela vasta arca.

Durante mais de um século, portanto, a borracha foi o motivo, fulcro de toda atividade interiorana e, através de todos os tempos, embora sofrendo crises, constituiu-se num elemento de estratificação da economia, embora primária, da região amazônica. Os seringais, a despeito do seu primitivismo, num sistema, hoje considerado retrógrado foram e continuam a ser unidades econômicas que permaneceram, através de todas as dificuldades,

O Sr. Argemiro de Figueiredo
Brasileira e, sobretudo, nordest.

como V. Exa. assinalou no começo de sua exposição, demonstrando, com perfeito apoio da história do nosso país, que o nordestino tem uma participação franca e eficiente nas lutas contra as florestas, contra a natureza, como V. Exa. salientou, no sentido de fazer emergir daquela região despovoada a riqueza para a economia nacional. Já visitei o Estado de V. Exa. o Amazonas — a convite do saudoso Senador Cunha Melo, e observei duas coisas que me estarreceram: primeira, a falta de técnica no sentido de aprimorar a extração da borracha e o cultivo dos seringueiros. Encontrei lá, quando se dizia que havia campos experimentais de multiplicação de sementes, de variedades novas resistentes às pragas, um campo inexpressivo, vamos dizer, mal feito, sob o ponto de vista técnico, onde havia, na verdade, algumas seringueiras resistentes às pragas, recomendadas pela boa técnica da ciência agrônoma. O serviço não tinha absolutamente a extensão necessária para dar ensinamentos necessários a uma nova etapa, a uma etapa técnica na preparação dos seringueiros mais produtivos de borracha. Por outro lado, quanto a falta de financiamento a que V. Exa. se referiu, observei, naquele tempo, ouvindo pessoas da mais responsabilidade, que o Banco da Amazônia, criado com a finalidade de dar assistência aos produtores, abandonava-os e ficava a negociar, só e só com espírito especulativo, com os elementos intermediários, com aqueles que compravam a borracha e não com aqueles que produziam borracha, plantando seringueiros. V. Exa. trata de um dos assuntos mais importantes, até sob o aspecto social. O Brasil tem necessidade de facilitar todos os meios no sentido de povoar o quanto possível, e o mais possível a região amazônica. Ela é cobrada pelos estrangeiros. Não acredito mais, hoje, nos tempos modernos, em guerra de conquista. Mas, se ainda estivéssemos nesse tempo, não tenha dúvida V. Exa. de que a região amazônica já estaria em mãos estrangeiras, possivelmente com sacrifício de nossos patriotas, com sacrifício de brasileiros. Nosso despreparo em armas modernas nos deixaria derrotados numa luta dessa natureza com esses países melhor armados do mundo. A assistência que V. Exa. solicita ao governo sob o ponto-de-vista técnico, financeiro e possivelmente hospitalar (e na necessidade desta também, na região a que V. Exa. se refere) é um apelo que não é de V. Exa. Tudo isto significa e deve significar um apelo de toda a Nação, porquanto na região amazônica estão grandes esperanças de nossa emancipação econômica. V. Exa. não só como nordestino como na qualidade de brasileiro e patriota, terá a minha solidariedade e acredito que a solidariedade do Senado da República toda vez que pleitear para a Amazônia os recursos indispensáveis à melhoria de sua civilização, de suas condições econômicas, e uma melhor assistência, assistência generosa, assistência completa por parte dos poderes públicos em benefício do povo amazense.

O SR. EDMUNDO LEVI — Muito grato ao aparte profundo do eminente Senador Argemiro de Figueiredo, S. Exa. disse que não acredita em guerra de conquista neste século porque, se guerra houvesse, possivelmente nós seríamos vítimas dela relativamente à Amazônia.

Mas, nobre Senador Argemiro de Figueiredo, quero dizer a V. Exa. que foi justamente a atividade dos seringueiros, nordestinos e amazenses, que positivamente nos salvou dessas guerras de conquista ou de guerras permanentes de fronteiras.

V. Exa. sabe que o Estado do Acre, aqui tão dignamente representado pelo eminente Senador Clóvis Maia, não é outra coisa senão o resultado de uma luta titânica do homem brasileiro naquelas terras, na extração da borracha e contra aquela investida

feita por um sindicato internacional para transformar toda aquela região do Oeste numa zona possivelmente de conflitos futuros para o Brasil. Além disso, os homens que penetram o Juruá e o Purus, sob o comando desses coronéis — não coronéis por decreto mas coronéis por eleição — travaram verdadeiras batalhas contra os caucheiros peruanos que desceram pelas cabeceiras dos rios amazônicos, e que, plantando povoações, pretendendo povoar aquela região, queriam conquistar o oeste amazônico para as respectivas pátrias.

O SR. Clóvis Maia — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer.

O SR. Clóvis Maia — Realmente, agora é que o Brasil começa a despertar para aquela região, principalmente o Estado do Acre, o Estado cagula da Federação, que deu um belo exemplo de como se defende um patrimônio adquirido com suor, com lágrimas dos nordestinos deslocados e suas terras pelas secas assolam aquelas regiões. Assim, mais uma vez, venho apresentar a V. Exa. a minha solidariedade, meu apoio à sua tese de que a região amazônica necessita ser olhada com mais carinho pelos poderes públicos, pois, por incrível que pareça, quando se inicia a construção do trecho Brasília-Acre, para surpresa, suprimem-se o trabalho da rodovia entre Porto Velho-Rio Branco, desviando-se daquele rumo 90 graus, e se continua a construção de um trecho de estrada Porto Velho-Guajará-Mirim, quando, nessa região já existe a ferrovia Madeira-Mamoré, que, embora deficitária, assiste aquelas populações. Desvia-se o caminho. Parece haver receio de penetrar-se no Estado do Acre, naquele fantasia, e consta mesmo que a estrada destinada à construção da estrada não será concedida neste ano. Assim, continua a Região na sua esperança quase ilusória. E por um longo espaço de tempo, ainda ficará isolada do Sul do País, estagnada. Portanto, tudo o que se fizer e se disser em benefício daquela Região, é pouco, para despertar a atenção das autoridades e do povo brasileiro, pois que aquela gente bem o merece.

O SR. EDMUNDO LEVI — Muito grato ao nobre representante do Acre pelo seu depoimento e pelas palavras de solidariedade que me dirige.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a permanência do Brasil na Amazônia depende de uma assistência cada vez mais eficiente às populações que ali laboram.

O SR. Lobão da Silveira — V. Exa. permite um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Pois não.

O SR. Lobão da Silveira — Estou inteiramente de acordo com a exposição que V. Exa. faz em defesa da Amazônia e da nossa gente. A atual tese da separação da Amazônia do Brasil foi levantada pelo grande Euclides da Cunha. Pecoando a região e sentindo as suas dificuldades ele afirmou que, um dia, a Amazônia se separaria do resto do Brasil. Não creio, porém, que tal aconteça, porque a bravura da gente nordestina e dos caboclos do Amazonas não o permitirá. Bastava que o Governo entregasse as verbas destinadas a serviços nessa região e isto seria suficiente para superar as dificuldades e recuperar a Amazônia e suas riquezas.

O SR. EDMUNDO LEVI — Muito grato, nobre Senador Lobão da Silveira, pela colaboração que traz à exposição que faço.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, a Amazônia naufraga neste instante, não só por uma das maiores enchentes do imenso Rio, que avassalava grandes extensões de terra, mas também sob o peso de uma das maiores crises que até hoje se abateram sobre a região.

Durante todo esse tempo em que o prego das utilidades, o prego das

mercadorias necessárias à vida da sofrida população da Amazônia ascendia dia-a-dia, a borracha permaneceu praticamente estacionária, de tal maneira que no labor do caboclo amazense, dedicado à extração da borracha, há um déficit de mais de 50% entre o salário-mínimo estipulado pela lei e aquele que resulta da sua atividade.

Dir-se-á que isso demonstra a impossibilidade da continuação de tal atividade. Seria olhar o aspecto econômico. O homem do interior amazônico, o seringueiro, desempenha função muito mais vasta, muito mais alta, muito mais elevada. Não é apenas uma peça no mecanismo econômico nacional, é um soldado permanentemente vigilante indormido da soberania das nossas fronteiras do oeste; é um atestado da fibra do nosso homem, da capacidade que tem de resistir e, portanto, de sobreviver e implantar ali uma civilização vitoriosa. Se fizermos uma reformulação do sistema econômico da Amazônia, sob um planejamento exequível dentro de vinte anos a paisagem social será completamente revolucionada, de tal sorte que o homem daquela área terá uma das mais prósperas condições de vida deste País.

Há todas as possibilidades para que se desenvolvam atividades outras, quer na pecuária, quer na agricultura, como na indústria e na manufatura.

Assim, o que é necessário neste instante é que os poderes da República encarem desde logo o problema proposto pela classe dos seringueiros, que é um grito de salvamento, um pedido de socorro dirigido por toda a Amazônia a todos os irmãos brasileiros.

Neste instante formulo um apelo ao Sr. Presidente da República, a quem foi enviado cópia desse memorial do Sindicato da Borracha, para que determine aos órgãos competentes, sobretudo ao Banco Central da República, o exame dessa peça e procure a solução adequada para salvar a região amazônica da debacle econômica que está sendo denunciada através da imprensa e, sobretudo, do órgão dos seringueiros amazônicos.

Assim crente no otimismo do Sr. Presidente da República, confiante no seu patriotismo e na sua consciência de brasileiro, faço desta Tribuna, sem cor partidária, mais como brasileiro do que como um amazônida e amazense, um apelo a S. Exa. para que ouça o clamor daquela gente e dê a solução dada. (Muito bem. Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura de Requerimento encaminhado à Mesa.

E' lido o seguinte

REQUERIMENTO

Nº 362, de 1967

Requeremos seja inserida na ata dos trabalhos do Senado, um voto de pesar pelo falecimento ocorrido a dez do corrente, do eminente jornalista, o ex-Senador José Eduardo de Macedo Soares, diretor e fundador dos jornais históricos de prestígio político como foram "O Imparcial" e "Diário Carioca".

Sala das Sessões, 12 de maio de 1967. — Bezerra Neto — Gilberto Marinho — Argemiro de Figueiredo — Mário Martins — Guido Mondin — Clóvis Maia — José Leite — Josaphat Marinho — Milton Campos — Julio Leite — Cattete Pinheiro — Aloysio de Carvalho — Petrólio Portela.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — O requerimento lido depende apenas de votação.

No encaminhamento da votação, poderão fazer uso da palavra os Senhores Senadores que o desejarem.

Está inscrito, em primeiro lugar, o nobre Senador Bezerra Neto, a quem dou a palavra.

O SR. BEZERRA NETO:

(Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, subescrevi, em primeiro lugar, a proposição porque entendo que o Senado da República deve homenagem a homens como José Eduardo Macedo Soares.

Não cumprimos, nesta manifestação, uma simples praxe parlamentar. O jornalista Macedo Soares representava, em larga faixa da vida política brasileira, algo que, hoje, já não presenciávamos o estilo de luta política, o espírito liberal, uma alta classe no mero da luta e do debate político-jornalístico, tudo isso marcando uma época na vida brasileira.

Todos que atravessaram, e atravessam, a fase republicana brasileira conhecem, de sobejo, as projeções e o valor de Macedo Soares. Esta Casa, por onde passou, deve não apenas por este fato, mas pelas realizações que plantou na imprensa política do País, a homenagem que, neste momento, o Senado presta.

Quero, Sr. Presidente, no registro desta manifestação, ler o que escreveu o jornalista Danton Jobim, da edição de hoje de seu jornal, com o título "A Morte do Mestre". Danton Jobim foi — podemos afirmar — uma criação jornalística da escola de Macedo Soares, e deve ser o remanescente raríssimo daquela aristocracia intelectual que fazia e faz jornalismo com espírito, com liberalismo e, acima de tudo, com a cultura bebida nas raízes de nosso povo.

(Lê):

"A MORTE DO MESTRE"

Fui levar, ontem, à sua derradeira morada meu Mestre Macedo Soares. Não teve o fim que pedira, a Deus, pois o que seu temperamento combativo reclamava era a morte em plena luta, quando a velhice e a doença ainda não nos amansaram os ímpetos, impedindo-nos de aceitar os desafios da vida.

Antes de tudo, José Eduardo foi um homem, na acepção plena do termo. Um caráter reto, generoso, esportivo e polêmico. Compreensivo para muitas das fraquezas dos outros, implacável com os intemperantes e os fariseus. Atacava de frente os poderosos, mas quem o viu tripudiar sobre os vencidos? Davalhes a mão, se preciso. Assim, depois da revolução de 30, de que foi um dos autores, acolheu todas as vítimas da coalha justiça política e as ajudou a recompor suas vidas truncadas pelo desmoronamento da República Velha.

Esse planfletário limpo, que às vezes lembrava Henri de Rochefort, pelo ardor no combate e sáfira implacável, não alimentava ódio a ninguém. Tinha o pudor de exibir suas emoções, mas comovia-se facilmente, ao menor sinal de que o adversário fora atingido, por estocada sua, num de seus pontos mais sensíveis.

Caracterizou-se pela sua brava independência. Se não temia investir contra os governos, também não buscava, deliberadamente, a popularidade. Por isso foi justíssima a homenagem que um dia lhe prestaram, num grande banquete em que o saudou Milton Campos, conferindo-lhe o título de "O Homem Livre".

No mundo jornalístico, José Eduardo foi uma exceção. Não fez uma carreira. As estrelas do generalato ele as teve no primeiro dia de trabalho, como Di-

leitor do "Imparcial", em 1922, quando muito jovem, deu a se da Armada para o "Imparcial", fundando-o logo um jornal que marcou época, na evolução do nosso jornalismo.

Mas o "Imparcial" não poderia dar muito em suas mãos porque Macedo Soares era a personalidade do industrial e do administrador. Sua sensibilidade e sua inteligência voltavam-se inteiramente para a política, que ele levava com grandiosidade, mas, tribulada, era que transformou seus jornais.

Com grandeza, mas sem êxito maior. Pergunto: ele não se confundiu em fazer a esvaziada política munda, virtuosidade de seu chefe e amigo Nilo Peçanha. Preferia a do outro mestre, este sim, que vinha sua formação: Rui Barbosa. Liberal e civilista, assim se manteve em todas as fases de sua vida pública, apesar das concessões políticas que teve de fazer para alcançar seus reais objetivos.

Nessa época jamais duvidou de que os princípios democráticos seriam restabelecidos plenamente após a vitória sobre o nazismo. Internamente fez o que pôde para apressá-lo. Foi ele quem inspirou a fundação do Clube dos Diretores e Principais Redatores dos Jornais, em cuja presidência de honra colocou o Embaixador da Grã-Bretanha, símbolo da resistência ao nazismo, pois o dos Estados Unidos ligara-se demasiadamente à ditadura. Esse Clube, sob a liderança de J. E., foi a ponte entre a imprensa e os militares, chefiados pelos Generais Dutra e Góes Monteiro. Graças a essa manobra, comandada por Macedo, destruímos o DIP.

Ligui-me a José Eduardo em 1932, quando o "Diário Carioca" se reabriu, após o empastelamento por um grupo de militares, e nele entrei pela mão de Horácio de Carvalho Júnior. Macedo escolheu-me para substituí-lo nos seus dias de folga, e partir de 1934, encorajando-me a juntar o meu nome ao seu apesar de minha natural relutância em fazê-lo.

Então esse é um artigo que imagino muitas vezes ter escrito para o dia em que Macedo viesse a cerrar os olhos. Mas tudo que consigo é lançar frases no papel e esconder minha indelével emoção pela perda do Mestre. Deus, nos seus mistérios, não permitiu que ele tombasse, como merecia, em plena batalha, a fim de que dele só nos ficasse a imagem do Líder de Hércules, que, ao presenciar a morte pela velhice, ainda teve forças para ir buscá-la moria agora, em plena refulgência.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é a essa honra, que pertence a esta Casa, que não poderíamos deixar de prestar esta homenagem. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Cetete Pinheiro) — Tem a palavra o nobre Senador Júlio Leite.

O SR. JÚLIO LEITE:

(Para encaminhar a votação — Le o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Senhores Senadores, não posso deixar de associar-me às manifestações de pesar pelo falecimento do jornalista J. E. de Macedo Soares, ocorrido recentemente na cidade do Rio de Janeiro. Creio não ser necessário qualquer referência a essa vida que, sobre ser cheia de entusiasmo e ante-

lamente, foi coberto uma existência de um homem. O reconhecimento de ser feito graças a sua morte, mas em um momento que seus companheiros lhe estavam dando a vida. Concluiu e chegou ao seu ponto de partida, mas não havia uma vida em que ele deu a vida à "Pátria" e a "Pátria" deu a vida ao Brasil. O Sr. Presidente, Sr. Senador, de agora em diante, os seus atos e suas palavras serão lembrados com a mesma atenção e com a mesma admiração e com a mesma reverência da vida política, econômica e social do Brasil.

Lembro-me, Sr. Presidente, de alguns dos seus atos e suas palavras, que foram lembrados com a mesma atenção e com a mesma admiração e com a mesma reverência da vida política, econômica e social do Brasil. O Sr. Presidente, Sr. Senador, de agora em diante, os seus atos e suas palavras serão lembrados com a mesma atenção e com a mesma admiração e com a mesma reverência da vida política, econômica e social do Brasil.

O seu próprio ingresso no jornalismo deu-se depois de um lance de auro e audácia, pois, sendo Tenente em 1922, abandonou a Ilha Grande e navegou em canoa até o litoral, em meio a riscos incalculáveis para, chegando a terra, abraçar a profissão que seria a grande paixão de sua vida. Tendo pelas adversidades, respaldado pelos inimigos e admirado pelos amigos, o jornalista J. E. de Macedo Soares, mereceu de seus inextinguíveis olhos, exerceu durante muito tempo, sobre um grupo de homens mais livres, uma liderança que não se devia somente à atividade política, mas abrangia igualmente o exercício das atividades intelectuais.

Ex-Senador da República, nunca perdeu o título que ele ilustrou, pois continuou para os mais jovens, tanto quanto para os mais velhos, o Senador José Eduardo de Macedo Soares, ainda quando se dedicava somente ao jornalismo, exercendo a direção de "O Imparcial" e do "Diário Carioca".

Arrebatado em suas paixões, que eram antes qualidades cívicas, mais do que diletas, seus artigos ferream, com marcas de um feroz sagrado, tudo o que errava ao alcance de seu poder demolidor. E se arrebatamento no entanto, nunca ofuscou o reconhecimento de verdades que ele generosamente proclamava. Referindo-se certa vez aos discursos do Presidente Vargas, disse que tinham valor porque eram todos elaborados por homens como Ronald de Carvalho, Gregório da Fonseca e Lourival Fontes, nos quais ele reconhecia os mais elevados dotes de cultura e inteligência. E, como a reparar a crítica, acrescentava: não que ele não seja capaz de fazê-los, e tão bem quanto esses intelectuais, mas por preguiça, somente.

Quando, ao fim de sua carreira, os seus amigos, discípulos e correligionários, a que se juntaram homens de todas as tendências, resolveram homenageá-lo, não encontraram nada mais significativo para criar os seus títulos, que o de "Homem Livre", que ele verdadeiramente foi. Livre de compromissos políticos, livre de preconceitos, livre dos condicionamentos que inibem muitas vezes os homens públicos. Macedo Soares perseguia um só objetivo em sua tribuna: a busca do que ele considerava a justiça do poder. Inimigo irreconciliável do arbitrio, da violência e da injustiça, foi em vida vítima de uns e de outros, mas creio que ele teve, no próprio exercício de sua profissão, e na administração com que foi cercado, nos últimos dias de sua militância jorna-

lística, uma antevista de sua posteridade.

Não é possível falar da personalidade de Macedo Soares, Senhores Senadores, sem evocar o seu nome e a bravura, que era um de seus "recursos mais marcantes". Não apenas a bravura moral, mas a bravura pessoal e política, o caráter íntegro, que firmava com ele o enfrentamento com um descomunal inimigo, o empastelamento de "O Imparcial", que ele em 30 dias, pelo Clube Teófilo de Carvalho.

Pertencendo a uma família de homens públicos, entre os quais se destacam o ex-Chanceler José Carlos de Macedo Soares e o atual Ministro Macedo Soares, o jornalista José Eduardo de Macedo Soares, para o desenvolvimento, uma linha de desenvolvimento profissional para os jovens de hoje, mas hoje, sobretudo, um patrimônio de dedicação cívica ao país e de autêntica, legítima patriotismo. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Cetete Pinheiro) — Tem a palavra o nobre Senador Aloysio de Carvalho.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Para encaminhar a votação. Sem recusa do orador) — Sr. Presidente, nesta homenagem que o Senado presta ao grande jornalista liberal, unim desaparecido, quero que se faça também ouvida a voz de um representante da Bahia.

Disse bem o Senador Bezerra Neto que esta homenagem foge à praxe comum das homenagens parlamentares. O Brasil perdeu, ontem, uma consciência liberal das mais oravas que já se manifestaram na imprensa nacional, quer no Império, quer na República.

Macedo Soares esteve com sua pena a serviço de todas as grandes causas políticas liberais do País: no Civilismo, em 1910; no Ruismo, em 1919; na Reação Republicana, na Aliança Liberal, ao lado da União Democrática Nacional, em 1935. Dele se poderia dizer exatamente o oposto do que Alencar de Albuquerque disse, de uma feita, de Alcindo Guanabara. Enquanto este grande jornalista republicano, vindo, aliás, dos tempos da propaganda do absolutismo, não tinha convicção profunda sobre coisa alguma, Macedo Soares, ao contrário, só utilizava sua pena a serviço das convicções mais íntimas. Foi uma consciência de homem livre e, por isso mesmo, correu riscos, sofreu ameaças, perseguições. De tudo sempre saía galhardamente, deixando a repercussão, em todo o País, da sua coragem pessoal e do brilho da sua inteligência no jornalismo.

Durante o Governo Bernardes, a quem combateram as colunas do "Imparcial", ele-lo, uma feita, fugido a prisão num barco do seu clube la regatas, em meio à tripulação, como se ele mesmo estivesse, ali, compondo-a, num episódio ousado, que o País todo reconheceu como a aventura de um homem que queria a liberdade para poder utilizar, de novo, livremente a sua pena libérrima.

Aprendeu com Rui Barbosa, como uns disse Denton Jobim, no seu admirável artigo de hoje, a prática da política sem o interesse mesquinho, e, por isso mesmo, nenhum dos dois jornais de que foi diretor e a grande alma — "O Imparcial" e o "Diário Carioca" — deixou de ser um órgão em que, mais do que o interesse lucrativo, existia o romantismo das idéias, o idealismo da prática democrática.

Quero lembrar um episódio da minha infância.

O jornal "O Imparcial", fundado em 1912 sob a direção de José Eduardo de Macedo Soares, ia, nas permutas com os outros jornais de províncias, por todo o Brasil, e uma feita, em toda a primeira página desse jornal

— e era raro naquele tempo um jornal ilustrado — apareceu o retrato, em corpo inteiro, de Rui Barbosa, com esta simples legenda: "Num País de Ipit". Realmente, num país de políticos, aquele era um gigante. Na imprensa brasileira, Macedo Soares foi também um gigante. Sua atitude ao empastelamento do "Diário Carioca", em 1934, marcou o amadurecimento de um homem; mais do que um jornalista de coragem, um homem irreduzível no seu pensamento e nas suas convicções.

Devenho hoje estar lembrado daquela cena vergonhosa, em que deturpou o rompimento de Manoel Cardozo, Ministro da Justiça, de Lindolfo Coler, Ministro do Trabalho, de Batista Luzardo, Chefe de Polícia, de João Neves, Consultor Jurídico do Banco do Brasil — os idealistas e aqueles que voltaram aos pagos para, sob a inspiração daquele atentado lutar, como efetivamente lutaram, pela reconstitucionalização do País.

E' desse ano, de 9 de julho de 1932, a "guerra constitucionalista" de São Paulo, guerra perdida nas trincheiras, porém ganha no terreno prático da reconstitucionalização. Para isso, Macedo Soares concorreu de muito antes até do que o 23 de maio, do sacrifício dos estudantes paulistas, com a sua pena, decorrendo daí o atentado e o empastelamento do "Diário Carioca".

E quando se pensava que o jornal não teria mais recursos financeiros para reparar e ao jornalista faltaria coragem para voltar ao cenário das suas lutas, menos de dois meses depois o "Diário Carioca" ressurgia e Macedo Soares assinava um artigo em que dizia que o Governo Provisório havia testemunhado o sacrifício das oficinas; o poder militar havia silenciado diante do atentado, mas a voz e a pena do jornalista não paravam.

Nesse jornalista de escol, Sr. Presidente, perdemos, portanto, aquele homem livre do banquete, de muitas centenas de milhares, que lhe foi oferecido no Copacabana Palace. Ao grandioso discurso do hoje Senador Milton Campos, respondeu José Eduardo, num discurso quase modesto, quase displicente. Ele não tinha o gesto da popularidade, mas não se intimidava diante dos poderosos, nem se curvava da injúria e da calúnia dos adversários desafortunados, impotentes diante da sua pena poderosa.

O jornalista foi des de melhor escrever neste País. João Neves, nas suas memórias, recordando a ajuda da imprensa brasileira para a campanha da Aliança Liberal, destaca três nomes entre outros: Macedo Soares, Assis Chateaubriand e Lindolfo Coler. Diz, porém, de Macedo Soares que ele exercia o jornalismo como um verdadeiro homem de letras. Difícil encontrar-se num homem, que escrevia dia a dia, artigo assinado, uma preocupação tão viva das letras e da correção da linguagem.

O Sr. Aarão Steinbruch — Permitte V. Exa. um aparte?

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — Pois não.

O Sr. Aarão Steinbruch — Realmente, V. Exa. tem toda razão, tratando com fidelidade o perfil biográfico do Senador Macedo Soares. Mas, a maior homenagem que se pode prestar a esse cidadão, como jornalista, é proclamar que muitas passas embora discordassem do seu pensamento político, se compreendem o "Diário Carioca" para ler o seu artigo.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — V. Exa. traz uma contribuição magnífica para verificarmos a repercussão do pensamento de Macedo Soares na opinião pública do País. Foi Senador ao tempo em que o "Diário Carioca" publicava seus artigos assinados. Pertencia à União Democrática Nacional. Foi testemunha do empastelamento que havia, não só dentro da UDN, como dentro do Partido Social Democrático, em se saber, amanhã cedo,

qual o pensamento de Macedo Soares, qual o artigo de Macedo Soares, contra quem ele ia investir, e a preocupação da UDN para não perder aquela pena, que se tinha posto a seu serviço na campanha de 1945. Mas esse homem de letras, que assim redigia seus artigos, culminou na graça e no aticismo das suas referências.

Creio que foi Austregesilo de Athayde quem disse, hoje, no *Correio Braziliense*, que Macedo Soares sabia, como ninguém, como realmente ninguém no seu tempo soube, apanhar o lado jocoso do seu adversário e fê-lo nesse aspecto.

Mas o homem era humano, um coração, realmente, que não guardava ressentimentos nem ódios e, salvo engano de memória, posso dar ao Senado um testemunho disso.

O Estado do Rio era representado por um Senador a quem José Eduardo Macedo Soares começou a atacar e a combater. E como era do seu feitio procurar sempre o agradável, o lado jocoso para o seu comentário, começou a chamar esse Senador através de um aumentativo do ser que, o que o tornava realmente, e era de toda a gente, pitoresco.

O Senador fluminense, em sua, mostrou-se sentido dessa atitude de Macedo Soares e recordou, então, que, aos 14 para os 15 anos de idade ele era um menino que ia no estribo do automóvel de Macedo Soares, nas campanhas políticas no Estado do Rio, filho que era de um chefe local dos de maior prestígio e dos mais dedicados a Macedo Soares.

Este, soube do comentário, então observou: "Mas eles é filho do meu amigo? Então vou lhe dar umas férias..." E deu-lhe, realmente, umas férias que nunca mais terminaram.

Era assim homem combativo, dono de um coração que se sensibilizava até esse aspecto, para combater quando achava que devia combater e para eliminar o combate quando achava que já estava na hora de assim agir.

Sr. Presidente, poderia trazer outro depoimento, de que sou testemunha e parte. Quando o Senhor Washington Luiz voltou do exílio, logo depois da promulgação da Constituição de 1946, fiz no Senado um discurso procurando examinar as causas complexas da manifestação que ele havia recebido no Rio de Janeiro, a mesma cidade de onde anos atrás, havia saído para o exílio na forma melancólica de que todos temos lembrança. Esse discurso meu foi atacado por Macedo Soares num artigo em que me acusava de saudosismo da velha República, e afirmava que as praxes da velha República não voltariam. Mas a nota pitoresca do artigo, a nota exatamente buscando o ridículo, a nota que era uma graça contundente contra mim era a seguinte: havia eu saído de uma convalescença de sarampo, e o artigo começava dizendo que o Senador Aloysio de Carvalho, mal convalescente do sarampo, havia proferido um discurso assim e assim. Já é que estava a malícia, mais que a malícia — era um homem de cinquenta anos que estava com uma doença de criança, e havia pronunciado um discurso de conceitos infantis.

Este era o jornalista.

Quero, portanto, neste momento, Sr. Presidente, como uma voz da Bahia fazer que o Brasil perde em Macedo Soares um jornalista excepcional, perde um homem para quem todas as causas liberais deste País foram sempre causas justas por si defendidas. Sua pena nunca esteve a favor dos poderosos; sempre a favor dos humildes e dos perseguidos. Por isso lutou, sofreu, mas tem hoje a recompensa de um reconhecimento geral do Brasil, afirmando nele uma das mais puras, uma das maiores consciências liberais com que a imprensa deste País já contou. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho.

O SR. GILBERTO MARINHO:

(Para encaminhar a votação) — José Eduardo de Macedo Soares pertencia ao número daqueles homens de imprensa para os quais a grandeza de um jornal não consiste somente no número de suas páginas ou no vulto de sua circulação, mas sim necessita de algo mais do que um simples conjunto de máquinas impressoras. E essa alma deve ser nutrida e fortalecida através do exercício da liberdade. Uma instituição depositária da confiança dos seus leitores, para informar e orientar sua opinião sem ceder a pressões ou interesses espúrios.

O nobre objeto de sua luta foi a defesa da liberdade pelo que toda coragem e todo ímpeto que nela empenhou encontraram a mais completa e elevada justificação moral.

Os erros que nas democracias e em seu nome se cometem não bastavam para abalar a sua fé no regime democrático, como sistema ideal de governo.

Sabia que a liberdade de imprensa não é algo de exclusivo interesse dos jornalistas, mas de todos os homens que desejam viver na plenitude da dignidade das condições essenciais do ser humano.

Foi um homem bravo e tenaz cuja coragem cívica e moral recorda aquelas páginas admiráveis em que se fazia o elogio dos heróis antigos e em que se acentuava que o primeiro dever de um homem é de subjugar o medo e que o grau de perfeição de sua vitória sobre o medo determinará até onde atingirá sua ascensão.

Jornalista de talento e de espírito público, homem de pensamento e ação, defendeu com altivez a causa do povo sem as claudicações demagógicas que diminuem os homens.

Incorporado desde a juventude às fileiras democráticas, no cumprimento de uma vocação política inrenunciável e no afã de solidariedade social que o caracterizou, concentrou na atividade cívica a torrente candida do seu esforço criador. Odiava a política ironicamente reatada que ignora da realidade o que tem de superior e humano, política que despreza as ideias de vida. A evocação da sua luta pela liberdade nos recorda as lapidadas palavras daquele grande juiz: "A liberdade está no coração do homem. Quando morre ali, nenhuma constituição, lei ou tribunal podem salvá-la. Nenhuma constituição, lei ou tribunal podem sequer fazer muito para ajudá-la. Mas enquanto ali permanecer, não necessita de constituição, lei ou tribunal algum para ser protegida."

O Sr. Benedito Valladares — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. GILBERTO MARINHO — Pois não.

O Sr. Benedito Valladares — Gostava muito dos artigos de José Eduardo de Macedo Soares, mesmo quando se excedia em críticas ao meu governo.

O SR. GILBERTO MARINHO — Muito agradeço o aparte de V. Exa. que evidenciava a sua elevação moral.

Com estas palavras reverenciamos a memória de José Eduardo de Macedo Soares, ontem desaparecido, que honrou a imprensa brasileira pela pujança do seu talento, pelo fúgor de sua pena, pelo seu destemor cívico, e, acima de tudo, pelo seu indelével amor à liberdade e à democracia. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. — (Pausa.)

Está aprovado.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — A Mesa do Senado associa-se às homenagens prestadas ao eminente jornalista José Eduardo Macedo Soares, at aves das palavras dos eminentes senadores que acabam de se fazer ouvir e fará cumprir a deliberação do Plenário.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Sebastião Archer
José Leite
Josaphat Marinho
Paulo Torres
Aarão Steinbruch
Gilberto Marinho
Milton Campos
Lino de Mattos
Armando Storni
Filinto Müller
Mem de Sá (11).

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Vai-se passar

ORDEM DO DIA:

Item 1

"Discussão, em turno único, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer n.º 273, de 1967) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 2, de 1967 (n.º 294-A-66, na Casa de origem), que dispõe provisoriamente a recurso do Tribunal de Contas para o fim de ser mantida a reforma do Cabo Francisco Canindé de Araújo.

Em discussão a Redação Final. — (Pausa.)

Nenhum Sr. Senador desejando usar a palavra, declaro encerrada a discussão.

Não tendo havido emendas nem requerimento, no sentido de a Redação Final ser submetida a voto, dou-a como definitivamente aprovada, sem votação, nos termos do art. 316, letra a, do Regimento Interno.

O Projeto irá à promulgação. E a seguinte a Redação Final aprovada:

PARECER N.º 273, DE 1967 DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 2, de 1967 (número 294-A-66, na Casa de origem).

Relator: Sr. Bezerra Neto:

A Comissão apresenta a Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 2, de 1967 (n.º 294-A-66, na Casa de origem), que denega provimento a recurso do Tribunal de Contas para o fim de ser mantida a reforma do Cabo Francisco Canindé de Araújo.

Sala das Sessões, em 3 de maio de 1967. — Lobão da Silveira, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — José Leite.

ANEXO AO PARECER N.º 273-67

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 2, de 1967 (número 294-A-66, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 7.º, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º DE 1967

Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas para o fim de ser mantida a reforma do Cabo Francisco Canindé de Araújo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' denegado provimento ao recurso do Tribunal de Contas interposto no proc. n.º 45.848-64, para o fim de ser mantida a reforma do Cabo Francisco Canindé de Araújo, tornando-

do-se definitivo o ato praticado em 17 de junho de 1966, de acordo com autorização concedida pelo Presidente da República, exarada na Exatidão de Motivos n.º 146, de 11 de agosto de 1965, do Ministério da Aeronáutica.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro)

Item 2:

Discussão, em turno único, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer n.º 274, de 1967) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 15, de 1967 (n.º 180-A-64, na Casa de origem), que mantém decisão do Tribunal de Contas referente a termo de rescisão de contrato celebrado entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Derson de Almeida.

Em discussão a Redação Final. — (Pausa.)

Nenhum Sr. Senador desejando usar a palavra, declaro encerrada a discussão.

Não tendo havido emendas nem requerimento, no sentido de a Redação final ser submetida a voto, dou-a como definitivamente aprovada, sem votação, nos termos do art. 316, letra a, do Regimento Interno.

O Projeto irá à promulgação.

E a seguinte a Redação Final aprovada:

PARECER N.º 274, DE 1967 DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 15, de 1967 (número 180-A-64, na Casa de origem).

Relator: Sr. Bezerra Neto.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 15, de 1967 (n.º 180-A-64, na Casa de origem), que mantém decisão do Tribunal de Contas referente a termo de rescisão de contrato celebrado entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Derson de Almeida".

Sala das Sessões, 3 de maio de 1967. — Lobão da Silveira, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — José Leite.

ANEXO AO PARECER N.º 274-67

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 15, de 1967 (número 180-A-64, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 5.º, alínea c, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º DE 1967

Mantém decisão do Tribunal de Contas referente a termo de rescisão de contrato celebrado entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Derson de Almeida".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' mantida a decisão, de 19 de março de 1954, do Tribunal de Contas referente ao termo, de 16 de fevereiro de 1954, de rescisão do contrato celebrado, em 25 de setembro de 1950, entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Derson de Almeida", para o desempenho, no Instituto Agrônomo do Norte, da função de Assistente da Seção 1.ª Química.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro)

Item 3:

Discussão, em turno único, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer n.º 275, de 1967) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 16, de 1967, originário da Câmara dos

Deputados (nº 182-A-64, na Casa de origem), que mantém decisão do Tribunal de Contas para o fim de sustar a execução de contrato celebrado em 1.º de janeiro de 1955, entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Guilherme Tell Bebbiano".

Em discussão a redação final. — (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Não tendo havido emendas nem requerimentos no sentido de que a redação final seja submetida a votos, dou a como definitivamente aprovada, sem votação, nos termos do art. 316 A, do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

E a seguinte a redação final aprovada:

PARECER Nº 275, DE 1967
DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1967 (número 182-A-64, na Casa de origem).

Relator: Sr. Bezerra Neto.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1967 (nº 182-A-64, na Casa de origem), que mantém decisão do Tribunal de Contas para o fim de sustar a execução de contrato celebrado em 1.º de janeiro de 1955, entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Guilherme Tell Bebbiano".

Sala das Sessões, 8 de maio de 1967.
— Lobão da Silveira, Presidente.
— Bezerra Neto, Relator. — José Leite.

ANEXO AO PARECER Nº 275-67

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1967 (número 182-A-64, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 5.º, alínea c, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº
DE 1967

Mantém decisão do Tribunal de Contas para o fim de sustar a execução de contrato celebrado em 1.º de janeiro de 1955 entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Guilherme Tell Bebbiano".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' mantida a decisão, de 23 de agosto de 1955, do Tribunal de Contas, para o fim de ser sustada a execução do contrato celebrado, em 1.º de janeiro de 1955 entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Guilherme Tell Bebbiano" para o desempenho, no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, dependência do Serviço Florestal em Teresópolis, da função de médico.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro)

Item 4:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer nº 276, de 1967) do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1967, originário da Câmara dos Deputados (nº 97-A-61, na Casa de origem), que mantém decisão do Tribunal de Contas para o fim de sustar a execução de contrato celebrado em 1.º de janeiro de 1955, entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Guilherme Tell Bebbiano".

Em discussão a redação final. — (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Não tendo havido emendas nem requerimentos no sentido de que a redação final seja submetida a votos, dou a como definitivamente aprovada, sem votação, nos termos do art. 316 A, do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

E a seguinte a redação final aprovada:

PARECER Nº 276, DE 1967
DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1967 (número 97-A-61, na Casa de origem).

Redação final seja submetida a votos, dou-a como definitivamente aprovada, sem votação, nos termos do artigo 316-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

E a seguinte a redação final aprovada:

PARECER Nº 276, DE 1967

DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1967 (número 97-A-61, na Casa de origem).

Relator: Sr. Bezerra Neto.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1967 (nº 97-A-61, na Casa de origem), que mantém decisão do Tribunal de Contas para o fim de sustar a execução de contrato celebrado em 1.º de janeiro de 1955, entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Anton Dakitsch".

Sala das Sessões, 3 de maio de 1967.

— Lobão da Silveira, Presidente.

— Bezerra Neto, Relator. — José Leite.

ANEXO AO PARECER Nº 276-67

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1967 (número 97-A-61, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 5.º, alínea c, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº
DE 1967

Mantém decisão do Tribunal de Contas para o fim de sustar a execução de contrato celebrado em 1.º de janeiro de 1955, entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Anton Dakitsch".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' mantida a decisão, de 13 de março de 1956, do Tribunal de Contas, para o fim de ser sustada a execução de contrato celebrado, em 1.º de janeiro de 1955, entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Anton Dakitsch", para o desempenho, na Diretoria de Ensino Industrial, da função de Técnico em Artes Gráficas.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro):

Item 5:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 47, de 1967, que autoriza o Estado de Minas Gerais a prestar fiança ao empréstimo da Resolução nº 48-66, no Senado, pelo BID à Prefeitura de Belo Horizonte.

O Projeto de Resolução apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 269, de 1967, tendo parecer favorável, sob nº 300, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar manifestar-se, declararei encerrada a discussão (Pausa.)

Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o Projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão de Redação.

E' o seguinte o Projeto de Resolução aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 47, DE 1967

Art. 1.º E' o Estado de Minas Gerais, autorizado a prestar fiança ao empréstimo a ser concedido, nos termos da Resolução nº 48, de 1966, do Senado, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID — à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, através do seu Departamento de Águas e Esgotos (DEMAE).

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Sobre a mesa um requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO

Nº 363, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requereu dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução nº 47, de 1967.

Sala das Sessões, 12 de maio de 1967.

— Guido Moneta.

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro) — Aprovado o requerimento, passamos à discussão da Redação Final.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar manifestar-se, declararei encerrada a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a Redação Final queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O Projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a redação final aprovada:

PARECER Nº 305, de 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 47, de 1967

Relator: Senador José Leite.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 47, de 1967, que autoriza o Estado de Minas Gerais a prestar fiança ao empréstimo a ser concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID — à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Sala das Sessões, 12 de maio de 1967.

— Bezerra Neto, Presidente. — José Leite, Relator. — Lobão da Silveira.

ANEXO AO PARECER Nº 305, DE 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 47, de 1967

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 45, nº 11, da Constituição Federal, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº DE 1967

Autoriza o Estado de Minas Gerais a prestar fiança ao empréstimo a ser concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID — à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º E' o Estado de Minas Gerais autorizado a prestar fiança ao empréstimo a ser concedido, nos termos da Resolução nº 48, de 1966, do Senado Federal, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID — à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, através do seu Departamento de Águas e Esgotos (DEMAE).

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 13.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 14.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 16.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 17.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

mos da Resolução nº 48, de 1966, do Senado, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID — à Prefeitura de Belo Horizonte através do seu Departamento de Águas e Esgotos (DEMAE).

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Sobre a mesa um requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO

Nº 363, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requereu dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução nº 47, de 1967.

Sala das Sessões, 12 de maio de 1967.

— Guido Moneta.

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro) — Aprovado o requerimento, passamos à discussão da Redação Final.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar manifestar-se, declararei encerrada a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a Redação Final queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O Projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a redação final aprovada:

PARECER Nº 305, de 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 47, de 1967

Relator: Senador José Leite.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 47, de 1967, que autoriza o Estado de Minas Gerais a prestar fiança ao empréstimo a ser concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID — à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Sala das Sessões, 12 de maio de 1967.

— Bezerra Neto, Presidente. — José Leite, Relator. — Lobão da Silveira.

ANEXO AO PARECER Nº 305, DE 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 47, de 1967

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 45, nº 11, da Constituição Federal, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº DE 1967

Autoriza o Estado de Minas Gerais a prestar fiança ao empréstimo a ser concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID — à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º E' o Estado de Minas Gerais autorizado a prestar fiança ao empréstimo a ser concedido, nos termos da Resolução nº 48, de 1966, do Senado Federal, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID — à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, através do seu Departamento de Águas e Esgotos (DEMAE).

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 13.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 14.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 16.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 17.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 18.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 19.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 20.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 21.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 22.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 23.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 24.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 25.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 26.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 27.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 28.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 29.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 30.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 31.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 32.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 33.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 34.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 35.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 36.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 37.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 38.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 39.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 40.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 41.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 42.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 43.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 44.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 45.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 46.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 47.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 48.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 49.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 50.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 51.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 52.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 53.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 54.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 55.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 56.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 57.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 58.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, através do seu Departamento de Águas e Esgotos (DEMAE).

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Foi em anexo à mesa projeto de lei de autoria do Senhor Cattete Pinheiro, que regula a aquisição de direitos políticos. Tratando-se de matéria que deveria ser lida na hora do expediente e já estando esta transcorrida, sua transcrição terá início na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Não há mais oradores inscritos.

(Pausa.)

Nada mais havendo a tratar vou encerrar a presente sessão, designando para a próxima a seguinte:

ORDEM DO DIA:

Sessão Ordinária de 15 de maio de 1967

(Segunda-feira)

1

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer nº 272, de 1967) do Projeto de

ATOS DO DIRETOR-GERAL

O Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes requerimentos:
De Salário-Família, na forma do artigo 160, item 35, da Resolução nº 6, de 1960:

Nº Req.	Servidor — Cargo	Dependente(s)	Grau de Parentesco	Início
DP-304-67	José de Ribamar Santos — Aux. Limpeza — PL-15	Maria José dos Santos, Rosemary, Paulo Henrique e Iuri José	Espósa e Filhos	Março-67
DP-325-67	José Tarcísio Gonçalves de Souza — Pesq. Orçamento — PL-10	Maria Dolores	Filha	Abril-67
DP-305-67	Francisco Firmino Lima — Aux. Limpeza — PL-15	Maria do Socorro Farias Lima e Sandra Elizabeth	Espósa e Filha	Janeiro-67
DP-320-67	Sebastião Figueira Santana — Conserv. Ar Cond. — PL-12	Luiz Antônio	Filho	Abril-67
DP-308-67	Joaquim Antônio Martins — Aux. Limpeza — PL-15	Maria José da Silva Martins e Neura Maria	Espósa e Filha	Março-67
DP-254-67	José Leão Ferreira — Motorista — PL-10	Martinha Rodrigues Ferreira e Jean Charles	Espósa e Filho	Março-67
DP-275-67	Odelio Alves — Aux. Portaria — PL-10	Ademar	Filho	Cessar

De Averbação de Tempo de Serviço, na forma do artigo 160, item 9, da Resolução nº 6, de 1960:

Nº Req.	Servidor — Cargo	Repartição	Total dias	Observações
DP-237-67	Benedito Barreto Coutinho da Silveira - Red. Radiodif. - PL-4	I. A. P. C.	2.418	Para todos efeitos legais
DP-515-66	Benedito Barreto Coutinho da Silveira - Red. Radiodif. - PL-4	M. Marinha	610	Para todos efeitos legais
DP-780-66	Benedito Barreto Coutinho da Silveira - Red. Radiodif. - PL-4	M. Saúde	131	Diarista e Mensalista, para todos efeitos legais
DP-187-67	Geraldo José Coelho Gaião — Of. Aux. Ata — PL-4	UnB	1.039	Faia todos efeitos legais
DP-82-67	Nísio Edmundo Tostes Ribeiro — Aux. Leg. — PL-10	P. D. F.	256	Excesso licença especial
DP-267-67	Clemildo Zeferino Alves — Conser. Ar Cond. — PL-12	Exército	336	Para todos efeitos legais

Diretoria do Pessoal, em 9 de maio de 1967. — Maria do Carmo — Evandro Martins Vianna, Diretor-Geral.

Romão Ribeiro Saraiva, Diretora do Pessoal. — Publique-se em 9-5-67.

ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR DE TURISMO

Brasília, 9 de maio de 1967.

Exmo. Sr. Presidente:

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência cópia do relatório que, em data de ontem, ofereci a reunião plenária do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo, a fim de que fique constando aos Anais dessa nobre Casa, de modo a possibilitar o mais amplo exame dos ilustres Srs. Senadores.

Os 139 documentos que acompanham o referido relatório estão a disposição dos interessados nesta Presidência, e as contas e respectivos comprovantes em mãos do Secretário do Grupo, Sr. Paulo Maestralli.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e consideração. — Nelson Carneiro, Presidente.

Senhores Membros do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo.

A determinação regimental de apresentação de um relatório das atividades da entidade constitui, desta feita, uma feliz oportunidade, para o balanço dos quatro anos da administração que está a findar.

A 27 de maio de 1963, quando nos coube assumir tão altas responsabilidades o Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo apenas projetava sua ação no exterior, assistindo às reuniões especializadas.

Coube-nos uma dupla tarefa. Com as exiguas verbas orçamentárias destinadas ao Grupo, temos a convicção de haver contribuído para a formação de uma consciência turística, e sem faltar aos compromissos internacionais. Iniciado a prática de convocar reuniões anuais no Brasil, com os melhores resultados. Além da Associação Interparlamentar de Turismo, com sede em Bruxelas, e de que temos a honra de ser um dos vice-

presidentes, nosso Grupo está inscrito em outros organismos internacionais, dedicados ao turismo. Assim é que, desde 1963, participamos dos encontros da U.I.O.O.T. (Union Internationale des Organismes Officiels de Tourisme) e C.O.T.A.L. (Confederação de Organizações Turísticas de La América Latina). Com nossa colaboração, e na ausência de um órgão nacional de turismo no país, foi criada em 1965 a O.T.O.S.A. (Organización Turística Oficial Sud-Americana), fruto das reuniões preparatórias da Asociación Regional de Turismo del Cono Sur, e que somente não prosperou porque os Governos dos países interessados não contribuíam com as modestas cotas que lhes foram atribuídas, para uma propaganda conjunta no exterior, especialmente nos Estados Unidos e na Europa. Desse esforço aproveitaram-se porém a Venezuela, a Colômbia, o Peru, o Chile, entre outros, para concretizar entidade semelhante, com os mesmos objetivos, e da qual vêm recolhendo os melhores resultados.

O Grupo Brasileiro da A.I.D.T., além de integrar o Conselho de Turismo da Confederação Nacional de Comércio e da estreita colaboração com o Touring Clube do Brasil e o Automóvel Clube do Brasil, tem agido em harmonia, no plano interno, com as autoridades e associações nacionais e regionais que se preocupam com o problema turístico, inclusive as representativas dos agentes de viagens, hotéis, transportadores e jornalistas especializados.

É uma tarefa a ser desempenhada todo o ano, dia a dia, principalmente quando se tem a responsabilidade, já agora anual, de realizar dois Simposios de Turismo, um internacional e outro nacional. Os 3 Simposios Nacionais (Brasília, 1963, Bahia, 1964 e Rio de Janeiro, 1965), e os 2 Internacionais (Rio de Janeiro, 1965, e Porto Alegre, 1966), projetaram o Brasil no mundo dos estudiosos do fenômeno turístico. Bem assinalava recente publicação da Federação Nacional de Hotéis e Similares (Contato,

abril de 1967) que "o turismo não se improvisa. Dever-se de conhecimentos certos, de técnica apurada. Ainda agora, a França preencher está reformulando sua política turística ao saber das lições que o país do Lido vem dando ao mundo, produto exclusivo da técnica e da experiência, que é ciência. Na Espanha, uma Escola Oficial, dependente do Instituto de Estudos Turísticos, diploma técnicos. Assim, na Itália, onde existe o Curso de Aperfeiçoamento de Economia Turística na Faculdade de Economia e Comércio da Universidade de Florença, que é o mais afamado. Também na França, na Suíça, na Austrália, nos Estados Unidos, diploma-se em turismo nas Universidades de Michigan, Denver, Alabama, Flórida, Maryland, Texas, Pensilvânia, New Hampshire, Hawai e outras."

Ao contrário de outras organizações, que em regra se reúnem apenas para designar as delegações que as devem representar em assembleias geralmente realizadas no estrangeiro, duas vezes por ano, o Grupo Brasileiro da A.I.D.T. tem uma constante missão a desempenhar, cumprindo a sua Comissão Diretora tomar, em certas oportunidades, decisões de caráter urgente, ainda que para submetê-las, depois, explícita ou implicitamente, à aprovação da Comissão Executiva, sob pena de se converter num órgão estatístico, quando a dinâmica deve ser uma de suas características. Mas, nessas oportunidades, que foram poucas, esta Presidência sempre se encontrou com os demais membros da Comissão Diretora, as lideranças partidárias e os ilustres Presidentes das duas Casas do Congresso Nacional.

Com as modestas verbas recebidas, tem a administração, que teve a honra de presidir, a certeza de que desempenhou o melhor que lhe foi possível, o mandato recebido. E o que se tentará demonstrar na presente exposição, que se tornou longa, ainda que nem sempre em ordem rigorosamente cronológica, para dar à assembleia um resumo, tanto quanto possível completo, das atividades no qua-

drênio que se encerra. No curso desse período a Comissão Executiva foi atingida pela cassação do mandato de alguns de seus melhores membros, a dores e outros deixaram de integrá-la na presente legislatura. Essas vagas foram, entretanto, preenchidas por outros devotados parlamentares, que se tornaram credores do reconhecimento de Vossas Excelências, pela contribuição trazida à obra renazada.

RECEITA E DESPESA

A atual administração recebeu da anterior, superiormente dirigida pelo ilustre Senador Gilberto Marinho, um saldo de NCS 511.468,08. E, contou, nesses quatro anos, com as seguintes dotações orçamentárias:

1963:	NCS
Senado Federal	10.000,00
Câmara dos Deputados ...	500,00
	10.500,00
1964:	
Senado Federal	20.000,00
Câmara dos Deputados ..	10.000,00
	30.000,00
1965:	
Senado Federal	50.000,00
Câmara dos Deputados ..	30.000,00
	80.000,00
1966:	
Senado Federal	57.000,00
Câmara dos Deputados	30.000,00
	87.000,00

Em 20 de abril deste ano, em retido ofício enviado ao Deputado Milton Reis, 2º Secretário da Câmara dos Deputados, interessado em saber quantas viagens realizara esta Presidência, tivemos o prazer de esclarecer que, aquela data, restava em contas bancárias, dos anos anteriores, o saldo de NCS 8.248,37.

Para o exercício de 1967, e graças aos esforços desta Presidência, figuraram no orçamento as seguintes verbas, com as quais terá o Grupo de atender a vários encargos de ordem internacional e à realização do III Simpósio Internacional (Belo Horizonte, agosto - setembro) e do IV Simpósio Nacional de Turismo (Fortaleza, Ceará):

	NCR\$
Senado Federal	80.000,00
Câmara dos Deputados ..	80.000,00
	160.000,00

dos quais foram recebidos apenas NCR\$ 40.000,00, referentes ao primeiro quadrimestre.

As contas do ano de 1966 e até outubro de 1964, oferecidas pelo então Senador Joaquim Parente, que substituiu o titular, Deputado Expedito Machado, atingido pelo Ato Institucional nº 1, foram aprovadas, como se verá depois, na sessão de 25 de novembro de 1964, depois de examinadas por uma comissão integrada pelo Senador Ruy Palmeira e pelo Deputado Dias Menezes.

As contas de novembro e dezembro de 1964 e do exercício de 1965 foram aprovadas na reunião de 31 de março de 1966, depois de parecer da Comissão encarregada de examiná-las, e composta do Deputado Paulo Macarini, relator, Senador Dix-Huit Rosado e Deputado Derville Allegretti - (Diário do Congresso Nacional, Seção I, edição de 7-5-66, págs. 258 e 259).

Finalmente, as do exercício de 1966, já com parecer dos Deputados Paulo Macarini e Osni Régis, aguardam o pronunciamento desta Assembleia.

Com as despesas já realizadas para a presença de delegações do Grupo nas reuniões da Hotelogiar (Montevideu, março) e da C. O. T. A. L. (Miami, maio), e com os prêmios, publicações e impressões destinadas à divulgação do III Simpósio Internacional de Turismo, o saldo hoje existente é de NCR\$ 25.281,27, restancão pagar apenas algumas pequenas contas que ainda não foram apresentadas (editais para o concurso de cartazes) e a publicidade daquele certame, em inglês e em espanhol, no número da Revista da C.O.T.A.L., a ser distribuída no importante Congresso que, ainda este mês, se realizará em Miami, Flórida.

Cabe-nos, nesta oportunidade, significar o especial agradecimento desta Presidência ao ilustre colega, Deputado Joaquim Parente, por sua dedicada colaboração.

Finalmente, em 5 do corrente enviamos aos Ilustres Presidentes Moura Andrade e Baptista Ramos, o seguinte despacho telegráfico: "Qualidade presidente Grupo Brasileiro Associação Interparlamentar Turismo venho solicitar vossência se digne nomear comissão sua confiança examinar contas minha administração estando documentos secretaria respectivo grupo - atenciosos cumprimentos." (Documentos 1 e 2).

REFORMA DO REGIMENTO INTERNO

A Comissão Executiva, em sua reunião de 28 de março de 1967, aprovou emendas ao Regimento Interno, o que ora submeto à apreciação desta Assembleia. Visam a aumentar, no próximo período, de 15 para 25, o número de membros da Comissão Executiva, e de criar, na Comissão Diária, os cargos de 1º e 2º Secretários, de modo a distribuir o trabalho a realizar, sempre maior, a cada dia que se consolida, dentro e fora do país, o prestígio do Grupo da A.I.D.T.

AS ELEIÇÕES PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

A Comissão Executiva, em sua reunião de 20 de março de 1967, havia inicialmente marcado, para as 10 horas de 3 de maio corrente o início das eleições destinadas a eleger os pro-

zimos dirigentes, cumprindo ao Senado Federal, em razão da rotatividade existente, indicar o novo Presidente. Era uma quarta-feira, dia em que geralmente se realizam sessões extraordinárias matutinas nas duas Casas do Congresso. Na sessão de 5 de abril de 1967, entretanto, a Comissão Executiva, atendendo ao que se iniciava a legislatura, resolveu transferir ditas eleições, para o próximo dia 17, de modo a possibilitar, através de ampla divulgação no "Diário do Congresso Nacional" e no "Correio Braziliense", a inserção de novos filiados, mediante o preenchimento de fichas semelhantes às da União Interparlamentar, e distribuídas através dos líderes dos dois Partidos, na Câmara e no Senado, conforme ofícios de 18 de abril de 1967, dirigidos, nos mesmos termos, aos ilustres Srs. Deputados Arnani Sátiro e Danilo Covas e Senadores Daniel Krieger e Aurélio Vianna. (Doc. nº 3).

O prazo para essa inserção terminou a 3 de maio, mas, como não se pôde realizar a 1, por não haver funcionado o Congresso Nacional, a reunião da Comissão Executiva continua a aprovar os novos pedidos de filiação, quer esta Presidência submeter à aprovação dos presentes a proposta de se prorrogar aquele prazo até o início da assembleia de 17 do corrente, de modo a que o maior número de parlamentares participe da escolha dos futuros dirigentes e se interesse, consequentemente, pela sorte desta entidade.

A REALIZAÇÃO DE UM VELHO SONHO

Antigo auxiliar do Touring Clube do Brasil, nunca nos desinteressamos dos problemas turísticos, e as observações feitas no exterior nos estimularam a dinamizar o Grupo Brasileiro da A.I.D.T., de modo a que pudéssemos contribuir para a formação de uma consciência turística, entre governantes e governados. Ao término da jornada, cumpridos o dever de relator o que conseguimos fazer, na esperança de que outros mais felizes possam levar a termo novas realizações, com melhor êxito.

E de justiça, entretanto, ressaltar a probidade e a correção com que serviram ao Grupo os funcionários da sua Secretaria, Srs. Paulo Mazzilli e Izair Moraes Amorim, além dos demais servidores que, durante os Simposios realizados, foram colaboradores eficientes e dedicados.

III SIMPÓSIO NACIONAL DE TURISMO

Passamos a expor os principais fatos que marcaram a atual administração, que, tomando a iniciativa de realizar reuniões nacionais e internacionais em nosso País, não poderia ser uma competição com as agências de viagens, mas uma tentativa de convocar os "experts" de turismo para que juntos debatêssemos os problemas turísticos do Brasil e do Continente. Na sessão de 11 de junho de 1963 consta que o Presidente, que nada recebera dos cofres da instituição, "deu conta da sua recente viagem a Montevideu e fez exposição sobre a conveniência, nesta Capital, de um seminário de turismo para debater os vários aspectos do problema". Daí nasceu o I Simpósio Nacional de Turismo, realizado na Sala de Sessões do Senado Federal, nos dias 15 e 16 de agosto, com a presença do Senhor Ministro Egidio Machado, da Indústria e Comércio, e de numerosos Senadores, Deputados, agentes de viagem, transportadores, hoteleiros e jornalistas especializados. Era a primeira vez que se reuniam todos os interessados no desenvolvimento da indústria turística, no mesmo pé de igualdade, com voz e voto. Na sessão inaugural, o ilustre Senador Mem de Sá acentuava "que pela primeira vez, graças ao Deputado Nelson Carneiro, o povo e os interessados em geral são chamados a colaborar na legisla-

ção". Referia-se S. Ex.º ao Projeto nº 3.714-53, que criava o Instituto Brasileiro de Turismo, IBATUR, e se encontrava desde 1962, no Senado Federal, aguardando parecer. Os Anais, oferecidos como documentos nºs. 4 e 5, dão conta dos debates e das conclusões aprovadas naquele certame pioneiro.

Pelos estatutos da Association Interparlamentaire de Tourisme, um dos dois aspectos fundamentais da sua atividade é:

"... la tâche que l'Association se propose d'accomplir sur un plan dépassant les intérêts nationaux particuliers pour atteindre, en accord avec les organes de l'Union Internationale des Organismes-Officiels du Tourisme et les organisations touristiques régionales, au développement du tourisme international dans son ensemble".

Na sessão de 21 de agosto de 1963, depois de dar conta dos resultados do I Simpósio Nacional de Turismo, coube-me designar a delegação que, sob minha presidência, deveria comparecer à 12.ª Assembleia Geral do UIOOT, que se realizaria em Roma na primeira quinzena de setembro, em continuação à conferência das Nações Unidas sobre turismo e as viagens internacionais. Compunham ainda essa delegação o Delegado Permanente, Deputado Segismundo Andrade, Senadores Gilberto Marinho e Pe Calazans e o Deputado Almino Afonso. Isso mesmo foi comunicado ao então Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ranieri Mazzilli, por ofício de 21 de agosto de 1963 (doc. nº 6). E nossa presença está documentada pela lista de participantes então distribuída. Eramos os únicos representantes do Brasil naquele conclave, onde se reuniam 65 nações do mundo, desde a Camboja aos E.E.U.U., da República da Índia à URSS (doc. nº 7).

Estado aquele o primeiro ano em que o Deputado Ranieri Mazzilli iria presidir a reunião plenária da União Interparlamentar de Turismo de presidiar aquela ilustre companhia, e a minha delegação que seguiu a Roma compareceu, sem mais ônus, à 52.ª Conferência Interparlamentar de Belgrado, de 12 a 20 de setembro, e onde me coube expressar os sentimentos da delegação brasileira (Compte Rendu, p. 835).

O Congresso de Turismo de Campos de Jordão acederam em representar o Grupo Brasileiro da A.I.D.T. o Senador Mem de Sá e o Deputado Nicolau Tuma.

Da ata de 27 de novembro de 1963 consta que o Presidente apresentou relatório sobre as duas cidades reunidas celebrando ainda que, para entendimentos com o Secretário geral da Association Interparlamentaire de Tourisme, estivesse em Bruxelas em companhia dos Deputados Almino Afonso e Segismundo Andrade além de haver comparecido o Presidente à reunião anual da Academia Internacional de Turismo, que se instalara em 23 de setembro na cidade de Lisboa.

Nesta mesma ocasião, o nobre Deputado Wilson Martins comunicou a atuação do Grupo Brasileiro no 13.º Congresso Nacional de Hotelaria que se celebrara em Salvador e do qual também participara o Senador Melo Erega e o Deputado Cunha Bueno, sob a nossa Presidência. O Deputado Wilson Martins fez, junto a página do Diário do Congresso Nacional, com a expressão feita em plenário, Intervenção relatada a edição especial de HOTELNEWS, com ampla reportagem desse certame, em que nos coube presidir uma das sessões, além de um exemplar de "A Tarde", de 9 de outubro de 1963, com um aspecto da solenidade inaugural, sob a presidência do Governador Lomanto Júnior, quando ocupávamos a tribuna (docs. nºs 8 e 9). Ainda neste ano de 1963, comparamos às homenagens pres-

tadas ao Sr. Pierre Depret, Secretário Geral da Associação Internacional de Hotéis, e que vinha ao Brasil a fim de tratar da realização do 12.º Congresso Internacional de Hotelaria, que seria levado a efeito de 30 de abril a 8 de maio de 1964 (doc. nº 10).

Ainda na sessão de 27 de novembro de 1963, tocou-nos comunicar que, estando em Salvador, tomara as primeiras providências para a realização, naquela cidade, nos dias 14 a 17 de agosto de 1964, do II Simpósio Nacional de Turismo.

II SIMPÓSIO NACIONAL NA BAHIA

De 20 a 24 de março realizou-se em Dublin um simpósio sobre os diversos aspectos da publicidade turística. Na sessão de 5 de março ficou assentada a presença de uma delegação do Grupo Brasileiro, já então filiada diretamente àquela poderosa organização a serem debates e tornava imperiosa aquela presença, e a Comissão Diretora teve o cuidado de entender-se com as lideranças de então para a organização da nossa delegação. O nome do Senador Gilberto Marinho, antigo Presidente do Grupo Brasileiro, foi indicado pelo Senado, e diretamente apontado pelo Presidente Ranieri Mazzilli foi incluído na delegação, como representante do PSD, o nobre Deputado Osni Régis, que tantos serviços viria a prestar ao Grupo. O representante da UDN nossa delegação foi o Deputado Nicolau Tuma, com o que se cumpria a disposição regimental que manda que as delegações sejam integradas "de parlamentares filiados ao Grupo e que hajam prestado serviços à causa do turismo" (art. 18). A representação cumpriu integralmente o mandato recebido e as fotografias juntas, como documentos nºs 11 e 12, atestam a presença dos referidos Deputados, juntamente com o Presidente e o Secretário Geral do Simpósio, respectivamente Senhores Robert C. Leneil, da Suíça, e T. J. O'Driscoll, da Irlanda (vide ainda os docs. nºs 13 e 14).

Em maio realizou-se o 12.º Congresso Geral da Associação Internacional de Hotelaria, no Rio de Janeiro, de que participamos como um dos Membros Honorários (doc. nº 15).

Em fevereiro desse ano o Sr. Nestor Corra, Presidente da Comissão Organizadora do 7.º Congresso da COTAL, transmitiu-nos a notícia da escolha do nosso nome para membro da comissão de honra daquele certame, que se realizou no Rio de Janeiro, no Copacabana Palace Hotel, de 10 a 16 de maio, e a que estivemos presente dizendo ser "merecida homenagem tributada àquelas que trabalham pelo desenvolvimento do turismo nacional" (doc. nº 16).

Em 20 de maio de 1964 o Dr. José Antônio Grayzabal, Presidente da Dirección General de Turismo da Argentina, enviava-nos o ofício junto como documento nº 17, em que nos convidava para representar o Brasil na reunião destinada a criar a Asociación de Turismo del Cono Sur, juntamente com a Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai, e que teve lugar nos dias 5 a 12 de julho.

No mesmo sentido recebíamos telegrama do Dr. Guilherme Schultz, Diretor do Serviço Estadual de Turismo no Rio Grande do Sul (SETUR), pedindo-nos coordenarmos a delegação brasileira (doc. nº 18). A 17 de junho insistiu o Dr. Grayzabal, pelo telegrama junto como documento nº 19. Da ata da sessão de 18 daquele mês do Grupo Brasileiro, consta o seguinte: "foi lido o convite oficial da Dirección Nacional de Turismo - Poder Ejecutivo Nacional da Argentina, assinado pelo Dr. José Antônio Grayzabal, Presidente da Dirección para a Conferência Regional del Cono Sur, de 5 a 12 de outubro, na Argentina. Foi designado como Presidente da Delegação Brasileira o Deputado Nelson Carneiro, por indica-

ção do Senador Gilberto Marinho, e como representante do Senado Federal o Senador Filinto Müller, com a ajuda de custo de 500 mil cruzeiros."

Em 4 de julho de 1964, depois de entendimentos com o Ministro das Relações Exteriores podíamos passar o cabograma junto como documento nº 20, e assim redigido:

— "Itamarati autorizó presença Brasil inauguração Córdoba dependendo invitación nuestra em- bajada Baires viajo jemes aeroli- neas Nelson Carneiro."

Em memorando de 26 de agosto, en- viado ao Embaixador Décio Mou- ra o 2.º Secretário Carlos Eduardo Alves de Souza dava conta da nossa presença nas solenidades realizadas em Buenos Aires e Mar del Plata. O Senador Filinto Müller, embora desig- nado, não pôde comparecer.

Datado de 3 de abril de 1964 rece- bíamos do Sr. Robert C. Lonati cor- respondência em que agradecia a nos- sa participação no Simpósio realizado em Dublin. (Doc. nº 21). Aliás na sessão de 18 de junho de 1964 o Depu- tado Nicolau Tuma, como consta da ata, fez exposição sobre o referido certame, sendo aparteado pelo Depu- tado Osni Régis e Senador Gilberto Marinho, que discursara durante aqueles trabalhos.

Para preparar o II Simpósio Na- cional em Salvador, para ali viaja- mos em junho de 1964, hospedando- nos no Hotel da Bahia, conforme con- ta nº 27.830, junta como documento nº 22. Aquele tempo, os deputados que se destinavam a outros Estados que não os que representavam, eram obri- gados ao pagamento de 50% do valor da passagem. Pelo cheque nº 104.260 recebemos a importância de NCr\$ 120,00 para as despesas com nossa via- gem e permanência em Salvador. Cumpria essa Presidência o que fora deliberado na sessão de 18 de junho de 1964: "foi dada autorização para o Deputado Nelson Carneiro compa- recer a Salvador para, em entendi- mentos com autoridades no local, tra- tar de assuntos relacionados com o II Simpósio Nacional de Turismo, a realizar-se naquela Capital, de 14 a 16 de agosto do corrente ano."

Naquela oportunidade de vários con- tatos foram então feitos, desde os indis- pensáveis com o Governador, o Pre- feito, o Presidente da Assembleia Le- gislativa, até os com o Hotel da Ba- hia, assegurando para todos os que comparecessem aquele Simpósio, um desporto especial de 20% sobre as diá- rias. (Documento nº 23).

De regresso, devolvemos aos cofres da Associação Internacional de Turis- mo, o saldo de NCr\$ 20,00 conforme doc. nº 24.

O Simpósio Nacional de Turismo realizou-se em Salvador, tendo a Ses- são Inaugural sido presidida pelo Go- vernador Lomanto Júnior. Os Anais, oferecidos como documentos nº 25, dão conta dos debates então travados e de que participaram, entre outros, os se- guintes parlamentares: Brito Velho, José Guimar, Plínio Salgado, Medei- ros Neto, Adauto Lúcio Cardoso, Dado Coimbra, Alceu de Carvalho, Dias Me- nezes, Germain Feijó, Ewald Pinto, Perapchi Barcellos, Italo Fitipaldi, Osni Régis, Nicolau Tuma, Mem de Sá, Plínio Costa, Oscar Correia e Ivan Luz.

A relação completa dos 142 delega- dos daquele certame, dos quais 53 parlamentares, figura como doc. nº 26, assim como o programa (doc. nº 27), o emblema do Simpósio (doc. nº 28) e o cartaz de propaganda. (doc. nº 29).

A repercussão daquele encontro po- de ser atestada pelo noticiário da im- prensa local (docs. ns. 30 e 31).

Conforme se lê na ata de 14 de julho de 1964, foram designados para repre- sentar o Grupo Brasileiro na Assem- bléia-Geral da Associação Interparla- mentar de Tourisme, que se realizaria de 3 a 5 de setembro em Vaduz, Prin-

cipado de Liechtenstein, os Deputados João Menezes e Lourival Batista, e, sem ônus para o Grupo Brasileiro, além de seu Presidente, os Senadores Irineu Bornhausen e Eduardo Catalão. Nesta reunião foi esta Presidência dis- tinguida com a sua eleição para Vice- Presidente do organismo internacional. (Docs. ns. 32 e 32-A).

O Deputado José Humberto aceitou representar o Grupo Brasileiro, sem ônus, no 2.º Congresso pró-Construção da BR-31 em Araxá.

Na sessão de 15 de novembro de 1964, às vésperas do encerramento da sessão legislativa, e conforme edital publicado no D.C.N. — Seção I — de 21 do mesmo mês e ano, reuniu-se o Grupo Brasileiro da Associação Inter- parlamentar de Turismo, sob a nossa presidência, e presentes os Senadores Ruy Palmeira, Irineu Bornhausen, Adolfo Franco e Joaquim Parente e Deputados Wilson Martins, Nicolau Tuma, Paulo Macarina, Segismundo Andrade, Oceano Carleial, Dias Me- nezes, Osni Régis, Nelson Carneiro, Waldir Simões e Souto Maior. Reza a ata respectiva: "O Senador Joaquim Parente ofereceu os Balancetes da Re- ceita e Despesa relativos aos exercícios de 1963-64, e o Sr. Presidente designou o Senador Ruy Palmeira e o Deputado Dias Menezes para opinarem a respei- to das aludidas contas. O Sr. Senador Ruy Palmeira e o Deputado Dias Me- nezes pediram que a reunião fosse suspensa por duas horas a fim de que examinassem os referidos balancetes, o que foi deferido. Reabertos os traba- lhos às 17 horas, foi lido o seguinte parecer: (examinando os Balancetes da Receita e Despesa da Associação Interparlamentar de Turismo, Grupo Brasileiro, correspondentes aos exer- cícios de 1963-64, achamos tudo con- forme, representando prestação de contas que não padece da menor dú- vida que seja quanto à probidade das contas dos gastos efetuados. Conclu- mos pela aprovação. Brasília, 25 de novembro de 1964, assinado Senador Ruy Palmeira e Deputado Joaquim Dias Menezes", sendo aprovadas por unanimidade."

Nesta mesma sessão a Presidência foi autorizada a fazer-se representar na reunião de Montevideu da *Asociación Regional del Cono Sur*, marcada para 28 de novembro, de acordo com a comunicação recebida através do Embaixador Décio Moura, e "se assim permitissem as atividades parlamen- tares." Não pôde comparecer o Bra- sil aquele encontro, e o nosso País se fez representar por dois funcioná- rios do Itamarati.

Em 3 de dezembro de 1964 a dire- ção daquela *Asociación* enviava a es- ta Presidência o ofício junto como doc. nº 33, em que, lamentando a nossa ausência naquela reunião, tra- duzia o desejo de que, em fins de janeiro de 1965, o Comitê Executivo se reunisse no Rio de Janeiro. Infeliz- mente, os acontecimentos políticos que agitavam o País não permitiram que a Associação, nesse passo desa- apoiada pelo Itamarati, tomasse a seu cargo a realização daquele encontro. (Vide ainda doc. 33-A).

Mas não somente esses fatos mar- caram a atuação da Associação Inter- parlamentar de Turismo. Em 18 de junho de 1964, ocupávamos a tribu- na da Câmara para inserir nos Anais o ofício que essa entidade enviara ao Exmo. Sr. Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, encarecendo a necessidade de conclusão das obras do Aeroporto de Foz do Iguaçu. (doc. nº 34).

Cabiam-nos relatar na Comissão de Constituição e Justiça o Projeto nú- mero 2.325-64, oriundo da Mensagem nº 426-64, do Poder Executivo, e que dispunha sobre a atribuição das au- toridades para fiscalizar a entrada de estrangeiros no território nacional. Em nosso parecer, que se junta como doc. 35, sugeríamos emenda, que afi- nal se tornou vitoriosa, inclusive es-

tendendo a dispensa da exigência de visto consular ao turista, cidadão de países americanos, já prevista no ar- tigo 1.º da Lei nº 2.526-55, aos cida- ãos de todos os países com os quais o Brasil mantivesse relações diplomá- ticas, e que assegurassem aos brasilei- ros facilidade idêntica. Dispuzemos ainda que as autoridades de polícia cabia conceder aos estrangeiros visto de saída do território nacional, na conformidade da legislação em vigor, ficando o Ministério das Relações Ex- teriores com o encargo de conceder "o visto de retorno ao estrangeiro com residência permanente no país, por- tador da carteira modelo 19 válida, quando a ausência exceder de um ano, prorrogável por igual período pela autoridade consular, e o passa- saporte já contiver o respectivo visto de saída."

Também conseguimos impedir que fosse vitorioso o texto do § 2.º ao ar- tigo 4.º, assegurando, em consequên- cia, ao estrangeiro em viagem de tu- rismo, a exigência apenas da apresen- tação de "documento comprobatório de sua permanência legal no País, po- dendo ser-lhe concedido prazo de per- manência de 6 meses, prorrogado por igual prazo."

E como não fosse cumprida a Lei 4.473, consequente ao referido 2.325 coube-nos consignar nos Anais da Câ- mara, em sua sessão de 26 de novem- bro, a nossa divergência com a inter- pretação restritiva que as autoridades policiais estavam dando aos novos textos legais. (Doc. nº 36).

Não foi só. Como se lê no *Diário do Congresso* — Seção I, de 24 de outu- bro, apresentamos ao artigo 5.º da fu- tura Lei do Inquilinato, dispositivo vi- sando a equiparar os hotéis conside- rados de utilidade turística pelas au- toridades municipais, aos hospitais, estabelecimentos de saúde e de ensi- no, asilos e cheques, para o efeito de dificultar o seu despejo. (Doc. nº 37).

Ainda em 1964, realizou-se no Brasil o VII Congresso da COTAL, a que comparecemos, como membro de sua Comissão de Hora. (Doc. nº 38).

O I SIMPÓSIO INTERNACIONAL E O III SIMPÓSIO NACIONAL EM 1965

Como não foi possível ao Brasil reu- nir o Comitê Executivo da *Asociación Regional del Cono Sur*, assumiu o en- cargo a *Dirección de Turismo do Chile*. Datado de 19 de janeiro de 1965 recebeu essa Presidência, em sua residência no Rio de Janeiro, o se- guinte cabograma (doc. 39):

"Invito ud reunion Comité Ejecuti- vo Organismos Oficiales Turismo con- nosur convocada Santiago do Chile dias 30, 31 1 febrero ruego su digna asistencia atentamente rene pairoa director turismo", além de outras co- municações por via diplomática. Sô- mente a 27 de janeiro, comunicava es- ta presidência a sua presença na- quella reunião. (Docs. 40 e 41).

Estava em recesso o Congresso Na- cional. Na sessão de 25 de março de 1965, esta Presidência informou à Co- missão que "em janeiro deste ano, es- tando o Congresso Nacional em reces- so, recebera insistente convite da *Asociación Regional de Turismo del Cono Sur* para a 3.ª Sessão Preparatória, que se deveria realizar nos últimos dias daquele mês em Santiago do Chile. Na impossibilidade de reunir a Comissão Executiva, entendeu-se pes- soalmente com o Líder Douel de An- drade, do PTB, e, através dos Sena- dores Irineu Bornhausen e Gilberto Marinho, com os líderes respectivos da UDN e PSD no Senado Federal, e que então se encontravam no Rio de Janeiro. Desses entendimentos resul- tou que o Grupo Brasileiro da Asso- ciação Interparlamentar se fez repre- sentar por seu Presidente naquela reunião", depois do que passou a fa- zer um relatório do que ocorrera, assi- nalando ainda uma vez a necessidade de da criação de um órgão nacional

de turismo, "falha essa que vem sen- do substituída pela Associação Inter- parlamentar de Turismo, em estreita colaboração com o Ministério das Re- lações Exteriores." Na sessão seguinte de 13 de maio, tal como se lê na ata respectiva, esta Presidência a retifi- cou, "para suprir a omissão relativa ao nome do Deputado Ranieri Maz- zilli, então Presidente da Câmara dos Deputados, entre os parlamentares consultados quando da designação de representante da Associação Interp- arlamentar de Turismo à reunião de Santiago do Chile da *Asociación Re- gional de Turismo del Cono Sur*." O documento nº 42 é a cópia autên- tica do cabograma do Presidente José Ga- raizabal, expedido do Chile e en- viado ao Presidente da Câmara dos Deputados. (Veja-se ainda o doc. 42-A).

Na referida sessão de 25 de março, ficou o Presidente "autorizado a cons- tituir as delegações do Grupo Bra- seiro às reuniões de Bogotá (COTI), Lima (Cono Sud, que se transforma- ria em OTOSA) e Bordeaux (UIOOT) e a responder, se necessário, pelas despesas extraordinárias com as pro- pagandas dos Simpósios de agosto, caso aceitassem fazê-lo os congressis- tas designados pela União Interpara- mentar às reuniões de Dublin e Bue- nos Aires". Na mesma reunião foi ainda aprovada uma verba de 15 mil- hões de cruzeiros para tais repre- sentações e despesas externas.

Entre outras deliberações, ficou também resolvido que a Presidência, ao constituir as delegações a Bordeaux, incumbiria um membro da Comissão Executiva, que assistiria a todos os trabalhos, desde a sua instalação, a 23 de abril, e dos senadores Gilberto Marinho, Filinto Müller e Ruy Pal- meira, que, designados pela União In- terparlamentar para a conferência pa- ra comparecer em Bordeaux e de en- tender-se, em Bruxelas, com a dire- ção da Associação Interparlamentar de Turismo, mediante o ressarcimento destas despesas e das acaso feitas com a divulgação do Simpósio na capital irlandesa."

Ficou ainda autorizada a Presidên- cia a convidar o Vice-Presidente, Sen-ador Irineu Bornhausen, a represen- tar a Comissão Executiva na reunião de Bordeaux ou de designar, em sua falta outro Diretor.

Entre outras providências, foi de- terminado ainda que delegações de parlamentares percorreriam o país, fa- zendo a divulgação do I Simpósio In- ternacional de Turismo e do 3.º Sim- pósio Nacional de Turismo, que se de- veriam realizar no Rio de Janeiro no mês de agosto, em homenagem ao IV Centenário daquela cidade, o que foi levado a efeito. (Doc. nº 42-B). Na reunião de 13 de maio, o Deputado Dias Menezes prestou informações so- bre a 3.ª Convenção da COTAL, a que comparecera em Bogotá, assim como de sua participação na reunião de Lima, de que resultara a criação da *Orga- nização Turística Oficial Sul-Améri- cana*, que substitui a "Asociación Re- gional de Turismo del Cono Sur". A seguir, "o Deputado Paulo Macarini fez o relatório da missão que desem- penha em Lima, juntamente com os Deputados Flores Soares, Bias Fortes e Dias Menezes, oferecendo cópia dos Estatutos da nova organização e re- ferindo que a representação brasilei- ra fora conferido um dos lugares na Diretoria na pessoa do Deputado Flores Soares, que chefiara a Dele- gação e fora eleito Tesoureiro. Tam- bém sobre o assunto falou o Deputado Bias Fortes, encarecendo as aten- ções que toda a Delegação recebera das au- toridades, dos parlamentares e do po- vo peruanos." O nobre Deputado Ader- bal Jurema que, mediante modestis- sima ajuda de custo, acedera em pro- longar sua viagem ao México e Esta- dos Unidos, para fazer entrega de con- vites especiais às autoridades parla- mentares e turísticas daqueles países, fez

relatório da sua atuação (doc. n. 43), ilustrando-a com recortes de jornais daqueles países, transcritos na referida Ata.

Estão transcritas na referida Ata a carta enviada por esta Presidência aos Senadores Irineu Bornhausen, 1.º Vice-Presidente do Grupo, comunicando-lhe sua indicação para representar a entidade na reunião da UIOOT, em Bordeaux, a realizar-se de 23 a 28 de abril, acentuando que essa seria um feliz ensejo para que a Delegação brasileira realizasse um trabalho de intensa propaganda do I Simpósio Internacional de Turismo, e a resposta do Senador catarinense, declinando da designação, em face de deveres de ordem partidária que reclamavam a sua presença em Santa Catarina. Reza a aludida ata, de 13 de maio de 1965: "... Somente depois que os nobres chefes de diretoria, Deputados Ary Plomb e Segismundo Andrade, e Senador Joaquim Parente, lhe comunicaram a impossibilidade de substituir ao Senador Irineu Bornhausen, aceitou a Presidência o encargo, estendendo, entretanto, a missão de propaganda dos Simpósios até aos Estados Unidos (New York e Washington), sem aumento de ajuda de custo, e transformando em passagem de classe turística a passagem de primeira classe Rio-Paris-Rio, de modo a não agravar as despesas da A.I.D.T. Sem qualquer ônus para os cofres da A.I.D.T., os senadores Gilberto Marinho e Vitorino Freire compareceram às reuniões de Bordeaux, e auxiliaram esta Presidência nos entendimentos realizados na França e na Bélgica. Em Paris, teve a delegação entendimentos com M. Pierre Dumas, Secretário de Estado para o Turismo, M. Albert Chavanac, Presidente do Conselho Municipal, e M. Pierre Depret, Secretário Geral da Agência Internacional de Hotelaria (A.I.H.). Na Bélgica, os entendimentos foram com a F.I.A.V.E. (Federation Internationale des Agences de Voyages), e com o secretário geral da A.I.D.T., M. van Elderen. Graças à colaboração do Embaixador Mendes Vianna, a delegação contou com todas as facilidades para bem cumprir seus deveres, sendo que, em Bordeaux, foram, durante uma das sessões plenárias, exibidos dois filmes de propaganda do Brasil, levados pelo Secretário Sérgio Nabuco, a nosso pedido. A prestimosa ajuda do Ministério das Relações Exteriores permitiu à Presidência se avistar, em Lisboa, com o Dr. Cezar Moreira Batista, Secretário Nacional de Informações, e em Madrid com o Dr. Manuel Fraga Iribarne, Ministro de Turismo e Informações, a fim de convidá-los para os "Simpósios" de agosto. Em New York, valeu-se esta Presidência da indispensável colaboração do Brazilian Government Trade Bureau, para os entendimentos com o Prefeito Robert F. Wagner, e as direções da A.S.T.A. (American Society of Travel Agents, Inc.), da Braniff, da Pan American, de "The Saturday Review" e da "Creative Tours Operators Association". Em Washington, transmitiu convite ao Embaixador José Mora, Secretário Geral da O.E.A. Ainda nos Estados Unidos, dirigiu-se à Presidência aos Prefeitos John F. Shelley, de São Francisco, Eric Johnson, de Dallas; Roberto Kong High de Miami; P. Cavanagh, de Detroit; Richard J. Daley, de Chicago e Victor H. Schirer, de New Orleans, convidando-os para a nossa reunião internacional. De volta ao Brasil, teve a honra de inspetar, a 10 de maio, no salão nobre da Confederação Nacional do Comércio, no Rio de Janeiro, a Comissão Organizadora dos Simpósios". (Doc. número 44).

A fotografia ora junta como documento nº 45 confirma a nossa presença em Nova Iorque, transmitindo o convite ao então Presidente da cidade.

Em 9 de junho de 1965 reunia-se, em Buenos Aires, a Comissão Especial do Parlamento Latino-Americano, encarregada de elaborar os projetos de estatutos, Regimento Interno e Organização.

Reafirmando solicitações anteriores, o Secretário Geral daquela organização, Deputado Andrés Townsend Ezcurrea, reclamava nossa presença na capital argentina. (Doc. nº 46).

Antes de deixar o território nacional, aos 2 de junho, enviava esta Presidência aos ilustres Presidentes Auro Moura Andrade e Bilac Pinto os ofícios juntos por cópias (docs. ns. 47 e 48), em que lhes comunicava que, comparecendo à reunião de Buenos Aires, sem ônus para os cofres públicos, "esperava, na capital argentina, e provavelmente em outras capitais sul-americanas, levar pessoalmente às Casas Legislativas, aos órgãos e empresas de turismo locais, a reiteração dos convites para que compareçam aos "Simpósios de Turismo", que a Associação Interparlamentar realizará no Rio de Janeiro de 12 a 16 de agosto vindouro." (Docs. ns. 49 e 50).

E realmente assim foi, como se pode verificar dos bilhetes da Empresa de Viação VARIG nº 119.217 e ... 119.218 (docs. ns. 51 e 52), além do recibo da hospedagem no Hotel Crillon, de Buenos Aires. (doc. nº 53).

Em 22 de junho, ao Embaixador Vasco Leitão da Cunha, então Ministro de Estado das Relações Exteriores, oficiamos dando-lhe conta não só da reunião do Parlamento Latino-Americano, em Buenos Aires, quando me coubera proferir, na qualidade de Delegado do Brasil, na Casa Rosada, a saudação de agradecimento ao Presidente Artur Illia, durante o almoço com que homenageara os convencionais, mas também significando ao titular do Itamarati "a magnífica colaboração dos embaixadores Dácio Moura, Pio Correia e Walter Sarmiento, para que me fosse dado, em Buenos Aires, Montevideu, e Lima, fazer ampla divulgação dos "Simpósios" de Turismo, que a Associação Interparlamentar de Turismo realizará em agosto no Rio de Janeiro" (doc. nº 54).

Por isso é que na Ata de 23 de junho de 1965 figura o seguinte trecho: "Ainda no Expediente, o Presidente comunicou que, sem ônus para a Associação Interparlamentar de Turismo ou para os cofres públicos, visitara o Uruguai, a Argentina, o Chile e o Peru e mantivera os necessários contatos para o maior êxito do Simpósio de agosto."

De 12 a 18 de agosto realizou a Associação Interparlamentar de Turismo o Primeiro Simpósio Internacional de Turismo no Rio de Janeiro. Os Anais, prontos para a impressão, dão a notícia exata daquele memorável encontro turístico a que compareceram delegações da Argentina, Austrália, Áustria, Bolívia, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Guatemala, Holanda, Índia, Inglaterra, Israel, Itália, Japão, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, República Árabe Unida, Santa Sé, Senegal, Suíça, URSS, Uruguai e Venezuela. Dentre os convencionais valem ser destacados os seguintes: Ministro Achille Corona, de Turismo e Espectáculos da Itália; Ministro Abdoulaye Fonfana, de Informações, Turismo e Telecomunicações do Senegal; Don Pio Caballitas, Subsecretário de Turismo da Espanha; Sr. Moritz Kaempfer, Conselheiro Nacional da Suíça e Presidente da Association Interparlementaire du Tourisme, com sede em Bruxelas; Sr. Basil G. Atkinson, Presidente da Union Internationale des Organismes Officiels de Tourisme (U.I.O.O.T.), residente em Melbourne, e Sr. Robert C. Lunati, Secretário-Geral da mesma entidade com sede em Geneve; Sr. Pierre Pasquini, Vice-Presidente da Assemblée Nationale Française; Deputado Raniere...

parlamentar; Senador Aguirre Doñan, do Chile, Presidente da COTAL e chefe da delegação dessa entidade; Sr. R. Hampf, ex-Presidente da A.S.T.A.; Sr. Miguel Guajardo, Coordenador-Geral do Turismo no México; Senador Augusto Pinton, antigo Ministro de Turismo da França; Dr. Júlio César Villegas, Presidente da Organisation Turistica Oficial Sudamericana, OTOSA. (Vide Revista do Touring Club, nº 364-6, doc. nº 55).

O relevo desta reunião justificou que a Dirección Nacional de Turismo da Argentina divulgasse um opúsculo com as principais teses discutidas e aprovadas naquele memorável certame (doc. 55), que foi instalado pelo então Ministro da Indústria e Comércio, o ilustre Deputado Daniel Faraco, em nome do Sr. Presidente da República, e contou com a presença do Presidente Auro Moura Andrade, do Deputado Nilo Coelho, representando o Presidente Bilac Pinto, e do Governador Carlos Lacerda. Foi Secretário-Geral o Deputado Afonso Arinos Filho. Os Relatores previamente designados foram os Senhores Robert C. Lunati (UIOOT), Carlos Pelerano (SATO), Júlio Cezar Villegas (OTOSA), Senador Hector Payssé Reyner (Uruguay), Jacques Lelier (Senegal) e Cjagas Dórea (Touring Club do Brasil).

Os documentos de ns. 56 a 81 dão uma idéia, ainda que pálida, do que foi aquele memorável certame, que se prolongou por São Paulo e Brasília, inaugurando uma nova era nas atividades turísticas do País. A relação completa dos 104 delegados estrangeiros e dos 184 nacionais, num total de 288 presenças, àquele Simpósio, a que se seguiu o 3.º Simpósio Nacional, figura como os documentos nº 82 e 83.

Ainda neste ano de 1965, coube-nos representar a Associação no I Seminário de Agentes de Viagens realizado no Rio de Janeiro em 7 e 8 de outubro, conforme documentos ns. 84 e 85. Na sessão de 24 de novembro de 1965, esta Presidência "comunicou que comparecera à instalação do Congresso de Hotelaria, realizado em Belo Horizonte, no dia 9 do corrente, e ali ouvira insistentes apelos no sentido de conseguir a votação do projeto do IBATUR".

Nesta mesma sessão o Deputado Afonso Arinos Filho ofereceu amplo relatório dando conta de sua presença, juntamente com o Deputado Segismundo Andrade, Membro Permanente do Conselho, à 19.ª Assembléia da UIOOT, realizada na cidade do México, ao 4.º Seminário Interamericano de Viagem e à Reunião Anual do SATO (South American Travel Organization), ambos em Miami. Dias depois o Deputado Segismundo Andrade enviava à Comissão Diretora circunstanciado relatório sobre o mesmo assunto.

Ainda em 1965 reuniu-se em Munich, a 3 de julho, a assembléia da Association Interparlementaire de Tourisme (Compte Rendu, existente na Secretaria do Grupo), e o Brasil ali esteve presente na pessoa do ilustre Deputado Mendes de Moraes que aceitou fazê-lo, recebendo uma pequena ajuda de custo, destinada também a possibilitar sua presença em Roma, a fim de transmitir pessoalmente ao Ministro de Turismo Achille Corona o convite, que, como vimos, aceitou para comparecer ao I Simpósio Internacional de Turismo do Rio de Janeiro.

O doc. nº 86 é o cartaz de propaganda dos Simpósios de 1965, realizados com a colaboração da Secretaria de Turismo do Estado da Guanábara.

O II SIMPÓSIO INTERNACIONAL EM PORTO ALEGRE

Não menos intensa foi a atividade da Comissão Executiva no 1966, e que, como foto marcante, a reunião...

ção do II Simpósio Internacional, em Porto Alegre, de 26 a 30 de maio. Para prepará-lo teve esta Presidência de deslocar-se, em princípios de fevereiro e fins de março, para aquela capital, sendo que da segunda vez em companhia do Deputado Afonso Arinos Filho, que ia secretariar o congresso. Para esses encargos, inclusive transporte aéreo, recebeu esta Presidência, respectivamente, as importâncias de NCr\$ 150,00 e NCr\$ 200,00. Quantos participaram daquela reunião internacional sabem do que representou de incremento para o turismo na região. Os trabalhos foram abertos e encerrados pelo Governador Ildo Meneghetti, e as sessões tiveram lugar no edifício da Reitoria da Universidade local. Ao certame estiveram presentes delegações de 25 países e 244 congressistas, entre os quais numerosos membros do Congresso Nacional, que viajaram para a capital gaúcha, em aviões especiais, acompanhados de suas excelentíssimas famílias.

Na ata da sessão de 31 de março de 1966, consta que o Presidente comunicou que já realizara duas viagens a Porto Alegre, "a última das quais em companhia do Deputado Afonso Arinos Filho, Secretário-Geral do Simpósio, a fim de concertar providências com as entidades especializadas locais, para a realização do II Simpósio Internacional de Turismo."

Somente a malícia poderia imaginar que tais congressos brotam de uma espontânea e que o s ovisso de que se devem realizar exclui entendimentos diretos com autoridades locais, do Estado e das Prefeituras, além dos demais interessados na indústria turística (hoteleiros, agentes de viagens, transportadores, etc.). Cada Simpósio reclama uma preparação demorada, que vai desde a fixação da data à coleta de preços e reserva de acomodações, dos convites até às despedidas dos convencionais.

Também em reunião anterior, de 10 de fevereiro de 1966, esta Presidência dera conhecimento à Comissão Executiva "de sua recente viagem a Porto Alegre, a fim de entrar em entendimentos com os órgãos estaduais e municipais no sentido de realização, naquela capital", do aludido Simpósio.

Durante a excursão levada a efeito no interior sul-riograndense, a Crene Maria Medianeira, mantida pela Sociedade Amigas e Protetoras da Infância, comoveu a todos com o destile que, no Clube Orfeu, de São Leopoldo, apresentou de suas "bonecas", inocentes criancinhas trajando cada uma delas, as roupas típicas dos países presentes ao Simpósio. O doc. nº 87 reproduz o representante da Finlândia e a criancinha que, na referida festa, simbolizava aquele país.

Ao término dessa impressionante demonstração, os parlamentares presentes admitiram que a Comissão Diretora, então representada no Rio Grande do Sul apenas pelo seu Presidente, desse uma contribuição para a referida instituição beneficente. Daí a ajuda de NCr\$ 200,00, conforme recibo existente na Secretaria do Grupo.

Com despesas de toda a natureza, inclusive as de representação, transporte, etc., durante o período da realização do Simpósio, dispendeu a Presidência NCr\$ 300,00. E que lhe cabia, além de muitos outros, a responsabilidade de recepcionar e homenagear, desde o momento da chegada ao da partida, no aeroporto, as delegações estrangeiras, que não podiam ficar sujeitas a despesas que cumpria ao anfitrião fazer.

Entre tantos depoimentos que podem ser arrolados, permitimo-nos destacar, da carta do ilustre Prefeito de Porto Alegre, Dr. Célio Marques Fernandes, o seguinte trecho: "Esse Simpósio, que de 26 a 30 de maio trouxe o engalanou a bela capital gaúcha."

ha, fez com que essa Cidade-Sorriso fosse, nesse período, o centro da atenção internacional. O Brasil pode orgulhar-se, e Porto Alegre se envaldece, pois esse Congresso atingiu plenamente o escopo a que se propusera, graças à magistral habilidade de V. Exa. (doc. n.º 87-A).

E, assinado pelo Presidente Alberto André e pelo Secretário José Adam Zukanskas, a Associação Rio-grandense de Imprensa, ao agradecer a homenagem que lhe fora prestada, transmitia ao Presidente do Grupo "as melhores congratulações pelo êxito do certame e os votos pelo sucesso das suas próximas iniciativas." (doc. n.º 87-B).

Foram relatores dos temas previamente escolhidos os Srs. Martinez Mayo (Argentina), Tarso O. Piegas (México), Augusto Guzmán Robles (Peru) e Armando Matos (Uruguai). Os documentos ns. 88 e 88-A ilustram ainda essa exposição, cumprindo ressaltar a indispensável contribuição que para o êxito do Simpósio deram o SETUR, então dirigido pelo Dr. Guilherme Schultz Filho, e o COMTUR, sob a responsabilidade do Dr. Nicanor Luz.

Em março do mesmo ano de 1966 teve lugar, em Montevideu, o IX Congresso da COTAL. A delegação brasileira, sob a minha presidência, foi integrada pelos Deputados Geraldo Freire da ARENA, e Pedrosa Júnior, do MDB, indicados pelo Presidente Adauto Cardoso, enquanto o Senado era representado pelo nobre Senador Antônio Carlos. Os Anais dessa reunião (doc. n.º 89) publicam, a fls. 63 e 64, a oração que então proferi, em nome da delegação brasileira. A fotografia junta (doc. n.º 90) prova a distinção que nos foi conferida, na mesa que presidiu os trabalhos, ao lado direito do Presidente do Congresso, Sr. Hebert Buen Cristiano.

De regresso a esta Capital, o eminente Deputado Geraldo Freire ocupou a tribuna da Câmara para fazer o relatório daquela reunião a que compareceram cerca de 750 representantes dos vários países sul-americanos. *Diário do Congresso Nacional*, Seção I — 23-3-66, pág. 23. E dizia textual e generosamente o ilustre vice-líder da Maioria: "Tivemos principalmente duas sensações contraditórias: a primeira, de muita alegria, porque pudemos verificar a estima, a admiração e o respeito de que goza o Presidente do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo, o ilustre Deputado Nelson Carneiro. Todos os representantes dos países americanos que usaram a tribuna referiram-se a S. Exa. com grande carinho e respeito e cada vez que isto acontecia, a assembleia toda aplaudia de forma entusiástica. Nelson Carneiro é, hoje, sem favor algum, um dos maiores líderes do turismo latino-americano. Pudemos mesmo verificar que é o grande defensor do vínculo indissolúvel latino-americano. (Riso). Todos os nossos vizinhos o estimam sobremaneira e nós, que estávamos sob sua chefia, nos sentíamos orgulhosos por notarmos que o Brasil embora não dispondo de organização oficial de turismo, oferece ao turismo latino-americano um de seus mais brilhantes representantes." (Doc. n.º 91).

Em oração pronunciada no Senado Federal, o nobre Senador Antônio Carlos afirmava (D. C. N., Seção II, 25-3-66, p. 604).

"Inexistindo órgão algum de turismo no Brasil, em nome do nosso país, falaram, em ocasiões diversas, o Deputado Nelson Carneiro, Presidente do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo, o Dr. Guilherme Schultz Filho, Diretor do Serviço de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul e o Sr. Nestor Serra, de Agências de Viagens. O convite para participação no simpósio de turismo a realizar-se de 26 a 30 de

maio do corrente ano, em Porto Alegre, foi a nota com que os brasileiros coloriram o quadro pálido de nossas possibilidades no setor. Realmente, nossas armas são, exclusivamente, as condições naturais que o país oferece. Nelson Carneiro pôde constatar, mais uma vez, que o seu esforço e o seu entusiasmo constituem um dos raros fatores positivos no turismo nacional. O representante do órgão oficial ganhou procura atrair para a sua atividade modelar a atenção dos que desejam trazer turistas ao Brasil. Nestor Serra, que é um idealista, transporta a fronteira do mero interesse comercial para se fazer um defensor do interesse nacional no campo turístico." (Doc. n.º 92).

Em 18 de abril de 1966, sob a presidência de Dom Manuel Fraga y Iribarne, Ministro de Informações e Turismo de Espanha, instalou-se em Madrid a 1ª Assembleia Hispano-Luso-Americana-Filipina de Turismo. A delegação brasileira foi integrada pela Sra. Lucy Bloch, Dr. Carlos de Laet, Dr. Gerson Fonseca, Dr. Gil Pinheiro de Amorim e pelo Deputado Segismundo Andrade, indicado por esta Associação, atendendo à solicitação do Sr. Ministro das Relações Exteriores. (doc. 92-A) Como observador, convidado oficialmente, comparecemos àquela importantíssima conclave, sem ônus de qualquer natureza para os cofres públicos do País, e ali tornamos-nos vitoriosos, como uma das conclusões da 11ª Comissão, a necessidade de propagar-se, pelos diversos países, a criação de órgãos parlamentares destinados a incrementar o turismo. Os Anais que oferecemos à biblioteca do Grupo Brasileiro figuram como documentos ns. 93 e 94.

Finalmente, também sem ônus de qualquer natureza para os cofres públicos, fomos distinguidos com um convite para o voo inaugural do Boeing Santa Cruz, da Companhia Transportes Aéreos Portugueses-TAP — conforme documento n.º 95, e passagem oferecida como documento número 96.

Neste ensejo, transmitimos às autoridades portuguesas, encarregadas do turismo, nosso apelo para que comparecessem à reunião da capital mineira.

Um Simpósio Internacional não se improvisa, vale repetir. E, terminado o II, já a Comissão Diretora começou a cuidar da realização do III, em Belo Horizonte. E urgia fazê-lo, inclusive para evitar que a data escolhida colidisse com outros eventos que em todo o mundo devem marcar 1967, que as Nações Unidas e o UIOOT declararam o "Ano Internacional do Turismo — Turismo passaporte para a Paz".

O III SIMPÓSIO INTERNACIONAL E O IV SIMPÓSIO NACIONAL, DE 1967

Todas as providências iniciais vêm sendo tomadas para o êxito desse novo conclave e algumas delas foram concretizadas no fim do ano passado, com a viagem ao exterior de uma comissão de senadores que, nos Estados Unidos e na Europa, levou pessoalmente os convites por nós assinados às altas autoridades dos países visitados. Assim agindo, a Presidência cumpria expressa determinação da Comissão Executiva, como se lê na ata de 20 de dezembro de 1966: — "O Senhor Deputado Oceano Carneiro propôs que fosse dada autorização ao Sr. Presidente do Grupo, para tomar todas as providências indispensáveis à perfeita organização e realização do III Simpósio Internacional de Turismo, inclusive com a designação da comissão para efetuar os convites às autoridades dignatárias".

Os resultados desta missão já estão sendo constatados pela Comissão Diretora, conforme comunicações dos Srs. José A. Mora, da O.E.A.

(Washington); Carlos Pellerano, da SATO (Miami); John V. Lindsay, Prefeito de New York; John C. Leslie, Pan American, New York; Harding C. Lawrence, Braniff Internacional, Dallas, Texas; W. Kampfen, Office National Suisse du Tourisme, Zurich, Suíça; Pierre Dumais, Secretário de Turismo da França; do Presidente do Senado da França; do Deputado Chaban-Delmas, presidente da Assembleia Nacional francesa; de Paulo Faber, Presidente do Conselho Municipal de Paris; Robert C. Lenati, Genève, Suíça (docs. ns. 97 a 106). Também recebeu esta Presidência carta do Nobre Senador Filinto Müller, dando conta de seus entendimentos com Dom Manuel Fraga Iribarne, Ministro de Informação y Turismo da Espanha (doc. n.º 107). Aliás, a providência de designar tais comissões é praxe corrente, valendo recordar que aqui esteve, em agosto de 1964, uma delegação de senadores e deputados peruanos a fim de convidar o Congresso Brasileiro para a reunião preparatória do Parlamento Latino-Americano, em Lima.

Ainda em 1966, o Grupo Brasileiro se fez representar na reunião da UIOOT, realizada em Atenas, por seu Tesoureiro, Senador Joaquim Parente, e pelo Deputado Ezequias Costa, escolhido de acordo com a Presidência da Câmara dos Deputados, além do Senador Vitorino Freire, este sem ônus para a A.I.D.T.

Também missões da maior utilidade foram desempenhadas, igualmente sem ônus para os cofres da entidade, pelos nobres Deputados Lourival Batista e João Menezes.

No período de recesso parlamentar, depois de eleita a Mesa, e antes da presente legislatura, recebeu esta Presidência o ofício junto como doc. número 108, em que o Grupo Brasileiro era convidado para representar-se na reunião da HOTELHOGAR, que teria lugar de 25 de fevereiro a 10 de março, em Montevideu, sendo que o programa previa debates sobre "turismo e Cono Sur" e "circuitos latino-americanos de turismo". Era uma oportunidade a mais para a maior divulgação do III Simpósio Internacional de Turismo. Esta Presidência designou para representar o Grupo na reunião os Deputados Paulo Campos e Hugo Aguilar, de Belo Horizonte valendo-se da ampla autorização que a Comissão Executiva lhe dera em sessão de 20 de dezembro de 1967.

Por três vezes esta Presidência se deslocou para Belo Horizonte, sem ônus para os cofres da entidade, a fim de realizar ali os primeiros entendimentos para a organização do III Simpósio Internacional de Turismo, havendo, inclusive, como demonstram os docs. n.º 109 a 117, desde logo constituída a Comissão Consultiva daquela conclave, de que fazem parte, entre outros, os nobres Deputados Elias Carmo e Renato Azeredo.

Em 21 de abril do corrente ano, o Governador Israel Pinheiro enviou à Assembleia Legislativa mensagem pedindo a abertura de um crédito especial de NCr\$ 50.000,00, a fim de ocorrer às despesas que lhe competem na realização daquele encontro, a que todas as classes sociais de Minas Gerais emprestam a maior importância. Por isso mesmo, com ampla divulgação, em todos os Estados do Brasil, a Comissão Executiva instituiu um concurso para a escolha do melhor cartaz de propaganda, conferindo um prêmio de NCr\$ 1.000,00 ao vencedor. Sr. Augusto Barreiros, e outro de NCr\$ 200,00, ao projeto aceito em segundo lugar. A Comissão Julgadora desse concurso foi integrada pelo Senador Guido Mondim e pelos Deputados Gustavo Capanema e Dias Menezes. Os cartazes já estão impressos, em espanhol e inglês, e a nova admi-

nistração certamente providenciara sua imediata distribuição, para que alcancem o objetivo para o qual foram elaborados. (Docs. ns. 118 e 119).

Por outro lado a Presidência teve o cuidado de dirigir-se a todas as Embaixadas solicitando informações sobre as mais altas autoridades turísticas dos seus respectivos países. Numerosas são as respostas recebidas, de modo a possibilitar aos futuros dirigentes valer-se da colaboração do Itamarati, a fim de a todos transmitir ou renovar o convite para o III Simpósio Internacional de Turismo, completando assim a obra já iniciada.

Estando recentemente em Montevideu, na 2ª Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-Americano, sem qualquer ônus para os cofres públicos, transmitimos ao ilustre Ministro de Turismo daquele país, Dr. Justino Carrere Sapiega, convite para que nos honrasse com sua presença em Belo Horizonte.

Por outro lado, oficiamos ao Revmo. Padre Giovanni Arighi O. P., Diretor del *Oficio Per la Pastoral del Turismo*, da Santa Sé, convidando-o a fazer o discurso inaugural do referido Simpósio. Outro oração, consultado foi o licenciado Agostinho Salvat, Diretor Nacional de Turismo do México.

Esta Presidência teve o cuidado de dirigir-se à Sra. Carmen Gandarillas V., da *Dirección Nacional de Turismo* do Chile, ao Sr. Robert C. Lonati, do UIOOT, e a Don José de Arespacochaja, do Ministério de Turismo da Espanha, solicitando-lhes aceitassem o encargo de oferecer trabalhos sobre os principais temas a serem debatidos na reunião de Belo Horizonte.

De 21 a 26 de maio próximos, reunir-se-á em Miami o X Congresso da COTAL, e de seu ilustre Presidente, Sr. Herbert Buencristiano, recebemos ofício em que nos comunicava que o Conselho Diretor daquela entidade havia decidido considerar-nos "Convidado de Honra" daquela reunião. (Doc. n.º 120).

O cuidadoso programa elaborado sobre turismo latino-americano organismos internacionais de turismo, transportes e hotelaria (doc. n.º 121) justifica a presença de uma delegação àquela reunião, a que devem comparecer mais de dois mil agentes de viagens, inclusive, e pela primeira vez, em grande número, os norte-americanos.

Ainda em propaganda do III Simpósio Internacional, de Belo Horizonte, e nos termos da ampla autorização que a Comissão Executiva lhe conferira na sessão de 20 de dezembro de 1966, esta Presidência confiou ao Deputado Oceano Carneiro a incumbência de convidar para aquela reunião os parlamentares presentes em Palmas de Majorca, no último mês de março. Aliás, em 1964, quando amadurecia a ideia de uma reunião internacional, que ao tempo se imaginava pan-americana o Deputado Segismundo Andrade comparecera à II Conferência Interparlamentar Americana, para os primeiros entendimentos.

Atendendo a nossa solicitação, o Presidente Auro Moura Andrade indicou o Senador Clodomir Millet para integrar a delegação, como representante do Senado Federal, e o Presidente Baptista Ramos, e Deputados Joaquim Ramos, da ARENA e Evaldo Pinto, do MDB pela Câmara dos Deputados (Doc. n.º 122). A importância desse certame e tanto maior quanto esta será a grande oportunidade para que seja feita uma intensa propaganda do III Simpósio Internacional de Turismo, não só com a distribuição dos três mil cartazes já im-

pressos em inglês e espanhol, como também dos folhetos que a Prefeitura de Belo Horizonte, de acordo com esta Presidência, mandou imprimir.

Ao encerrar o nosso mandato, fazemos sinceros votos para que não se interrompa esta já vitoriosa iniciativa, única na América Latina, de reunir anualmente um simpósio internacional de turismo, convocando os entendidos para um debate amplo dos problemas que a todos são comuns.

Finalmente cumpre-me referir que no ano passado deveria realizar-se, em Fortaleza, o IV Simpósio Nacional, que se tornou impossível em virtude do recesso do Congresso Nacional, decretado pelo Sr. Presidente da República. Mas o documento nº 123, datado de Fortaleza, em 7 de julho de 1966, dá conta de que as primeiras providências já vinham sendo tomadas para a reunião, que deveria ocorrer nos primeiros dias de dezembro. Esta Presidência vem-se entendendo com o Sr. Stênio Azevedo, Diretor do Departamento de Turismo da Prefeitura Municipal de Fortaleza, a fim de que este ano se possa realizar, no Nordeste esse certame, capaz de levar uma palavra de estímulo e de compreensão a quantos, ali, trabalham pelo desenvolvimento da indústria turística em nosso país.

Temos, assim, cumprido nossa missão, e para orgulho nosso temos podido contribuir, de maneira efetiva, para que se fôsse criando, no País, uma consciência, turística.

E' de nossa autoria recente projeto que modifica a denominação atual do "Ministério da Indústria e Comércio" para "Ministério da Indústria, Comércio e Turismo", de modo a convocar, inclusive, os Poderes Públicos, a uma atenção maior ao incremento dessa indústria, que, além de poderoso fator de recrutamento de divisas, é, ao mesmo tempo, instrumento insuperável de aproximação entre os povos.

Os Anais do III Simpósio Nacional (Rio de Janeiro, 1965) estão sendo impressos na Grafica do Senado Federal. Os Anais do I Simpósio Internacional (nas quatro línguas oficiais da reunião: inglês, francês, espanhol e português), e do II Simpósio Internacional (em espanhol) estão prontos, aguardando apenas oportunidade para sua impressão, sem ônus para os cofres da A.I.D.T.

Mas a grande vitória da administração que se extingue é a de ter, afinal aprovado o projeto que criava o ... IBRATUR. Embora vetada a proposição pelo Sr. Presidente da República, a força do movimento por nossa administração desencadeado era tal que S. Exa. logo decretou, para substituir aquele órgão, a EMBRATUR — Empresa Brasileira de Turismo, que ora ensaia os primeiros passos.

Cumprimos por fim o grato dever de consignar nossos melhores agradecimentos a quantos, dentro e fora do Congresso Nacional, no país e no estrangeiro auxiliaram a obra realizada e aqui recordada em suas linhas gerais.

A experiência das dificuldades a superar para bem desempenhar o mandato realizado justifica que, ao concluir este relatório, possamos fazer preces ao Senhor para que ilumine aos que vierem depois de nós, certos de que, por maiores que sejam seus esforços, haverá sempre incapazes de qualquer realização que os maldigam e caluniem. Já a palavra mais sábia antes vaticinara: "Ai de vós quando todos os homens de vós disserem bem, porque assim faziam seus pais aos falsos profetas!"

Brasília, 9 de maio de 1967. — Nelson Carneiro.

Parecer para estudo, publicado com autorização do Senhor Presidente da Comissão de Constituição e Justiça (*)

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Resolução nº 1, de 1967, do Congresso Nacional, que adapta o Regimento Comum às disposições da Constituição de 24 de janeiro de 1967.

Relator: Senador Petrólio Portella

Subscrito pelo Senhor Senador Daniel Krieger e outros Senhores Senadores, e pelo Senhor Deputado Ernani Sátiro e outros Senhores Deputados, foi oferecido à consideração e deliberação do Congresso Nacional Projeto de Resolução em que se propõe seja adaptado ao sistema da Constituição de 1967 nosso Regimento Comum. No Projeto destaca-se, dentre outras proposições pertinentes, a que, em cumprimento estrito de preceito constitucional, estabelece (art. 2º):

"No exercício das funções de Presidente do Congresso Nacional o Vice-Presidente da República presidirá as sessões conjuntas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, tendo somente voto de qualidade".

Com efeito, a Constituição atual dispõe, em seu art. 79, § 2º, que:

"O Vice-Presidente (da República) exercerá as funções de Presidente do Congresso Nacional, tendo somente voto de qualidade, além de outras atribuições que lhe forem conferidas em lei complementar".

Na bem fundamentada justificação que acompanha o Projeto de Resolução, firmado por 214 Deputados e 35 Senadores, assinala-se, em abono da regra proposta para o seu art. 2º, que a Constituição de 1967, em seu art. 79, § 2º, atribuiu ao Vice-Presidente da República o exercício das funções de Presidente do Congresso Nacional. É uma inovação em nossa legislação constitucional. Na Constituição de 1934 não existia o cargo de Vice-Presidente da República, cargo que não figurou, igualmente, na Carta de 1937, e, introduzido na Constituição de 1946, foi, expressamente extinto pela Emenda Constitucional nº 4, de 1961. Com a revolução desta, pela Emenda Constitucional nº 6, de 1963, foi declarado que não se revigorava o art. 61 da Constituição de 1946, pelo que não voltou o Vice-Presidente da República a exercer as funções de Presidente do Senado Federal.

Observa-se ainda: Foi, portanto, durante a vigência da Constituição de 1891 e da Constituição de 1946, até 2 de setembro de 1961, que se atribuiu ao Vice-Presidente da República a função de Presidente do Senado Federal. Entretanto, nunca se aplicou, na letra das nossas Constituições, que ao Vice-Presidente da República cabia a presidência do Congresso Nacional.

E conclui a justificação: em face do dispositivo do art. 79, § 2º, da Constituição em vigor, justifica-se a alteração proposta.

O Senhor Senador Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, em longo e minudente despacho determinou o arquivamento da Proposição, dando como fundamento de sua decisão as seguintes principais razões: a Constituição não autorizaria um procedimento dessa natureza, que atentaria contra todo o sistema de princípios e regras que nela salvaguardam a independência do Poder Legis-

lativo e disciplinam as suas relações com os demais órgãos soberanos do Estado; não há conflito entre as disposições constitucionais que discriminam as funções do Vice-Presidente da República e as do Presidente do Senado no tocante à direção dos trabalhos do Congresso Nacional; a Constituição explicita e enumera todas as sessões conjuntas das duas Casas do Congresso Nacional, que devem ser dirigidas pelo Mesa do Senado (art. 31, § 2º); a Mesa do Senado é um conjunto de todas as pessoas que a integram, tendo como órgão o Presidente, e dela não faz parte o Vice-Presidente da República. Ela constitui um todo orgânico, no qual as atribuições se ordenam e se articulam segundo normas próprias, excluídas a interferência de pessoas alheias à sua estrutura; a norma regimental não tem força para substituir-se aos preceitos constitucionais, alterando e subvertendo a ordem das competências; nos regimes anteriores, o Vice-Presidente da República presidia o Congresso Nacional não pela sua condição de Vice-Presidente da República, mas, tão-somente, em virtude de sua condição de Presidente do Senado Federal; a Constituição de 1967, porém, não consagraria a mesma regra, nem possibilitaria igual entendimento; à Mesa do Senado Federal, presidida por seu Presidente, é que cabe a direção de todas as sessões do Congresso Nacional destinadas ao processo legislativo e à política legislativa, ao passo que o art. 79, § 2º, é pertinente, apenas, a atividades outras do Congresso Nacional que não se contenham no âmbito daquelas atribuições intelegíveis (sic); há regra especial que taxativamente (sic) exclui o Vice-Presidente da República da Presidência do Congresso Nacional, nos casos e para os fins que, prudentemente, ejumera; nos termos expressos (sic) da Constituição, é o Presidente do Senado quem preside às sessões conjuntas referidas no art. 31, § 2º; o legislador constituinte, ao dizer que o Vice-Presidente da República exercerá funções (sic) de Presidente do Congresso Nacional, teve o especial cuidado do excluí-lo, taxativamente (sic), da direção das sessões convocadas para tratar de assunto de estrita natureza legislativa; não sendo o Vice-Presidente da República membro do Poder Legislativo, seria ferir frontalmente o art. 6º, parágrafo único, da Carta Magna, conferir-se-lhe atribuições que a Constituição especificamente (sic) outorga a um membro do Poder Legislativo; a norma permissiva (sic) contida no artigo 79, § 2º, da Constituição, não pode tornar-se absoluta; todo o processo legislativo será dirigido pela Mesa do Senado, presidida por seu Presidente, que não pode ser sumariamente privado de suas funções constitucionais por meio do artifício de uma reforma regimental; contra essa alteração regimental já em si mesma cívica de vício insanável, grita todo o sistema de preceitos que conferem ao Presidente do Senado atribuições específicas; o Projeto de Resolução — deve referir-se ao art. 2º do Projeto — se aprovado, importaria em que o Presidente do Senado teria delegado suas funções ao Vice-Presidente da República, contrariando proibição expressa (sic) da Constituição; nos termos da Carta Maior, em sua, quando em Casas Conjuntas, é ao Presidente do Senado Federal que cabe dar início ao processo legislativo e aos atos e processos da competência exclusiva do Congresso, convocando as sessões; em nenhum caso de competência exclusiva do Congresso, em sessões conjuntas, ou de elaboração legislativa conjunta, o Vice-Presidente da República dirige as sessões. Quem o faz é o Presidente do Senado; são reduzidas as atribuições do Vice-Presiden-

te da República no exercício da Presidência do Congresso.

As demais argumentações em que o despacho pretende embasar-se consistem em desdobraimento dessas assertivas enunciadas.

PARÊCER

O recurso, interposto, para o Plenário, pelo brilhante Líder Ernani Sátiro, amparou-se no art. 47, nº 8, do Regimento Interno do Senado, subsidiariamente aplicável à espécie. Esse trâmite é uma decorrência do, data venia, errado destino dado à Proposição pelo Senhor Senador Auro Moura Andrade. Tratando-se de proposta de modificação do Regimento Comum, deveria ter sido observada a norma de procedimento, prevista no artigo 51 deste cujo § 1º estabelece que, no caso da alínea b, isto é, se a Proposição tiver sido subscrita por, pelo menos, vinte Senadores e oitenta Deputados,

"... recebida a proposta pelo Presidente do Senado, este a encaminhará à Comissão Diretora do Senado e à Mesa da Câmara dos Deputados, para emitirem parecer dentro de quinze dias."

A substancial matéria de mérito reside na exata interpretação dos artigos 31, § 2º, e 79, § 2º, da Constituição, normas de comando nitidamente interligadas, que não podem ser entendidas, não analisadas conjuntamente, uma completando a outra. São disposições afins, harmônicas, não contraditórias. E regra elementar de hermenêutica: "não se presume antinomia ou incompatibilidades nos repositórios jurídicos; se alguém alega a existência de disposições inconciliáveis, deve demonstrá-las até à evidência." (Cfr. Carlos Maximiliano, in "Hermenêutica e Aplicação do Direito", pag. 168).

Confrontemos os dois cânones constitucionais, cujo exato sentido teleológico tem dado margem a tão apaixonados debates doutrinários:

"Art. 31

§ 2º A Câmara dos Deputados e o Senado, sob a direção da Mesa deste, reunir-se-ão em sessão conjunta para:

- I — inaugurar a sessão legislativa;
- II — elaborar o regimento comum;
- III — receber o compromisso do Presidente e do Vice-Presidente da República;

IV — deliberar sobre o veto;

V atender aos demais casos previstos nesta Constituição."

"Art. 79

§ 2º O Vice-Presidente (da República) exercerá as funções de Presidente do Congresso Nacional, tendo somente voto de qualidade, além de outras atribuições que lhe forem conferidas em lei complementar".

A primeira disposição é a regra geral, situada no Capítulo próprio — Do Poder Legislativo. Regula, genericamente o funcionamento desse Poder; define-lhe, por igual, a competência genérica, seja em sessões conjuntas, seja em sessões separadas, de cada uma das Câmaras que o compõem; enumera as prerrogativas de seus membros, incompatibilidades exercício e perda do mandato, etc.

A segunda é a regra especial, reguladora de caso específico, aplicável, nomeadamente, a um fato determinado: O Vice-Presidente da República exercerá as funções de Presidente do Congresso Nacional. Nada deveria ser dito, simplesmente, porque não há omissões a suprir. É competência definida, ai sim, taxativamente, a de que o Vice-Presidente da República é o Presidente do Congresso Nacional. O Ministro Pedroso Horta, notável jurista, diz:

(*) Republicado por ter sido com incorreções, no DCN. — Seção III — do dia 4 de maio de 1967

"Onde a Constituição escreveu: O Vice-Presidente não exercerá a Presidência do Congresso".

E podemos acrescentar: em exame literal do texto, que se o imperativo constitucional não abrangesse todas as funções, outra seria a expressão da lei: O Vice-Presidente da República exercerá funções de Presidente do Congresso.

O despacho presidencial, tão rico em transcrição de dispositivos legais, evita, em termos sistemáticos, reproduzir o texto do art. 79, § 2º, e, quando a ele se refere, o faz, dizendo que atribuiu ao Vice-Presidente funções e não as funções de Presidente do Congresso.

Situa-se a regra peremptória, impositiva, cogente, no Capítulo relativo ao Poder Executivo, em face de seu caráter especial, constituindo um acréscimo, uma complementação ao disposto no § 2º do art. 31, cujo sentido há de ser, por via de consequência: A Câmara dos Deputados e o Senado, sob a direção da Mesa deste, presidida pelo Vice-Presidente da República, reunir-se-ão em sessão conjunta, etc. Assim conjugados, os dois textos oferecem construção interpretativa, adequada, tecnicamente correta, teleologicamente conciliada.

Segundo a melhor doutrina (veja-se, dentre outros Giuseppe Saretto, in "Tratato delle Leggi", nº 616, e Savigny, in "Traité de Droit Romain", trad. Guenoux, v. I, p. 264), o intérprete deve, ao analisar normas aparentemente conflitantes, ou não explicitamente reguladoras de todas as variantes da hipótese, verificar se é possível considerar um texto como afirmador de princípio, regra geral; o outro, como dispositivo de exceção; a que estritamente não cabe neste, deixa-se para a esfera do domínio daquele. Procure-se encerrar as duas expressões de direito como partes de um só todo, destinadas a completarem-se mutuamente; de sorte que a generalidade aparente de uma seja restringida e precisada pela outra (Sr. Carlos Maximiliano, in ob. cit., p. 168). E ainda: onde um poder é conferido em termos gerais, interprete-se como estendendo-se de acordo com os mesmos termos salvo se alguma clara restrição for deduzível do próprio contexto, por se achar ali expressa ou implícita (Carlos Maximiliano, ob. cit., p. 169).

Os textos constitucionais não autorizam entendimento diferente. A investidura do Vice-Presidente da República na Presidência plena do Congresso Nacional, por decorrer implicitamente de um preceito maior (constitucional), expressamente consagrado, não independência do Poder Legislativo. Apenderia contra a Constituição o entendimento contrário, exarado no despacho recorrido, em que se pretende por uma regra regimental (composição da Mesa — art. 46 do Regimento Interno do Senado) a uma ordem de comando constitucional (Presidência do Congresso Nacional — art. 79, § 2º, da Constituição). "A norma regimental não tem força para substituir-se aos preceitos constitucionais, alterando e subvertendo a ordem das competências", como adverte com inteira propriedade o Senhor Senador Auro Moura Andrade.

A distinção que se pretende estabelecer entre competência para presidir as sessões do Congresso Nacional destinadas ao processo legislativo e à política legislativa, e competência para presidir as sessões do Congresso Nacional destinadas a atividades outras que não se contenham no âmbito daquela: atribuições indelegáveis, é especiosa, infundada, sem qualquer suporte racional ou legal. Em que texto da Constituição está escrito que as sessões do Congresso Nacional destinadas a esta ou aquela atividade serão presididas pelo Presidente do Senado

Federal? A quais atividades se destinariam as sessões do Congresso presididas pelo Vice-Presidente da República? Os poderes dos órgãos políticos do Estado estão definidos, implícita ou explicitamente, na Constituição. Não existe, no caso, outra fonte legítima de outorga. Portanto, o elenco de atribuições deferidas à competência do Congresso, em sessão conjunta de suas duas Câmaras, exaure-se na enumeração do art. 31, § 2º, com o arremate totalizador constante do respectivo inciso V — "atender aos demais casos previstos nesta Constituição." Isto é, em todos os casos, sem exceção. Fora da disciplina extensiva da regra constitucional, que outros casos suscitarão sessões conjuntas comportando poder deliberante ensejando decisão, por sufrágio e, consequentemente, o exercício do voto de qualidade a que o texto da Lei Maior expressamente se refere? Seriam as sessões solenes previstas no art. 1º, § 1º, do Regimento Comum, destinadas a homenagear chefes de Estado estrangeiros? Mas essas reuniões, por seu próprio caráter, excluem o processo contraditório, o debate, a apuração de vontades, o voto decisório e seriam obviamente dirigidas e presididas pelas mesmas autoridades competentes.

Num desesperado esforço de encontrar um ponto de apoio, poder-se-ia dizer, em resposta, que, mesmo nas sessões solenes, é viável o levantamento de questões de ordem em situações especialíssimas. Então, por via de recurso, poderia haver manifestação decisória do Plenário e consequentemente ocorrendo empate, o exercício do desempate, pelo voto de qualidade do Presidente do Congresso, no caso e só então, o Vice-Presidente da República!

Como sentenciavam os romanos, "Quod raro fit non observant legislatores" (Os legisladores não têm visto aquilo que só acontece raramente). Presume-se que a lei, disposição, frase ou cláusula, refere-se ao que é vulgar, ao que mais comumente acontece ("Quod plerumque fit, quod plerumque accidit"), não acasos raros, excepcionais.

Assim, se se admitir que as sessões solenes não estão incluídas entre os demais casos a que alude o § 2º, inciso V, do art. 31, como concluir por que tenha a Constituição regulado o que não previu?

Seria a apoteose do illogismo; todos os disparates entrariam em cena...

Ignora-se a competência explicitada no art. 79, § 2º, que não exclui a constante do art. 31, § 2º, de tal sorte que ambas se ajustam, no texto regimental, sem outros problemas de pronta e imediata solução, para buscar-se, em construção extravagante, interpretação outra, que conduza a situações inexplicáveis.

Tenta-se a classificação errônea do que seja norma genérica e especial, numa desatenção inqualificável ao texto constitucional, definidor. É próprio, das duas normas, ao encontrar-se uma, no contexto relativo às atividades gerais, inerentes ao Legislativo, e a outra constante do Capítulo referente ao Poder Executivo.

Admitir-se que a norma geral, reguladora atividade do Legislativo, estivesse no Capítulo destinado à disciplina de outro Poder é negar, para confundir, sem qualquer propósito de esclarecer a verdade jurídica.

A prevalência, pois, da norma especial definida, como tal, pela Constituição, está evidenciada por sua própria situação no texto, e, se fosse caso de antinomia, enfrentaria, vitoriosamente, a do art. 31, § 2º.

Outros argumentos podem ser aduzidos, na demonstração de que não há motivação válida para negar-se juridicidade à proposta de reforma do Regimento.

Quando o art. 31, § 2º, diz que as duas Casas se reúnem, sob a direção da Mesa do Senado, define, em princípio, a competência da Câmara Alta, que deve ser exercida através de uma entidade coletiva — a sua Mesa.

Mas a norma não desce à disciplina objeto de menor valor, que discrimine o número de membros e a classificação deles. A norma não diz — a Mesa será constituída de tanto membros, e, igual não os enumera e classifica.

Deixa o assunto para a esfera própria, prevista na Constituição (art. 31, § 2º, inciso III.)

Por igual, as competências distribuídas aos membros da Mesa do Senado, na direção dos trabalhos deste, não são as mesmas conferidas à Mesa, pelo Regimento Comum.

O Presidente a quem se conferiram atribuições de amplitude considerável, no âmbito do Senado, as tem limitadas e diluídas, entre aquelas atribuídas à Mesa, ao órgão colegiado, ao qual cabe dirigir, como um todo, as sessões do Congresso. A este cumpre ver a Mesa de forma genérica, nos exatos e expressos termos da Constituição e não como um corpo diretor, de competências já distribuídas por apenas, uma de suas Casas. E em razão disso, no mesmo artigo e parágrafo, inciso III, foi previsto o Regimento Comum.

E é, precisamente, porque "ab o luta" não é uma norma que ela se tem de ajustar aos dispositivos do contexto que lhe completam o sentido.

Vale repisar: será sempre no âmbito do Regimento Comum que se há de tratar das normas relativas ao funcionamento da Mesa do Senado, nas sessões conjuntas.

A disciplina por que a Mesa se rege, as prerrogativas conferidas a cada um dos seus membros, no âmbito do Senado, não se transferem para o plano do Congresso que, soberanamente, sobre elas poderá livremente dispor.

Desde 1903, com os hiatos conhecidos o Presidente do Senado não presidia a administração de seus serviços internos, cabendo essa competência ao Vice-Presidente da Câmara Alta, ao qual a Constituição de 1946, Artigo 213, fez referência expressa.

Foi disposição regimental que estratificou a norma, o que bem expressa a amplitude da competência do Regimento Interno.

Eis mais um motivo por que são harmônicas e interligadas as duas normas constitucionais, a do art. 31, § 2º, limitada esta, pelo inciso III e a do art. 79, § 2º.

Se é permitido ao Regimento Comum distribuir entre os Membros da Mesa a competência de cada um, não há como alegar a autonomia, entre os textos.

No caso em estudo, o Presidente do Senado tem de ser visto como um dos membros da Mesa, cabendo, como é certo, a fixação de suas atribuições ao Regimento Comum, o este deverá fazê-lo, obediente a uma norma impositiva e determinante: o Presidente do Congresso Nacional será o Vice-Presidente da República, como voto de qualidade. Mas, ainda no que se refere a esta autoridade, o Regimento poderá aumentar ou diminuir a esfera de sua competência.

Trazer a figura do Presidente do Senado, por mais que mereça apelo, para a âmbito da discussão, impondo ao Congresso os direitos e prerrogativas de que goza no seio da Câmara Alta e não como membro da Mesa, que terá, nas reuniões conjuntas, a competência que lhe for determinada, é fugir à disciplina legal e tirar ao Congresso os poderes do art. 31, § 2º, nº III. Eis, em suma, o que deve ser, por força da Constituição.

A Mesa continuará íntegra, constituída de todos os seus membros, sem exclusão de ninguém, ao contrário do

que alega o despacho, e dirigirá os trabalhos do Congresso, sob a Presidência do Vice-Presidente da República cabendo a cada um de seus integrantes os poderes conferidos pelo Regimento Comum.

O que não é permitido fazer é distinguir, na Mesa do Congresso, o Presidente do Senado — a Constituição também não o fez — e alijar o Vice-Presidente, a única autoridade da competência, especificamente, outorgada.

O despacho sustenta não bastar à Mesa dirigir os trabalhos, pretendo que ela se apresente subordinada ao sistema de competência diferenciada, da Câmara de origem, o que vale negar a um só tempo a eficácia de dois dispositivos constitucionais: o que confere ao Vice-Presidente da República as funções de Presidente do Congresso e o que atribui a este competência para elaborar o Regimento Comum.

Ao estudar-se o problema da direção do Senado, em face do Direito Constitucional Brasileiro, chega-se à conclusão de que a competência do seu Presidente veio de ampliar-se muito, recentemente.

Ontem, por imposição constitucional, o cargo era exercido pelo Vice-Presidente da República, avultando, em importância, as funções de Senador Vice-Presidente da Casa.

Sob a Constituição de 1957, a tradição foi quebrada e não se devolveu ao Vice-Presidente da República o cargo de Presidente do Senado, cabendo-lhe, apenas as funções de Presidente do Congresso.

Não disciplinando o provimento do cargo de Presidente do Senado, deixou o assunto para a órbita regimental, o que enseja a outorga a um Senador.

A Carta de 1946 conferiu ao Vice-Presidente da República as funções de Presidente do Senado.

E, nas sessões conjuntas, a direção dos trabalhos foi confiada à Mesa do Senado.

Não esteve em cogitação a Presidência do Congresso.

Da Mesa do Senado, de acordo com o então Regimento Interno, não fazia parte o Vice-Presidente da República.

A Constituição não disse quem seria o Presidente do Congresso, mas disse que este seria dirigido pela Mesa do Senado, da qual não fazia parte o Vice-Presidente da República. Portanto, a direção seria da Mesa e a Presidência do Vice-Presidente do Senado.

Não havia, assim, nenhuma norma que enfrentasse a do art. 41.

Se nela se fazia expressa a competência da Mesa do Senado, para dirigir as sessões conjuntas, o assunto estaria esclarecido. Mas, assim não entendeu o Senado. Reformou o Regimento, para incluir o Vice-Presidente da República como membro da Mesa, e fê-lo, assim, Presidente do Congresso Nacional.

Em simples reforma regimental, relativa à redistribuição de competência, o Senado atribuiu ao Vice-Presidente da República as funções de Presidente do Congresso Nacional, que não lhe foram conferidas pela Constituição.

Era Vice-Presidente da Câmara Alta o Sr. Melo Vianna que, em tal qualidade, presidia a Mesa. Em brilhante e erudito trabalho, focalizou o assunto, recorrendo, democraticamente, à Comissão encarregada de elaboração do novo Regimento.

Seu apelo não mereceu acolhida e o Vice-Presidente da República foi incluído na Mesa, para, então, dirigir as sessões conjuntas das duas Casas.

O Vice-Presidente da República exerceu as funções de Presidente do Congresso, sem outorga constitucional específica e sem ser membro da Mesa do Senado, não obstante vigorar,

no tempo, a mesma disposição do art. 31, § 2º.

Bem diversa é a situação de 1967. A Constituição diz: "o Vice-Presidente da República exercerá as funções de Presidente do Congresso" e, usando as mesmas palavras da Constituição de 1946, atribui as demais funções de direção à Mesa do Senado.

Modificou-se, ontem, a composição da Mesa, para permitir ao Vice-Presidente da República, exercer a Presidência do Congresso, atribuição que não lhe fora cometida pela Constituição — convém repetir-se.

Sob a Carta de 1967, contesta-se a legitimidade da reforma do Regimento, não para modificar a Mesa do Senado, como se fez no passado, mas, apenas, para condicioná-la a dispositivos constitucionais.

A subversão que se alega e a ilegalidade que se invoca resumem-se apenas nisto: introduzir, no Regimento Comum, normas constitucionais que lhe dizem respeito.

O Senhor Presidente do Senado busca, ainda, apoio nos arts. 47, 62, §§ 9º, 3º, 4º e 5º, e 153 da Constituição, como se confirmassem sua tese.

O despacho invoca, timidamente o art. 6º, § 2º, da Carta Magna que impõe: "o cidadão investido na função de um deles não poderá exercer a de outro, salvo as exceções previstas nesta Constituição".

Reconhece, então, a norma permissiva, mas volta ao abrigo do art. 31, § 2º, cujo preceito "impede que aquela regra se torne absoluta".

Os preceitos em verdade não são absolutos, eles se ordenam e se ligam, dentro de sentidos que se harmonizam, para o fim superior de dar um ordenamento jurídico-político à Nação.

As regras se completam e o alcance de uma ajuda a explicar o objetivo de outra, para que o diploma garha correlação sistemática entre seus títulos, capítulos e seções, e triunfe, afinal, o desiderato supremo que é a afirmação da ordem jurídica.

O que não há, no texto constitucional, é preceito que invalide o que o art. 79, § 2º, encerra: a competência impositiva do Vice-Presidente da República.

Olvidando a história do Direito Constitucional brasileiro, que não consagra a tese de ser o Presidente do Senado um Senador — alude o despacho ao art. 55, parágrafo único, sobre o qual não faz maior exame. "O que pretendem os autores deste Projeto de Resolução é que o Presidente do Senado delegue as funções ao Vice-Presidente da República".

As funções referidas como privativas do Presidente do Senado, outras não são senão aquelas conferidas pela Constituição ao Vice-Presidente da República, pois, como já está, exaustivamente, esclarecido, a outorga de poderes ao Presidente do Senado não é matéria constitucional, pois emana do Regimento Interno.

Outros argumentos menores são articulados, no propósito de forçar interpretação, frontalmente, contra a lei.

E se alega, então, designação do Presidente do Senado em vários textos da Constituição, como competência para providências que não são da alçada do Vice-Presidente da República — adiante se verá.

Não valeria a norma de outorga de poder, mas a mera designação da autoridade para funções que não dizem, diretamente, com o assunto.

A verdade da lei não seria encontrada, sob o patrocínio das boas regras de hermenêutica, mas através de curioso concurso: ganharia aquela mais citada, no texto constitucional.

Mas se omite um aspecto fundamental: A Constituição não cogitou de regular a investidura do Presiden-

te do Senado. Deixou a matéria para o âmbito regimental.

Quando faz ela alusão ao Presidente do Senado, não entra na consideração de quem será o titular.

Pode ser qualquer membro da Mesa, atendidas as normas regimentais de substituição. Comentando o artigo 208 da Constituição de 1946 (convocação do estado de sítio) assim se expressa o douto Ponies de Miranda:

"Entende-se por Presidente do Senado quem se o Congresso Nacional estiver aberto, teria de presidir ao Senado. Não portanto, o que estivesse em missão no estrangeiro, ou estivesse de licença". Com efeito, diz o art. 62:

§ 1º Se o Presidente da República julgar o projeto no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo e comunicará, dentro de 48 horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do Veto.

Pretende-se fazer crer que este dispositivo tem pertinência com as funções de Presidente do Congresso.

Se verdadeira a tese, então, por que designar-se o Presidente do Senado para assunto de atribuição do Presidente do Congresso se os dois cargos têm, na mesma pessoa, o titular?

Evidentemente, a tese é falsa. O assunto está endereçado à autoridade mais apropriada, que é o Presidente de uma das Casas do Congresso.

Na Constituição de 1831, o projeto era devolvido à Casa de origem. (art. 37, § 1º).

A carta de 1934 fixava a norma de que o processo no mesmo caso fosse devolvido à Câmara dos Deputados.

O objetivo legal, não comporta desvio de interpretação.

O Veto é a manifestação da vontade do Executivo contrária a proposição emanada do Legislativo. Os atos deste "ficam expostos a que o Presidente da República lhes oponha o Veto, isto é, a sua discordância, a recusa da sua aquiescência, indispensável, "ex hypothesi" para que se complete a lei. (Pontes de Miranda — Comentários à Constituição de 1946, pag. 322 — vol. II).

E portanto, um momento de discordância entre dois Poderes. E a Constituição explicita os meios pelos quais o projeto volta ao Poder de onde emanou para que, apreciando-o melhor, o Legislativo) de mais força a manifestação de sua vontade.

E cumpridas as exigências constitucionais, o projeto será lei, contra a manifesta vontade do Executivo, ao qual só resta promulgá-la.

É um processo contraditório, em que a disciplina a reger os atos dos dois Poderes deve ser rígida, a fim de que não se crie um impasse, no processo legislativo.

É oportuno, então, até para a boa harmonia e convivência entre os dois maiores titulares do Executivo, que se exclua desse ato instrumental o Vice-Presidente da República, cabendo, consequentemente, à autoridade legislativa a providência indispensável ao andamento da matéria de sua competência, sem a alegação da dependência a membro de um Poder que, no caso, está em oposição manifesta à sua vontade.

É tão cautelosa a Constituição que se o Presidente da República não promulgar a lei, em 24h, o Presidente do Senado promulgará e se este não o fizer em igual prazo, fá-lo-á o Vice-Presidente do Senado, como poderia ser o Presidente da Câmara a autoridade competente.

Outra norma explicável, por si mesmo, é a constante do art. 62, § 5º, que assegura ao Presidente do Senado a promulgação das leis que independam de sanção, de competência do Congresso Nacional, enumeradas no artigo 47.

Não se discute a competência do Presidente do Senado nos casos referidos, pois eles, nomeadamente, lhe foram atribuídos, na qualidade de Presidente de uma das Casas do Congresso, dentro do sistema adotado pela Constituição.

Como se vê, a Carta Maior adota de salvaguardar a prerrogativa do Poder Legislativo, naqueles aspectos que pudessem ser vulnerados, por excesso de autoridade, alheia aos seus quadros.

Em consonância com a mesma diretriz política firmou a competência do Presidente do Senado, no art. 153, § 2º Estado de Sítio.

Se, no caso, o Congresso Nacional não estiver reunido, será convocado, imediatamente, pelo Presidente do Senado.

O Estado de Sítio é a mobilização do aparelho do Estado, tendo em vista a sua segurança, em razão de guerra ou para prevenir ou reprimir grave perturbação da ordem. Alarga-se, sob ele, a competência do Executivo e ninguém os direitos dos cidadãos.

Em nome da segurança nacional, direitos individuais são suspensos e se impõe a vigilância do Congresso que tem de estar presente, em sua missão constitucional, fazendo-se instrumento de defesa da ordem social e, sobretudo, dos direitos dos cidadãos.

Cabe-lhe um exame de fato, se houve ocorrência dos pressupostos legais indispensáveis e se a suspensão de direitos não teve outras inspirações que não as de defesa da ordem ameaçada.

Nesses casos, é indiscutível que as atribuições do Congresso sejam exercidas, sem a dependência da iniciativa de autoridade provida dos quadros daquele Poder que decreta o sítio.

Essa cautela, como as demais, evidencia a fragilidade da tese de que poderia haver interferência danosa à prática do regime que consagra a harmonia e independência dos poderes.

Tudo foi previsto, com o superior objetivo de evitar que o Legislativo sofresse limitação ou colapso, na atividade primordial de impulsionar o processo legislativo.

A atribuição do Presidente do Senado de convocar em certos casos, o Congresso é mais um argumento de que se valem os formuladores de absurdos.

A erudição é convocada mais para impressionar e confundir que para convencer.

E eminente mestre assim se expressa:

"O ato de convocação de uma Assembleia não é desses que uma autoridade possa condignamente exercer, estando na dependência do beneplácito de outra: é ato que, por sua própria natureza traduz a originalidade da competência e a autonomia de seu exercício. Quem convoca o Congresso tem já implícito o poder de dirigir-lhe os trabalhos, se o faz na qualidade de órgão constituído para seu funcionamento: se assim não fosse, haveria "capitis dimi nutio manifestata", ficando o Presidente do Senado reduzido a simples instrumento da manifestação da vontade de outrem, sem cuja presença a convocação seria inútil". (Miguel Reale — Parecer — A Presidência do Congresso Nacional na Constituição de 1937).

Antes da análise dos argumentos expendidos pelo ilustre mestre paulista, cabe esclarecer: a convocação extraordinária do Congresso Nacional é da competência do Presidente da República e de um terço da Câmara ou do Senado — art. 31, § 1º e somente no caso de sítio, pelos motivos, já expostos, deverá o Presidente do Senado convocar o Congresso.

Vê-se logo que o ato de convocação não é daqueles que a "autoridade condignamente possa exercer" dependente do beneplácito de outra.

Ora, se verdadeira a tese, quem deveria presidir ao Congresso, seria o Presidente da República que o convoca extraordinariamente, por seu arbitrio, sem estar vinculado a fato determinado, e, no caso de partir a iniciativa de um terço da Câmara dos Deputados, haveria, então, de ser o Presidente da Câmara dos Deputados.

Convocar e presidir são dois atos que não são, necessariamente, exercidos pela mesma autoridade.

Nem nos casos mais amplos, em que a vontade se manifesta justificada, apenas, por razões políticas ou administrativas (art. 31, § 1º); muito menos, naquelas, em que a autoridade que convoca não aciona a máquina do Poder Legislativo, por sua ordem ou seu arbitrio, mas como órgão administrativo de uma das Casas do Congresso, subordinado à ocorrência de fato determinado.

O problema de sensibilidade pessoal, criado para quem, convocando, não viesse a presidir ao Congresso e irrelevante, como é impropriedade de argumento de que, com a ausência do Vice-Presidente, a convocação seria inútil.

O Regimento prevê as substituições e o Presidente do Senado, um Senador, sem qualquer diminuição, substituirá o Vice-Presidente da República, nos seus impedimentos.

O que não parece certo é colocar-se em pedestal, intangível a tudo, a figura do Presidente do Senado, por maior consideração que se lhe tenha.

Quando é ele que preside as sessões, a "Mesa" constitui um todo orgânico, no qual as atribuições se ordenam e articulam, segundo normas próprias. A sua simples substituição, ou a sua ausência, passaria a Mesa a "mero órgão assessor do Vice-Presidente".

Os dez outros membros valeriam pouco, significariam nada, na ausência da figura tutelar do Presidente do Senado.

Tal ordem de idéias não convence. Sob todos os ângulos do assunto, em estudo, explora-se a independência do Poder Legislativo que seria ameaçada pela presença de um membro do Poder Executivo.

Não sendo assunto pertinente pois o de que se cuida é da aplicação da lei e não de sua elaboração, não resistimos ao desejo de expressar nossa posição.

O Vice-Presidente da República é autoridade do Executivo, suplente do Presidente.

Sempre exerceu função, no Legislativo, e contra sua atuação ninguém se levantou, apresentando fatos, ameaçadores das prerrogativas do Poder Legislativo.

Não detém ele o poder, capaz de seduzir, corromper os homens, nem a força diante da qual os tímidos se retraem e os fracos se curvam.

Traz consigo, apenas, a investidura eminente.

Quase todos os atos de elaboração legislativa se realizam sem ele e quando assume a Presidência do Congresso já os atos de administração também se processaram, cabendo-lhe, juntamente, com os membros da Mesa do Senado, dirigir os trabalhos das sessões conjuntas, que são disciplinadas pelo Regimento Comum.

Onde estaria a ameaça?

Na simples presença de um homem a dirigir uma Assembleia de líderes que é o Congresso Nacional?

Será ele tão forte e nós, tão fracos?

Não pode nomear nem demitir, nem tem ao seu alcance máquina poderosa a acionar.

Tem, apenas, o "status" de Vice-Presidente da República.

Sua presença pode fazer mais harmônicas as relações entre os dois Poderes do Estado.

Qualquer que seja, finalmente, o critério sob que se analisem os textos, a conclusão será a mesma, a interpretação conduzirá ao mesmo resultado.

O elemento filológico não comporta a permanência da dúvida, tão incisiva e determinante é a letra da lei.

Se cotejamos — como exaustivamente o fizemos — os dispositivos objetos de "exegese", verificaremos que exata será a interpretação, integral e dos textos, que conduza à plena utilidade de cada um.

"Os preceitos constitucionais devem ser entendidos harmonicamente de modo que um não destrua outros".

(Ac. da 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal). Substidos do culto Senador Josephat Marinho (Discurso no Senado).

O Congresso deve ser dirigido pela Mesa do Senado, sob a presidência do Vice-Presidente da República.

Um dispositivo não invalida o outro, não há exclusões a fazer, no plano da "exegese".

O que pode ser limitado, se-lo-á, no âmbito adequado do Regimento Comum, no qual cabe distribuir-se entre os vários membros da Mesa do Senado, a competência de cada um que não é e não será a mesma que lhes foi conferida na Câmara Alta.

O contrário seria invalidar outra norma e esta, inscrita no próprio art. 31, § 2º, nº III.

Não há o que amputar, desbastar, cortar, nos textos, para que se dê lugar à verdade da Constituição.

Bem diversa da interpretação concebida, para impor a presença, não cogitada pela lei, do Presidente do Senado, afastando, então, a autoridade, impositivamente, designada pela Constituição.

Os preconizadores dessa tese defendem simplesmente:

A Constituição regulou, no caso do art. 79, § 2º, o que não previu, porque tudo que nela está previsto, no tocante à direção do Congresso, dependerá do que é determinado, no Regimento Interno do Senado.

O artigo supra-citado, bem como a norma do art. 31, § 2º, II, são normas sem força de competir, vitoriosamente, com as do mesmo artigo e parágrafo.

Insistentemente, cita-se a doutrina incontestável de que a norma especial derroga a geral mas invertee-se a interpretação. E foge-se ao exame dos textos constitucionais que são, também, nesta parte, sobremaneira esclarecedores.

A norma geral está no capítulo próprio da Constituição — do Poder Legislativo — e lá se encontra o art. 31 e não seria no capítulo, destinado ao Poder Executivo, que a Constituição iria inserir norma geral, reservada ao funcionamento do Poder Legislativo.

Buscam-se brilhantes formulações, mobiliza-se a doutrina para aplica-se, de forma imprecisa, e tudo permanece escuro, longe da lei.

E, é, exatamente, dentro da Lei Maior que se encontrou os elementos

que não podem ser negados e destruídos.

Se a pretensão for a utilização do elemento teleológico, ainda aí se acha esclarecido o autêntico sentido da lei, objetivando um fim.

O Vice-Presidente da República será o Presidente do Congresso.

Não seria inoportuno recorrer-se à interpretação limpa, expressa em crítica de um Partido, o MDB, à Constituição:

"Como se tudo isso não bastasse, ainda se estabelece a prática imprópria de conferir ao Vice-Presidente da República a Presidência do Congresso Nacional" (Voto em separado do Movimento Democrático Brasileiro).

E não há diferença entre a disciplina do assunto no projeto e na Constituição.

Recorrendo-se ao elemento histórico, de valor menor — é verdade — dizem os doutores — chegar-se-á à mesma conclusão.

E, no caso, ganha êle relevância especial, porque faz poucos dias que os debates se travaram.

O assunto, sob este e outros aspectos da maior importância, foi esgotado por uma das expressões mais brilhantes do Congresso Nacional, o Relator-Geral do Projeto da Constituição, o eminente Senador Antônio Carlos Konder Reis.

A "mens legislatoris" ficou incontestada, como a "mens legis".

Todos os recursos da Hermenêutica apresentam um resultado incontestável:

O Vice-Presidente da República deverá exercer as funções de Presidente do Congresso, com o voto de qualidade.

Todos os aspectos da contrariedade em que se embasa o despacho de arquivamento do Projeto de Redução, constituem, a uma simples leitura atenta dos seus termos, mais "intenção crítica" que perquirição teleológica. Procura-se condenar o princípio constitucional expresso, ao invés de compreendê-lo em seu exato alcance. Mas a crítica é pertinente, útil, necessária, quando se tem em vista o "jus condendum", o dever ser, a reforma ou elaboração da lei. A perquirição teleológica, o esforço construtor, a procura do sentido e objetivo do texto, é que aproveitam o presente ao "jus conditum", do Direito, em vigor. (Carlos Maximiliano, obra citada).

Diante do exposto, cabe concluir:

a) O despacho presidencial não é fundamento, na lei;

b) A Mesa do Senado, constituída de todos os seus membros, integra e deverá dirigir os trabalhos do Congresso, na forma que determinar o Regimento Comum (art. 31, § 1º, nº III);

c) O Vice-Presidente da República presidirá aos trabalhos da Mesa com o voto de qualidade.

Caberá ao Plenário fazer cumprir a Constituição, através do Regimento Comum.

Este é o parecer.

Sala das Comissões.

COMISSÃO DE ECONOMIA

4ª REUNIAO, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 1967

As quatorze e trinta horas do dia doze de maio de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador Carvalho Pinto, Presidente, presentes os Srs. Senadores Carlos Lindenberg, Júlio Leite, José Ermírio, Duarte Filho e Mário Martins, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Economia.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Teotônio Vilela, Domicio Gondim, Leandro Maciel, Pedro Ludovico e Lino de Mattos.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

Inicialmente, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Júlio Leite que emite parecer pelo arquivamento e remessa do original da Exposição à Biblioteca do Senado Federal, ao OF-SCP-1.363, de 23-11-66 do Sr. Presidente do Conselho Nacional de Economia encaminhando a Exposição-Geral da Situação Econômica do Brasil em 1965.

O parecer é aprovado pela Comissão.

Finalmente com a palavra o Senhor Senador Carlos Lindenberg que lê parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1967 que aprova o texto do Decreto-lei nº 320, que prorroga por 180 (cento e oitenta) dias o início da vigência do Decreto-lei nº 265, de 25 de fevereiro de 1967, que cria a Cédula Industrial Pignorrática, altera disposições sobre duplicata e dá outras providências.

Em discussão e votação é o projeto aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Claudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

4ª REUNIAO REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 1967

As quinze e trinta horas do dia onze de maio de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador Menezes Pimentel, Presidente, presentes os Srs. Senadores Alvaro Maia, Lino de Mattos e Duarte Filho, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores M. M. de Sá, Aloysio de Carvalho e Adalberto Sena.

É dispensada a leitura da ata anterior, e, em seguida, aprovada.

Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Alvaro Maia a fim de emitir parecer sobre a única matéria constante da pauta.

Com a palavra, o Senhor Alvaro Maia lê parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1967, que aprova a Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial adotada pela Resolução nº 2.106 (XX) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 21 de dezembro de 1965.

Em discussão e votação, é o parecer aprovado pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Claudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

5ª REUNIAO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 1967

As dezesseis horas do dia onze de maio de mil novecentos e sessenta e

sete, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Wilson Gonçalves Presidente, Carlos Lindenberg, Clodomir Millet, Antônio Carlos Paulo Tórrs, José Ermírio e Petrólio Portela, reúne-se a Comissão de Projetos do Executivo.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Senhores Senadores Mem de Sá, Eurico Rezende, Lino de Mattos e Josephat Marinho.

É lida e, sem debates, aprovada a ata da reunião anterior.

Dos projetos constantes da pauta são relatados os seguintes:

Pelo Senador Carlos Lindenberg: parecer pela audiência da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1967 que concede isenção de tributos às Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS), à Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), à Companhia Ferro e Aço de Vitória, à Siderúrgica de Santa Catarina Sociedade Anônima (SIDESCO), e à Aço de Minas Gerais S/A (AÇOMINAS);

Pelo Senador José Ermírio: parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 56 de 1967, que dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários, em decorrência de dispositivo da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964.

Na discussão, usam da palavra os Senhores Senadores Antônio Carlos, Petrólio Portela, Clodomir Millet e Paulo Tórrs.

Em votação, são os pareceres aprovados.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião, lavrando eu, Afrânio Cavalcanti Melo Junior, Secretário da Comissão, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

5ª REUNIAO, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 1967

EXTRAORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e sete, às dezessete horas, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Arnon de Melo, Vice-Presidente, presentes os Srs. Senadores Carlos Lindenberg, Manoel Vilhena, Menezes Pimentel e Paulo Tórrs, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviço Público Civil.

Ausentes, com causa justificada, os Srs. Senadores Vasconcelos Tórrs, José Guionard e Adalberto Sena.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente, por não constar no expediente a ser lido, passa ao exame das proposições constantes da pauta correndo, inicialmente, a palavra ao Senhor Senador Carlos Lindenberg.

Com a palavra, o Sr. Senador Carlos Lindenberg relata o Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1967 (Projeto de Lei nº 1.075-B-65 — na Casa de Origem), que "concede aos funcionários do extinto Território do Acre o direito de retorno aos serviços da União", oferecendo sua concordância ao pretendido pela proposição, no que tange a esta Comissão examinar, por verificar que o Poder Executivo já se expressou favoravelmente, através do Ministério da Justiça.

Colocado em votação, sem alterações, a Comissão aprova o parecer.

Concluindo, o Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Senador Paulo Tórrs para oferecer parecer ao Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1965, que "modifica a Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União)", que retorna à revisão do Senado, em virtude de haver recebido emendas na Câmara dos Deputados.

O Sr. Relator, Senador Paulo Tórrs, após expor a completa oportunidade das correções promovidas pela

Câmara dos Deputados, opina favoravelmente às três emendas.

Submetido o parecer a discussão e votação, por unanimidade, é aprovado.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar, lavrei eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão, a presente ata, que, uma vez lida e aprovada, será pelo Sr. Presidente assinada.

COMISSÃO DE FINANÇAS

13ª REUNIAO, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 1967

EXTRAORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e sete, às dezesseis horas e trinta e oito minutos, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Sr. Senador Argemiro de Figueiredo, Presidente, presentes os Srs. Senadores João Cleofas, Mem de Sá, José Leite, Leandro Maciel, Manoel Villaga, Clodomir Millet, Carvalho Pinto, Fernando Corrêa, Carlos Lindenberg, Bezerra Neto, Oscar Passos, José Ermirio e Lino de Mattos, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Adolpho Franco, Sigifredo Pacheco, Paulo Sarasate e Pessoa de Queiroz.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior que, dada como aprovada, é assinada pelo Sr. Presidente.

Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente comunica à Comissão que irá passar ao estudo das proposições pendentes de apreciação deste órgão técnico e constantes da pauta.

A seguir, concede a palavra ao Senhor Senador José Leite que profere parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1967, que "declara de utilidade pública o Montepio-Geral de Economia dos Servidores do Estado, com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara" (Autor: Senador Júlio Leite), pronunciando-se, ao finalizar, pela sua aprovação por nada obstar a sua tramitação no âmbito das atribuições desta Comissão.

Colocado em votação, sem restrições, é o parecer aprovado.

Continuando, pelo Sr. Senador José Leite, é emitido parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 33, de 1966, que "dispõe sobre pagamento de proventos de servidores públicos civis da União, relativo a processo em curso". (Apresentado pelo Sr. Senador Bezerra Neto), opinando pela aprovação da proposição, com a Emenda de número 1-CSPC.

Submetido a discussão o parecer, pelo Sr. Senador Carvalho Pinto é solicitada e obtida vista do processo.

Em prosseguimento, o Sr. Senador Oscar Passos relata o Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1967 (Projeto de Lei nº 4-B-67 — na Casa de Origem), que "concede isenção de impostos para equipamento telefônico destinado à Companhia Telefônica "Melhoramento e Resistência", com sede em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul", finalizando por opinar seja, preliminarmente, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça, acerca da juridicidade e constitucionalidade da matéria, em face dos novos dispositivos constitucionais.

Submetido o parecer a discussão e votação, sem alteração, é aprovado.

Continuando, pelo Sr. Senador José Ermirio, é relatado o Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1967 (Projeto de Lei nº 6-B-67 — na Câmara dos Deputados), que "autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de NCr\$ 27.413,56 (vinte e sete mil quatrocentos e treze cruzeiros novos e cinquenta e seis centavos), destinados a atender ao pagamento de alugueiros de prédios locados às Exatarias Federais no Estado de São Paulo e à Superintendência do Ser-

viço de Repressão ao Contrabando no Rio Grande do Sul" exprimindo-se, na conclusão, pela aprovação do Projeto, em face da necessidade do crédito estar completamente comprovado.

Prosseguindo, usando da palavra, o Sr. Senador Manoel Villaga expõe seu parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 83, de 1964, que "dispõe sobre a entrega, aos municípios, das quotas relativas à discriminação tributária da União" (Autor Senador Vasconcellos Torres), no qual conclui pela audiência da Comissão de Constituição e Justiça, tendo em vista o que dispõe sobre o assunto, a Carta Magna em vigor.

Submetido o parecer a discussão e votação, sem restrições, é aprovado.

Em seguida, o Sr. Senador Clodomir Millet tem a palavra e expressa, na qualidade de relator, o seu pensamento sobre o Ofício nº S-8, de 1967 (nº de Origem 447-67), em que "o Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, solicita autorização para que o Estado de Minas Gerais possa prestar fiança ao empréstimo a ser concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ao Departamento Municipal de Águas e Esgotos (DEMAE), autarquia da Prefeitura de Belo Horizonte", concluindo pela concessão da garantia solicitada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, por versar sobre medida complementar a operação, devidamente consentida pela Resolução nº 48, de 1966, nos termos do Projeto de Resolução que oferece.

Em seguimento, pelo Sr. Senador Bezerra Neto, é apresentado parecer ao Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1965 (Projeto de Lei nº 1-075-B-63 — na Casa de Origem), que "concede aos funcionários do extinto Território do Acre o direito de retorno aos serviços da União", encerrando pela solicitação, preliminar, de um pronunciamento do Departamento Administrativo do Pessal Civil acerca da proposição.

Finalizando, o Sr. Presidente anuncia encontrar-se extinguida a matéria da pauta e anuncia haver procedido às seguintes distribuições:

— Ao Sr. Senador Bezerra Neto, o Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1967, que "mantém decisão do Tribunal de Contas da União denegatória de registro do contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Montor-Montreal Organização Industrial e Economia S. A."

— Ao Sr. Senador João Cleofas, o Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1967, que "reforma decisões denegatórias do Tribunal de Contas da União, proferidas nas sessões de 28 de maio, 14 de julho e 20 de agosto de 1965";

— Ao Sr. Senador Leandro Maciel, o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1964, que "dispõe sobre a elaboração de projeto para construção de usina termelétrica no Porto de Tubarão, Vitória, Estado do Espírito Santo";

— Avocando o Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1967, que "torna definitivo o ato do Tribunal de Contas da União de concessão de reforma ao soldado Luiz Hammes"; e

— Ao Sr. Senador Fernando Corrêa, o Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1967, que "reforma decisão denegatória do Tribunal de Contas da União, para efeito de tornar definitivo o registro da concessão de reforma ao Sargento Milton Anastácio Alves".

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião e, para constar, lavrei eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário ad hoc, a presente ata, que, uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

17ª REUNIAO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 9 DE MAIO DE 1967

As 16 horas do dia 9 de maio de 1967, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Milton Campos, presentes os Senhores Senadores Antônio Carlos, Aloysio de Carvalho, Petrólio Portela, Carlos Lindenberg, Ruy Palmeira, Bezerra Neto, Josaphat Marinho e Antônio Balbino, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Eurico Rezende e Wilson Gonçalves.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e em seguida aprovada.

Com a palavra o Senhor Senador Carlos Lindenberg lê seu parecer ao Requerimento nº 275-67 do Senador Antônio Balbino e outros Srs. Senadores solicitando a inclusão na Ata e nos Anais do Senado, de um voto especial de alta reverência à memória de José Marcelino de Souza, concluindo pela sua aprovação. O parecer é aprovado por unanimidade.

O Senhor Senador Aloysio de Carvalho passa a relatar os seguintes Projetos: Projeto de Lei do Senado número 15 de 1967 — Dispõe sobre a comemoração do centenário de Nilo Peçanha e das outras providências dando pela sua aprovação e o Ofício S-8-67 do Presidente do Supremo Tribunal Federal, concluindo pela sua aprovação com Projeto de Resolução.

Submetidos os pareceres a discussão e votação, sem restrições são aprovados.

O Senhor Senador Antônio Carlos relata o Projeto de Decreto Legislativo nº 9-67 — Torna definitivo o ato do Tribunal de Contas da União de concessão de reforma ao soldado Luiz Hammes, dando pela sua aprovação. O parecer é aprovado por unanimidade.

A seguir, com a palavra, o Senhor Senador Bezerra Neto passa a relatar os seguintes Projetos: pela constitucionalidade do Projeto de Lei do Senado nº 16-67 — Altera o dia comemorativo de Ação de Graças, do Decreto Legislativo nº 21-67 — Autoriza o texto do Decreto-lei 320, que prorroga por 180 dias o início da vigência do Decreto-lei 265, de 25 de fevereiro de 1967 que cria a Cédula Industrial Pignoratícia, altera disposições sobre duplicata; do Projeto de Lei do Senado nº 21-65 — Dispõe sobre a profissão de agente de segurança industrial, do Decreto Legislativo nº 3-67 — Reforma decisões denegatórias do Tribunal de Contas da União proferidas nas Sessões de 28 de maio, 14 de julho e 20 de agosto de 1965; do Decreto Legislativo nº 1-67 — Reforma decisão denegatória do Tribunal de Contas da União, para

de tornar definitivo o registro da concessão de reforma ao 2º Sargento Milton Anastácio Alves e do Requerimento nº 341-67 — do Sr. Senador Benedito Valadares e outros Srs. Senadores solicitando um voto de congratulações do Senado Federal pelo 30º aniversário de Gilberto Amado. Pela constitucionalidade, com emenda 1, Projeto de Resolução nº 76-66 — Altera dispositivo do Regimento Interno Pela constitucionalidade do projeto e das emendas do Projeto de Lei do Senado nº 48-64 — Dispõe sobre a elaboração de projeto para construção de usina termelétrica no Porto de Tubarão, Vitória, Estado do Espírito Santo.

Submetidos os pareceres à discussão e votação são aprovados, com exceção do Projeto de Resolução nº 26 de 1966 que é concedida vista ao Senhor Senador Petrólio Portela e o Projeto de Lei do Senado nº 21-65 em que o

Senhor Relator é vencido, tendo votado os Senhores Senadores Josaphat Marinho e Bezerra Neto pela inconstitucionalidade, em parte e os Senhores Senadores Aloysio de Carvalho, Antônio Carlos pela inconstitucionalidade. Designado relator do vencido o Senhor Senador Antônio Balbino.

Continuando com a palavra, Senhor Senador Bezerra Neto lê seu parecer pela constitucionalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 180 de 1966 — determina que os novos níveis de salário-mínimo não acarretem reajuste de alugueiros, na locação de prédios residenciais. Pósto em discussão após longos debates, o Senhor Senador Antônio Balbino apresenta uma emenda que toma o nº 1-CCJ que é aprovada pelo Relator e pelos Senhores Senadores presentes, passando a incorporar o parecer, fazendo o Senhor Senador Aloysio de Carvalho a seguinte declaração de voto: vencido na preliminar de suspender-se a tramitação da Proposição até o Congresso apreciar o recente Decreto-lei do Poder Executivo, sobre a mesma matéria, ainda que sob critérios diversos e o Senhor Senador Josaphat Marinho votou pelo Projeto. Relata, ainda, o Senhor Senador Bezerra Neto o Projeto de Lei da Câmara nº 35-67 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral da Bahia o crédito especial de NCr\$ 225.44, para os fins que especifica. Submetido a discussão é aprovada a proposta do Senador Josaphat Marinho de que o projeto tome à Comissão de Finanças a fim de que esta diligencie junto ao Órgão interessado sobre a oportunidade do Projeto, ao em vez de ser arquivado como concluiu o parecer.

O Senhor Senador Josaphat Marinho apresenta seu parecer pela constitucionalidade das emendas apresentadas ao Projeto de Lei do Senado número 62 de 1964 — Estabelece as normas para pagamento das cotas partes em multas e apreensões — pelo Projeto de Lei da Câmara número 34 de 1967 — Que autoriza a abertura de crédito ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região a Comissão de Finanças a fim de aguardar a diligência pela mesma solicitada.

Submetidos os pareceres a discussão e votação, sem restrições são aprovados.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

18ª REUNIAO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 1967.

As 16 horas do dia 10 de maio de 1967, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Milton Campos, presentes os Senhores Senadores Antônio Carlos, Wilson Gonçalves, Aloysio de Carvalho, Petrólio Portela, Carlos Lindenberg, Ruy Palmeira, Meneses Pimentel, Bezerra Neto, Josaphat Marinho e Antônio Balbino reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer o Senhor Senador Eurico Rezende.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida aprovada.

O Senhor Presidente comunica que a Ordem do Dia da Comissão é o Projeto de Resolução nº 1-67-C.N. — que adapta o Regimento Comum às disposições da Constituição de 24 de janeiro de 1967 e concede a palavra ao Senhor Senador Antônio Balbino que passa a ler o seu voto.

A seguir, usam da palavra o Senador Petrólio Portela, Relator do

Projeto de Resolução e ainda diversos senhores Senadores.

Encerrada a discussão e pôsto em votação é o Projeto aprovado por sete votos contra três, com as seguintes declarações de voto: Senador Aloysio de Carvalho: com as conclusões do Relator e pelas razões expedidas no debate; Senador Antônio Balbino: vencido nos termos do voto em separado; Senador Josaphat Marinho: vencido, de acordo com o voto do Senador Antônio Balbino com as razões manifestadas e Senador Bezerra Neto, vencido.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 1967.

As 18,30 horas do dia 11 de maio de 1967, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Milton Campos, presentes os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, Aloysio de Carvalho, Menezes Pimentel, Patrônio Portela e Antônio Balbino, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Antônio Carlos, Bezerra Neto, Josaphat Marinho, Carlos Lindenberg, Ruy Palmeira e Eurico Rezende.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

Com a palavra, o Senhor Senador Wilson Gonçalves lê o seu parecer ao

Ofício nº S-8-67, do Sr. Governador de Minas Gerais, solicitando autorização para dar fiança ao empréstimo a ser realizado entre o BID e o DEAMAE, concluindo pela aprovação do Projeto de Resolução da Comissão de Finanças.

O parecer é aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

ATA DA 21ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 3 DE MAIO DE 1967

EXTRAORDINÁRIA

As dezesseis horas do dia três de maio do ano de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Lobão da Silveira, Presidente eventual, presentes os Senhores Senadores Bezerra Neto e José Leite, reúne-se a Comissão de Redação.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Teotônio Vilela e Antônio Carlos.

É dispensada a leitura da Ata da Reunião anterior, sendo a mesma considerada aprovada pela Comissão.

A Comissão aprova pareceres em que o Senhor Senador Bezerra Neto propõe as seguintes Redações Finais:

a) Ao Projeto de Lei da Câmara nº 40-67 (nº 42-B-63, na Casa de origem), que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério dos

Transportes o crédito especial de NCrs 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros novos) para atender a despesas com o pagamento de gratificação salarial ao pessoal da Rede Ferroviária Federal S. A.;"

b) Ao Projeto de Decreto Legislativo nº 15-67 (nº 180-A-64, na Casa de origem), que "mantém decisão do Tribunal de Contas referente a termo de rescisão de contrato celebrado entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Derson de Almeida";

c) Ao Projeto de Decreto Legislativo nº 16-67 (nº 182-A-64, na Câmara), que "mantém decisão do Tribunal de Contas para o fim de sustar a execução de contrato celebrado, em 1º de janeiro de 1955, entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Guilherme Tell Bebbiano";

d) Ao Projeto de Decreto Legislativo nº 17-67 (nº 97-A-61, na Câmara), que "Mantém decisão do Tribunal de Contas para o fim de sustar a execução de termo, de 14 de dezembro de 1955, aditivo a contrato celebrado entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Anton Dakitsch";

e) Ao Projeto de Decreto Legislativo nº 18-67 (nº 302-A-67, na Câmara), que "mantém decisão, de 20 de dezembro de 1963, do Tribunal de Contas, proferida no processo número 70.542-63 de interesse da firma Empresa de Ferragens e Motores "Moto" Limitada;

f) Ao Projeto de Decreto Legislativo nº 19-67 (nº 304-67, na Câmara), que "mantém decisão do Tribunal de Contas para o fim de sustar, a execução de contrato de empréstimo ce-

lebrado, em 23 de outubro de 1963, entre a União Federal e o Estado do Espírito Santo".

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Mario Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, lida, votada e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 22ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 1967

EXTRAORDINÁRIA

As quinze horas e trinta minutos do dia onze de maio de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões, presentes os Senhores Senadores Teotônio Vilela, Vice-Presidente no exercício da Presidência, Bezerra Neto e Lobão da Silveira, reúne-se a Comissão de Redação.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Presidente e Antônio Carlos.

É lida e, sem debates, aprovada a Ata da Reunião anterior.

A Comissão aprova parecer em que o Senhor Senador Bezerra Neto apresenta a Redação Final do Projeto de Resolução nº 40, de 1967, que "suspende, por inconstitucionalidade, a execução dos arts. 178, 181, 188, 190 e seu parágrafo único da Lei número 672 de 9 de dezembro de 1964, do Estado da Guanabara".

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Mario Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, lida, votada e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)	3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)
1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)	4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA — PA)
2º Vice-Presidente — Gilberto Ma- rinho — (ARENA — GB)	1º Suplente — Atílio Fontana — (ARENA — SC)
1º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)	1º Suplente — Guido Moncain — (ARENA — RS)
2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)	3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)
	4º Suplente — Raul Gósser — (ARENA — ES)

Liderança

DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA — ES)

DA ARENA

DO MDB

Líder — Filinto Müller — (MT) Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)
 Antônio Carlos — (SC)
 Rui Palmeira — (PB)
 Manoel Villaga — (RN)
 Vasconcellos Torres — (RJ)

Bezerra Neto — (MT)
 Adalberto Senna — (ACRE)
 Lino de Mattos — (SP)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

 Presidente: José Ermírio
 Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleophas
 Teotônio Vilela
 Júlio Leite

Atílio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedicto Valladares
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermírio
 Márcio Martins

Aurélio Vianna
 Pedro Ludovico

 Secretário: J. Ney Passos Dantas.
 Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

 Presidente: Milton Campos
 Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrólio Portela
 Carlos Lindenberg
 Rui Palmeira

Vasconcellos Torres
 Daniel Krieger
 Benedicto Valladares
 Alvaro Maia
 Lobão da Silveira
 José Feliciano
 Menezes Pimentel
 Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho

Adão Steinbruch
 Aurélio Vianna
 Mário Martins

 Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.
 Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

 Presidente: João Abrahão
 Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

José Feliciano
 Lobão da Silveira
 Petrólio Portela
 Eurico Rezende
 Atílio Fontana

Benedicto Valladares
 Adolpho Franco
 Arnon de Melo
 José Leite
 Mello Braga

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Secretário: Alexandre Mello.

Adalberto Senna
 Lino de Mattos

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 João Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel

José Leite
 João Cleophas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres

MDB

Mário Martins
 Pedro Ludovico
 Lino de Mattos

José Ermírio
 Josaphat Marinho
 João Abrahão

Secretário: Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15.30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

Benedicto Valladares
 Antônio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petrólio Portela

MDB

Adalberto Senna
 Lino de Mattos

Antônio Balbino
 Josaphat Marinho

 Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa
 Reuniões: Quartas-feiras, às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

João Cleophas
 Mem de Sá
 José Leite
 Leandro Maciel
 Manoel Villaga
 Clodomir Milet
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco
 Paulo Sarasate
 Carvalho Pinto
 Fernando Corrêa

Antônio Carlos
 José Guimard
 Daniel Krieger
 Petrólio Portela
 Atílio Fontana
 Júlio Leite
 Mello Braga
 Carlos Lindenberg
 Celso Ramos
 Teotônio Vilela
 Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo
 Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Arthur Virgílio

Josaphat Marinho
 José Ermírio
 Lino de Mattos
 Pessoa de Queiroz

 Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Ney Braga
 Atílio Fontana
 Adolpho Franco
 Domicio Gondim
 João Cleophas

Júlio Leite
 José Cândido
 Rui Palmeira
 Arnon de Melo
 Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
 José Ermírio
 Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg PL-6.

Pessoa de Queiroz
 Pedro Ludovico

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

A R E N A

TITULARES

Petronio Portela
Domicio Gondim
Alvaro Maia
José Cândido
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

José Guimard
José Leite
Lobão da Silveira
Manoel Villaga
Celso Ramos
Duarte Filho

M D B

Aarão Steinbruch
Rui Carneiro
Arthur Virgílio

Bezerra Netto
Mário Martins
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

A R E N A

TITULARES

Domicio Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guionard
Vasconcellos Torres
Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho
José Ermírio

Aarão Steinbruch
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE POLIGONO DAS SECAS

(3 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A

TITULARES

Rui Palmeira
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Júlio Leite
Duarte Filho

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Petronio Portela

M D B

Rui Carneiro
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feiras às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(8 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A

TITULARES

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende

SUPLENTE

José Feliciano
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Rui Palmeira
Petronio Portela
Clodomir Millet

M D B

José Ermírio
Lino de Mattos
Josaphat Marinho

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Aarão Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Villela

A R E N A

TITULARES

Teotônio Villela
Antônio Carlos
José Feliciano
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Felinto Muller
Mem de Sá
José Leite
José Guimard
Bezerra Neto

M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A

Benedicto Valladares
Felinto Muller
Aloysio de Carvalho
Antônio Carlos
José Cândido
Arnon de Melo
Mem de Sá
Rui Palmeira

Alvaro Maia
Fernando Corrêa
Celso Ramos
Wilson Gonçalves
José Guionard
José Leite
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz
Aarão Steinbruch
Mário Martins

Pedro Ludovico
Aurélio Vianna
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(6 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

A R E N A

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Clodomir Millet
Ney Braga
José Cândido

M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Meillo

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A

TITULARES

Paulo Torres
José Guimard
Sigefredo Pacheco
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Atílio Fontana
Adolpho Franco
Manoel Villaga
Mello Braga
Júlio Leite

M D B

Oscar Passos
Mário Martins

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Sousa

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcellos Torres
Vice-Presidente: Arnon de Melo**A R E N A****TITULARES**Vasconcellos Torres
Carlos Lindenberg
Arnon de Melo
Paulo Torres
José Guilomard**SUPLENTE**José Feliciano
Antonio Carlos
Manoel Villaga
Menezes Pimentel
Celso Ramos**M D B**Lino de Mattos
Aarão SteinbruchArthur Virgílio
Adalberto Sena
Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Leite
Vice-Presidente: Lino de Matos**A R E N A****TITULARES**José Leite
Celso Ramos
Arnon de Melo
Atílio Fontana**SUPLENTE**José Guilomard
Petronio Portela
Domicio Gondin
Carlos Lindenberg**M D B**

Lino de Mattos

Arthur Virgílio

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16:00 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(5 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Guilomard
Vice-Presidente: Clodomir Milet**A R E N A****TITULARES**José Guilomard
Fernando Corrêa
Clodomir Milet
Alvaro Mala**SUPLENTE**Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Muller
Sigefredo Pacheco**M D B**

Adalberto Sena

Oscar Passos

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.